



Ministério
da Agricultura
e do Abastecimento

A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS ANTE A GLOBALIZAÇÃO: a apicultura no Estado do Piauí



Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Embrapa

Teresina, PI
2000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Fernando Henrique Cardoso
Presidente

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Alberto Duque Portugal
Diretor-Presidente

Dante Daniel Giacomelli Scolari
Elza Ângela Battaglia Brito da Cunha
José Roberto Rodrigues Peres
Diretores

Embrapa Meio-Norte

Maria Pinheiro Fernandes Corrêa
Chefe-Geral

Hoston Tomás Santos do Nascimento
Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

Cândido Athayde Sobrinho
Chefe Adjunto de Comunicação e Negócios

João Erivaldo Saraiva Serpa
Chefe Adjunto de Administração



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte
Ministério da Agricultura e do Abastecimento*

**A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS
ATIVIDADES AGRÍCOLAS ANTE
A GLOBALIZAÇÃO:
a apicultura no Estado do Piauí**

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Embrapa Meio-Norte
Teresina, PI
2000

Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

Embrapa Meio-Norte

Av. Duque de Caxias, 5.650 - Telefone: (086) 225-1141

Fax: (86) 225-1142. E-mail: publ@cpamn.embrapa.br

Caixa Postal 01 - CEP 64006-220 - Teresina, PI

Tiragem: 1.000 exemplares

Comitê de Publicações:

Paulo Henrique Soares da Silva - Presidente

Antonio Boris Frota

Valdenir Queiroz Ribeiro

Expedito Aguiar Lopes

Edson Alves Bastos

Tratamento Editorial:

Lígia Maria Rolim Bandeira

Editoração Eletrônica:

Célio Marcos Martins de Oliveira

Impressão:

Gráfica do Povo 225-3369

1ª edição

1ª impressão (2000) : 1.000 exemplares

VILELA, S. L. de O. A importância das novas atividades agrícolas ante a globalização: a apicultura no Estado do Piauí.

Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. 228 p. il.

ISBN. 85-88388-02-2

Termos para indexação: globalização, abelha-criação, Piauí, agricultura familiar.

CDD: 638.1

© Embrapa 2000

ERRATA

A importância das novas atividades agrícolas ante a globalização: a apicultura no Estado do Piauí

Onde se lê:

Leia-se:

Capa, folha de rosto e ficha catalográfica:

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela
Editor Técnico

Capítulo I, pág. 19

O debate da noção de globalização

O debate da noção de globalização

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Capítulo II – pág. 41

A natureza como base de novas
oportunidades no campo da produção de
alimentos

A natureza como base de novas
oportunidades no campo da produção de
alimentos

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Capítulo III – pág. 73

Nordeste e Piauí: redescobrimo a
diversidade.

Nordeste e Piauí: redescobrimo a
diversidade

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Capítulo IV – pág. 109

A atividade apícola no Estado do
Piauí: em busca de inserção no
mercado global

A atividade apícola no Estado do
Piauí: em busca de inserção no
mercado global

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Francisco Guedes Alcoforado Filho

Capítulo V – pág. 175

Atores sociais na atividade apícola:
busca de novas oportunidades de inclusão
social

Atores sociais na atividade apícola:
busca de novas oportunidades de
inclusão social:

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Francisco Guedes Alcoforado Filho

Capítulo VI – pág. 211

Conclusão

Conclusão

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

PREFÁCIO

Já é quase lugar-comum a afirmação de que vivemos uma época de profundas mudanças, a partir da percepção, mais ou menos generalizada, dos desafios impostos pelos dilemas e horizontes que se abrem com a chamada globalização, nome largamente usado para falar das realidades problemáticas de um mundo contemporâneo atravessado por intensos movimentos de integração, fragmentação, massificação, e diversificação. De fato, esse é um contexto no qual desenham-se e redesenham-se movimentos e tendências nem sempre claros ou inteligíveis a um olhar desatento ou desaparelhado em termos de lentes teórico-metodológicas capazes de os vislumbrar, decifrar e explicar. O que este livro traz à baila é, certamente, a possibilidade de tentar responder a algumas questões acerca das novas configurações do chamado *mundo rural* e das atividades agrícolas, em tempos – segundo o próprio autor – de profundas metamorfoses nas relações local/global, rural/urbano, atrasado/moderno/pós-moderno.

Sem dúvida, esta é uma obra científica cuja contribuição ao *estado da arte* dos estudos sobre o tema das *novas* atividades agrícolas é de um pioneirismo louvável. Antes de tudo, por apontar para novos contornos do rural e do agrícola, por um ângulo ainda pouco focalizado pela literatura especializada e, mais ainda, por descortinar limites e possibilidades de regiões tidas como econômica e socialmente deprimidas – nos marcos da modernidade agrícola vigente, ancorada no padrão *fordista* de produção –, e que ressurgem com novas perspectivas de inserção no mercado global.

De fato, o autor é profundamente contemporâneo do seu tempo, ao conseguir articular uma reflexão em que a globalização tanto é o cenário utilizado para refletir sobre a diversidade nordestina e piauiense, em termos de potencialidades produtivas, quanto é, ela mesma, foco de uma análise que revela a própria diversidade das possibilidades de inserção no mercado global, ao considerar tal inserção não pelo ângulo da massificação ou da standartização mas, sim, pelo dos *atributos de localidade* de determinados produtos. E faz isto, tomando como eixo de argumentação as transformações na relação produção-consumo agroalimentar em suas dimensões cultural, ambiental e econômica.

Essa articulação se traduz numa abordagem teórico-metodológica de grande importância para a área dos estudos socioeconômicos, sobretudo pelo enfoque analítico da cadeia produtiva, aplicado, empiricamente, no estudo da apicultura piauiense.

Esta é, portanto, uma análise que se debruça sobre as potencialidades do Nordeste, e do Piauí, em particular, notavelmente, no caso da apicultura. No entanto, devo registrar que a reflexão propiciada por esta análise não se esgota no estudo dessa atividade que, de fato, é uma evidência empírica utilizada pelo autor para apresentar e defender a sua tese sobre a importância das *novas* atividades agrícolas no contexto atual. Nesse sentido, realçar a diversidade, os recursos naturais, a reconversão produtiva no Nordeste e no Piauí, e os atores sociais envolvidos na prática da apicultura, contribui para pensar, mais amplamente, a natureza social de quaisquer novas possibilidades de inserção da atividade agrícola no mercado global, ou seja, desafia-nos a romper com certos esquemas intelectivos de pensar a realidade econômica e social, regional e estadual, para além de atividades e produtos e formas de inserção mais comumente consideradas, até então.

Na verdade, o que Sergio Vilela nos apresenta, mais que uma análise da cadeia produtiva apícola, é uma lente heurística para enxergar novos temas, novas realidades, novas configurações, novas possibilidades no que toca à atividade agrícola. Esta visão do autor ganha mais consistência, sobretudo, pelo fato de este livro resultar de um trabalho amadurecido, fruto de profunda reflexão teórica e de competente pesquisa empírica levadas a cabo durante quatro anos, com vistas a uma tese de Doutorado em Ciências Sociais. Tese, esta, defendida e merecidamente aprovada com “Distinção e Louvor”, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e que agora sai da circunscrição acadêmica para enriquecer o debate no cotidiano daqueles que se dedicam à busca da decifração dos enigmas que o chamado mundo rural apresenta. É assim que vejo este livro. Ao publicá-lo, o sistema Embrapa traz a público uma importante contribuição.

Maria Dione Carvalho de Moraes
DCS/CCHL/UFPI

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I.	
O DEBATE DA NOÇÃO DE GLOBALIZAÇÃO.....	19
1.1. A Noção de Globalização no Âmbito das Ciências Sociais: uma breve reflexão	20
1.1.1. A relação local-global na perspectiva de uma nova espacialidade	24
1.2. A Globalização no Âmbito do Setor Agroalimentar: o debate no campo da sociologia rural	28
CAPÍTULO II.	
A NATUREZA COMO BASE DE NOVAS OPORTUNIDADES NO CAMPO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	41
2.1. Relação Produção-Consumo Agroalimentar: transformações e perspectivas	42
2.1.1. A dimensão cultural da relação produção-consumo	44
2.1.2. A dimensão ambiental da relação produção-consumo e a importância dos movimentos sociais	52
2.1.3. A dimensão econômica da relação produção-consumo: impactos nas estratégias produtivas das empresas	55
2.2. Relação Produção-Consumo Agroalimentar: o estudo das cadeias produtivas como abordagem metodológica	57
2.2.1. Qualidade: uma noção ambígua e complexa.....	60
2.2.2. A ampliação da estrutura da cadeia produtiva.....	63

2.2.3. Oportunidades para os empreendimentos de pequeno porte	66
2.2.4. Uma nova divisão do trabalho	68

CAPÍTULO III

NORDESTE E PIAUÍ: redescobrimo a diversidade	73
3.1. Nordeste: um espaço redescoberto.	74
3.2. Piauí: um espaço diverso.	79
3.2.1. Meio rural piauiense: novos processos, novos atores, novas oportunidades	81
3.2.1.1. Evolução da PEA agrícola e não-agrícola no período 1981-97	86
3.2.1.2. Ramos de atividade não-agrícola.....	90
3.2.1.3. Setores de atividades não-agrícolas	94
3.2.1.4. Posição na ocupação	97
3.2.2. Recursos naturais e reconversão produtiva.....	101
3.2.2.1. Cajucultura	103
3.2.2.2. Criação de pequenos animais	105

CAPÍTULO IV.

A ATIVIDADE APÍCOLA NO ESTADO DO PIAUÍ: em busca de inserção no mercado global	109
4.1. Características da Apicultura	110
4.2. Aspectos Históricos e Evolução da Atividade Melífera ..	113
4.3. A Apicultura Piauiense no Contexto Mundial	120
4.3.1. Produção do mel no mundo	120
4.3.2. Produção de mel no Brasil	123

4.3.3. Produção de mel no Nordeste	126
4.3.4. Produção de mel no Piauí	128
4.4. Aspectos Técnicos e Características Particulares do Mel do Piauí	131
4.5. Elos da Cadeia Produtiva do Mel: definição e análise dos gargalos	133
4.5.1. Qualificação, assistência técnica e extensão rural	134
4.5.2. Agente financeiro	135
4.5.3. Indústria de insumos, máquinas e equipamentos	137
4.5.4. Pesquisa agrícola	141
4.5.5. Flora apícola	143
4.5.6. Entidade representante dos apicultores	145
4.5.7. Inspeção sanitária	147
4.5.8. Mercado interno	148
4.5.9. Mercado Externo	159
4.6. Fluxograma da Cadeia Produtiva do Mel	166
4.7. Outros Gargalos Não Tecnológicos	166
4.8. A Percepção dos Consumidores Entrevistados	170

CAPÍTULO V.

ATORES SOCIAIS NA ATIVIDADE APÍCOLA: busca de novas oportunidades de inclusão social.....	175
5.1. Os Apicultores do Piauí	176
5.2. Impactos Econômicos da Atividade nas Famílias	179
5.3. Organização do Trabalho Familiar	184
5.4. Mudanças Relacionais com o Mercado, o Meio Ambiente, a Sociedade Local e Global	190

5.4.1. Relação com o mercado	190
5.4.2. Relação com o meio ambiente	193
5.4.3. Relação com as sociedades local e global	197
5.5. Reflexos sobre a Identidade Sócio-profissional	199
5.6. Reflexos nas Formas de Organização	204
5.7. Expectativas dos Apicultores	207

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES	211
-------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
---	-----

ANEXOS

ANEXO 1. Principais cooperativas, associações e empresas por setor e por município no Piauí, em 1998	227
ANEXO 2. Siglas citadas	228

INTRODUÇÃO

Profundas mudanças têm afetado os contornos da sociedade contemporânea. No seu conjunto, esse fenômeno ficou mais conhecido como “globalização”, apesar das enormes controvérsias em torno dessa denominação. De fato, um rápido e radical processo de reestruturação produtiva tem ocorrido em todos os setores econômicos, bem como uma redefinição das estruturas políticas e regulatórias mundiais, as quais têm afetado positiva ou negativamente todos os grupos sociais, urbanos e rurais.

Em relação ao meio rural, essas transformações são tão profundas que alguns autores chegam a falar no fim do rural, com a constituição de uma nova espacialidade, ainda não muito precisa no interior dessas análises. Trata-se de um processo cujo motor é a crise por que tem passado a atividade agrícola no mundo, pondo em questão a estrutura histórica da produção agrícola, nos seus aspectos econômicos, sociais e políticos.

No Brasil, estudos recentes vêm investigando uma gama de questões relacionadas às novas feições do meio rural brasileiro. O projeto “Rurbano”⁽¹⁾, por exemplo, tem como hipótese mais geral a ocorrência de um significativo processo de reestruturação do espaço rural, em função da perda progressiva da capacidade geradora de renda das atividades agrícolas tradicionais, a partir do qual algumas atividades produtivas são deslocadas e outras são criadas ou recriadas em novas bases. Na maior parte dos estados pesquisados, os resultados preliminares desse projeto indicam um crescimento muito importante das atividades não-agrícolas no meio rural, passando estas a se apresentarem como alternativas econômicas às atividades agrícolas tradicionais vitimadas pela crise.

Dentre as atividades não-agrícolas identificadas como as economicamente mais importantes sobressaem-se as quase completamente desvinculadas das atividades agrícolas tradicionais.

⁽¹⁾ Projeto coordenado pelo Professor Doutor José Graziano da Silva, do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp. Maiores informações no site www.eco.unicamp.br/pesquisas.

Citam-se, como exemplo, as vinculadas à prestação de serviços (turismo rural e ecológico, lazer, descanso, emprego doméstico, indústria da construção, entre outras), que aparecem, nas análises, com maior destaque nas regiões Sul e Sudeste do país, provavelmente apoiadas nas condições econômicas superiores logradas pelas respectivas populações, quando comparadas a outras regiões, em particular o Nordeste.

No Nordeste, os resultados também são diversos, indicando que essa região é heterogênea e, portanto, não pode ser tomada como uma unidade analítica agregada. No Piauí, por exemplo, as possibilidades de desenvolvimento das atividades não-agrícolas, desvinculadas da agricultura, pareciam improváveis, em um primeiro momento, em face das limitadas condições de infra-estrutura do estado e dos altos índices de pobreza da população urbana, demandante de grande parte desses serviços. Além disso, a agricultura estadual caracteriza-se pela predominância de pequenos agricultores, apoiados em base familiar e, tecnologicamente, sem correspondência com os padrões modernos de produção.

No entanto, os resultados da pesquisa mostraram que estas atividades, próprias da agricultura familiar piauiense, demandam muita mão-de-obra agrícola e não-agrícola, haja vista a descapitalização destes agricultores e, em conseqüência, a necessidade de economizar em insumos e aquisição de máquinas e implementos poupadores de mão-de-obra. Por outro lado, os níveis reduzidos de escala de produção terminam por dificultar o escoamento da produção em forma de matéria-prima, obrigando os agricultores familiares a realizarem o processamento dos produtos no próprio estabelecimento. Estabelece-se, assim, um aparente paradoxo: a adição (*input*) de mão-de-obra ao processo produtivo, em função de limites de disponibilidade de capital pela família, termina por agregar valor ao produto final, devido ao padrão atual de consumo agroalimentar.

Considerando, pois, que um país com a dimensão do Brasil tem, por isso mesmo, uma imensa diversidade de situações, a questão que confere sentido a este trabalho é a que se estrutura

em torno da necessidade de se perceber a especificidade dessas transformações em um dos estados socialmente mais desprivilegiados do país, localizado em uma região analogamente detentora de tantas dificuldades sociais para lograr condições dignas de desenvolvimento. A questão fundamental é saber, portanto, como esse desdobramento se está efetivando no Piauí, levando em conta suas peculiaridades e as diferenças marcantes de condições de vida da maioria da sua população, bem como a sua trajetória desenvolvimentista.

A partir dessa primeira elaboração, a problemática evolui para a busca da compreensão dos limites e das possibilidades que têm regiões, econômica e socialmente deprimidas no padrão de modernidade vigente, no contexto das macrotransformações referidas. Ou seja, o interesse desta investigação se encaminha para a determinação das condições de desenvolvimento do meio rural piauiense no contexto da globalização, em razão das metamorfoses em curso nas relações local/global, rural/urbano e atrasado/moderno/pós-moderno.

De fato, os marcos de padrões de modernidade, até então vigentes, têm demonstrado uma enorme incapacidade de encaminhamento de políticas que logrem a viabilização sócio-econômica e produtiva de áreas marginalizadas, no âmbito desta mesma modernidade. Neste sentido, o estudo dos processos de reprodução, em curso nessas áreas, torna-se extremamente relevante no atual momento. Assim, o conhecimento de experiências empíricas, investigadas à luz da globalização, poderá alimentar a discussão, malgrado a opacidade desta nova realidade.

Para isso, este estudo tomou como referência principal os produtores de mel de abelhas e subprodutos e, como exemplos complementares, os produtores de castanha de caju e de pequenos animais no Piauí. Tais agricultores estão localizados em áreas quase inviáveis, até o momento, para a produção nos moldes dos padrões de modernidade da “revolução verde”, ainda vigentes. Mas, ao mesmo tempo, se apresentam ricas em recursos naturais para a produção nos moldes de padrões de “pós-modernidade” (Harvey, 1989), ambientalmente desejáveis, particularmente em

relação a produtos afetos aos novos hábitos de consumo de parte economicamente importante da população.

A hipótese central do estudo é a de que esse conjunto de limites e possibilidades, ao se confrontarem com um novo ambiente social, está produzindo uma nova dinâmica em setores importantes do meio rural, impulsionada, parcial, mas principalmente, pelo advento de um novo ideário de consumo, como parte de um certo “clima de época”, vinculado à emergência de novos padrões de modernidade, cujo princípio fundamental é a proteção da natureza física e humana. Teoricamente, a hipótese implica afirmar que o global, ao relacionar-se com o local, desconstrói velhas e reconstrói novas territorialidades, qualitativamente diferentes que, no caso do meio rural, se traduz pelo estabelecimento de uma nova relação rural-urbano, pela ampliação das atividades não-agrícolas e pela determinação de um novo lugar para as atividades agrícolas.

Isso parece estar permitindo a recriação de estratégias de reprodução de grupos sociais os mais diversos, especialmente disseminados no meio rural. São, na maioria das vezes, grupos situados em áreas favorecidas por recursos naturais compatíveis com as demandas desse novo ideário de consumo ou grupos “neolocais”, economicamente capazes de investir nestas áreas ou em atividades a elas vinculadas. Em decorrência, grupos sociais tradicionais passam a se relacionar com novos grupos, resultantes tanto da transformação de parte dos agrupamentos tradicionais quanto de grupos que chegam “de fora”, detentores de outras experiências e de outro “capital cultural”⁽²⁾, assim como com grupos externos e até distantes, com os quais se dá parte das relações comerciais.

O objetivo, portanto, é verificar como grupos sociais localizados em regiões tidas como inviáveis do ponto de vista

⁽²⁾ Capital cultural refere-se, aqui, ao acúmulo de experiências de vida social e à herança de costumes, tradições, técnicas e práticas produtivas que balizam um modo de vida e uma visão de mundo de um grupo social determinado, cujos integrantes são detentores de histórias de vida semelhantes.

produtivo e “deficientes” no que se refere aos seus recursos naturais, e que, em consequência, são marginalizadas social e economicamente, estão conseguindo se reerguer produtivamente a partir de ideários de consumo plenamente compatíveis com os mesmos recursos naturais renegados por padrões de modernidade que ora se esgotam. Ou seja, partindo do pressuposto de que passa a existir uma maior imbricação das relações do meio rural com o urbano, através da entrada em cena de novos atores sociais (consumidores, redes de comercialização, novas formas de regulação pública e privada), busca-se captar, neste estudo, como essa nova dinâmica redimensiona as ruralidades existentes.

Foram, assim, utilizados, na pesquisa, indicadores quantitativos e qualitativos, de acordo com a capacidade de elucidação de problemas. No entanto, considerando a busca da compreensão de novos processos de desenvolvimento de áreas rurais, o peso dos dados qualitativos foi maior, haja vista que esses processos, em muitos casos, ainda são imperceptíveis quando se faz uso de questões fechadas, típicas da pesquisa quantitativa. Não obstante, o levantamento das informações qualitativas foi sempre precedido de informações quantitativas, que procuram fornecer uma macro visão das transformações.

A idéia inicial era utilizar, como objeto de pesquisa empírica, exemplos de cadeias produtivas de três produtos típicos da região: o caju, os pequenos animais e o mel de abelhas. O decorrer da investigação levou, no entanto, à priorização do mel de abelhas. Isto ocorreu devido a suas especificidades como a mais nova atividade produtiva dentre as citadas e à sua importância particular para o Estado do Piauí.

Quanto aos procedimentos operacionais do estudo, as principais etapas foram

- a realização de ampla revisão bibliográfica sobre o tema objeto de estudo, buscando situar a discussão no interior dos debates internacionalmente em curso;
- a definição e delimitação do espaço social e geográfico objeto da pesquisa empírica. Foram selecionadas, neste sentido, as principais instituições (associações e cooperativas) que

congregam os apicultores no Piauí, independentemente de sua localização geográfica dentro do estado, que apresentam situações e configuram problemáticas de desenvolvimento efetivas frente ao processo de expansão das suas atividades econômicas na região. As regiões afeitas às instituições escolhidas (municípios, micro ou mesorregiões, vales úmidos, etc.) foram tomadas como “locus” fundamental da pesquisa, esclarecendo-se, mais uma vez, que as atividades de cajucultura e de criação de pequenos animais figuraram como exemplos complementares, recebendo atenção marginal na investigação, tendo em vista limites operacionais que levaram à priorização da apicultura;

- a utilização de dados secundários, principalmente censitários, que captam as transformações econômicas e sociais recentes na área de estudo como, por exemplo, a evolução da importância dos “novos” produtos, as novas atividades, as novas formas associativas, entre outros, bem como a valorização dos estudos realizados na região objeto da pesquisa e dos dados e informações disponíveis nas instituições públicas que atuam na região (IBGE, SUDENE, Embrapa Meio-Norte, Embrapa Caprinos e Embrapa Agroindústria Tropical, EPACE, EMATER-PI e EMATER-CE, Prefeituras Municipais, Universidades, entre outras) e entidades não governamentais (sindicatos, cooperativas, associações, empresas privadas, etc.);
- levantamento de dados primários, com incursões nas áreas objeto de estudo, com o objetivo de colher informações junto aos principais atores, através da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com interlocutores-chave, que pudessem identificar as mudanças das práticas produtivas individuais e do grupo social, esclarecer sobre a reorganização dos recursos produtivos realizadas por eles, caracterizar as atividades traduzíveis em espaço econômico e em oportunidades de geração de renda agrícola e não-agrícola; elucidar, enfim, o “modus operandi” e a percepção dos atores

sociais a respeito das novas dinâmicas apontadas pelos dados secundários ou de outras ainda não captadas: as cadeias produtivas dos “novos” produtos, suas redes de comercialização, a redefinição das forças sociais e políticas, entre outros.

Foram visitados 30 municípios do estado, de norte a sul, considerados os mais importantes do ponto de vista da prática da apicultura. Nesses municípios, responderam aos questionários um total de 151 apicultores, 38 associações e cooperativas, 115 consumidores, 15 indústrias de equipamentos e insumos, e apenas 4 indústrias de beneficiamento de mel (Tabela 1). Buscou-se entrevistar, sempre que possível, um número de 3 apicultores-sócios por Associação/Cooperativa e 3 não associados por município, além de 3 consumidores por município.

O roteiro de entrevistas foi dirigido a uma amostra reduzida, porém estratégica, de produtores e respectivos representantes, bem como a instituições como agroindústrias e bancos, entre outros, no sentido de esclarecer situações e processos não evidenciados pelo questionário, tendo em vista as suas limitações intrínsecas, relativas ao caráter fechado das perguntas. Além disso, a entrevista buscou elucidar a estruturação dos novos processos de desenvolvimento, as dinâmicas emergentes (considerando a entrada em cena de novos atores sociais), a relação com mercados distantes, as transformações sociais vivenciadas pelos atores locais, a relação destes atores (novos ou tradicionais) com as novas exigências tecnológicas imperativas ao sucesso dos empreendimentos, entre outros indicadores das supostas mudanças.

O estudo foi estruturado, em termos de redação, de forma que, no primeiro capítulo, busca-se *precisar*, em breves linhas, a *noção de globalização*, a partir de uma delimitação teórica mais geral que permitisse avançar, mais profundamente, no debate em torno do tema, particularmente no campo da sociologia rural.

Tabela 1. Municípios pesquisados, suas mesorregiões e microrregiões e o número de questionários aplicados aos diversos segmentos do setor apícola.

Municípios por meso e microrregiões	Nº questionários aplicados por seguimento				
	Apicultor	Assoc./ coop.	Consumidor	Ind. benef. do mel	Indústria e comércio
NORTE					
Baixo Parnaíba Piauiense					
1. Batalha	03				
2. Esperantina	05	02	03		
3. Piripiri	06	02	02		
Litoral Piauiense					
4. Piraçuruca	06	01	02		
CENTRO NORTE PIAUIENSE					
Teresina					
5. Teresina			60	02	01
Campo Maior					
6. Campo Maior	02		02		
7. Pedro II	03	01	01		
8. Sigefredo Pacheco	01				
Médio Parnaíba Piauiense					
9. Regeneração	05	01	02		
10. São Pedro do Piauí	05	01	02		
Valença do Piauí					
11. Pimenteiras	07	03	01		01
12. Valença do Piauí	05	02	03		03
SUDOESTE PIAUIENSE					
Floriano					
13. Floriano	06	01	02		
Alto Médio Gurguéia					
14. Bom Jesus	07	02	01		
15. Cristino Castro	06	01	02		
São Raimundo Nonato					
16. Coronel José Dias	03	02			
17. São Lourenço do Piauí		01			
18. São Raimundo Nonato	09	02	03		01
Chapadas do Extremo Sul Piauiense					
19. Avelino Lopes	02	01	01		
20. Corrente	02		02		
SUDESTE PIAUIENSE					
Picos					
21. Oeiras	07	03	03		02
22. Picos	13	03	05	02	05
23. Santo Antônio de Lisboa	03	01	02		
Pio IX					
24. Pio IX	06	01	03		
Alto Médio Canindé					
25. Isaías Coelho	06	02	02		
26. Itainópolis	09	01	03		01
27. Paulistana	06	01	02		01
28. São João do Piauí	05	01	02		
29. Simplicio Mendes	07	01	02		
30. Socorro do Piauí	06	01	02		
Total	151	38	115	4	15

No segundo capítulo, discute-se *a relação produção-consumo agroalimentar*, enfatizando suas transformações recentes e suas perspectivas. Nele são enfocados, basicamente, os aspectos culturais, as mudanças na relação da sociedade com o meio ambiente, as novas estratégias econômicas dos grupos sociais envolvidos com o setor da produção, comércio e consumo de alimentos, além de uma nova abordagem metodológica capaz de enfrentar esse novo quadro, através do estudo da cadeia produtiva.

No capítulo terceiro o âmagô é *a caracterização do Nordeste*, com ênfase à sua diversidade e à análise do que há de novo na região em termos de atividades produtivas e áreas dinâmicas, entre outros aspectos, tendo como referência a sua (re)inserção no mercado global. Foi desenvolvida, também, uma análise da evolução recente, em particular, do meio rural piauiense, a partir dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), disponíveis para o período de 1981 a 1997.

O capítulo quatro apresenta, por sua vez, *os dados da pesquisa baseados no estudo da cadeia produtiva do mel de abelhas no Piauí*. Trata-se de uma tentativa de descrever a história de constituição da atividade, seu modo de funcionamento, seu estágio atual e suas perspectivas.

Por último, no capítulo cinco, são analisadas as implicações sociais, econômicas, políticas e ecológicas (possíveis de serem mensuradas) das dinâmicas geradas pela apicultura no Piauí, enfatizando-se as transformações das relações sociais dos principais grupos sociais envolvidos na atividade, no estado.

O DEBATE DA NOÇÃO DE GLOBALIZAÇÃO

[...] A sociedade global pode ser vista como uma totalidade desde o início problemática, no sentido de complexa e contraditória; atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se especifica no âmbito de indivíduos, grupos, classes, tribos, nações, sociedades, culturas, religiões, línguas e outras dimensões singulares ou particulares. [...] Seria impossível imaginar a globalização sem a multiplicidade dos indivíduos. [...] São estes que se globalizam, ao acaso ou por indução, sabendo ou não. Da mesma forma que são estes que vivem, agem, pensam, aderem, protestam, mudam, transformam-se (Ianni, 1996).

O objetivo desta reflexão é oferecer um panorama sucinto – baseado em alguns autores⁽¹⁾ – da temática da globalização, entendida como *um fenômeno central* no conjunto dos movimentos desenvolvidos pela sociedade mundial no fim do século XX. Essa revisão tem, pois, o intuito de explicitar sinteticamente a compreensão teórica encetada nesta investigação, sobre o tema, a qual balizará a abordagem em relação ao objeto central de estudo. Deriva daí, portanto, o caráter panorâmico da incursão.

⁽¹⁾ Diante da impossibilidade de se esgotar uma revisão bibliográfica sobre a globalização os autores escolhidos compõem o rol de leituras realizadas pelo autor sobre o tema. Não ocorre aqui, porém, uma filiação *in totum* a nenhuma das correntes teóricas, mas a construção de um arcabouço teórico que permita a ancoragem do tema.

1.1. A Noção de Globalização no Âmbito das Ciências Sociais: uma breve reflexão

Com o fim da “Guerra Fria”, a revolucionária modernização tecnológica (principalmente nas comunicações, na microinformática, na robótica e na engenharia genética), a dispersão das corporações mundo afora (de forma praticamente independente dos Estados nacionais) e o avanço do processo de consolidação das instituições reguladoras e fiscalizadoras dos acordos mundiais, entre outros importantes acontecimentos que materializam a globalização (Ianni, 1996), muitos analistas começaram a perceber que esta realidade, em sua gênese e cenários futuros, carece de melhor e mais profunda compreensão.

A análise de Hobsbawm (1996) sobre o processo de desenvolvimento capitalista – cujo foco central foi o século XX – considera que, embora o colapso do socialismo soviético e suas enormes consequências fossem o incidente mais dramático das décadas de crise que se seguiram à “Era de Ouro”, essas iriam ser décadas de crise universal ou global. O autor observa que ela afetou as várias partes do mundo de maneira e em graus diferentes, quaisquer que fossem suas configurações políticas, sociais e econômicas. É que, pela primeira vez na história, a “Era de Ouro” criou uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida transnacionalmente, ou seja, sobre as fronteiras de Estado, e, também cada vez mais, acima das barreiras das ideologias de Estado.

Em decorrência, a globalização do sistema sócioeconômico tem-se tornado, nos últimos anos, uma questão largamente debatida. Até meados da década de 90, no entanto, a maior parte das análises sobre a transformação em curso na sociedade mundial privilegiou o nível macroeconômico dos processos e das relações, muitos dos quais expressos através de siglas de ampla abrangência, como a formação dos grandes blocos econômicos

regionais – CEE, PAC, NAFTA ou ALCAN, Mercosul, OCDE, APEC – ou a definição de regras para o comércio internacional e a garantia do respeito a elas através do GATT e da OMC, respectivamente⁽²⁾.

Mais recentemente, estudos realizados no âmbito de outras disciplinas têm permitido a abordagem de uma gama mais ampla de aspectos ligados a esse fenômeno, ainda que se venham desenvolvendo através de perspectivas predominantemente monodisciplinares. Nessas análises, economistas tendem a interpretar a globalização como eliminação de barreiras internacionais ao comércio, historiadores e geógrafos enfatizam as evoluções e as mudanças da estrutura do sistema mundial, sociólogos focalizam as alterações dos processos e das relações de produção e de consumo, antropólogos tratam de aspectos como nacionalismos e identidades culturais, cientistas políticos apontam para questões relativas às relações de poder no mundo globalizado, e assim por diante.

Mesmo consciente das limitações da monodisciplinaridade, os limites do enfoque aqui desenvolvido estarão situados, predominantemente, no campo das ciências sociais. No entanto, serão buscadas, sempre que possível, interfaces com a economia, a geografia, a história e a agronomia, propiciando, assim, uma análise que imbrique constantemente a sociologia, a política e a antropologia. Nesse sentido, para dar conta dessa reflexão no campo das ciências sociais faz-se necessário problematizar seus atuais paradigmas. É que, como totalidade geográfica e histórica, espacial e temporal, em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas, a sociedade global se constitui como um momento epistemológico fundamental, novo, pouco conhecido, desafiando a reflexão e a imaginação de cientistas sociais, filósofos e artistas, na medida em que apresenta desafios empíricos e metodológicos, históricos

⁽²⁾ As siglas citadas estão decifradas, por extenso, no anexo 2.

e teóricos que requerem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações (Ianni, 1996).

De todo modo, apesar das diferenças disciplinares, alguns autores visualizam um consenso segundo o qual a globalização está se desenvolvendo no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho (Bonanno et alli, 1994). Esta nova divisão definiria um realinhamento da relação entre as esferas da produção, das finanças e do controle socioeconômico, materializada no fato de os investimentos na produção e em mercados financeiros espalharem-se por todo o globo a uma velocidade muito mais rápida do que vinha acontecendo historicamente. Além disso, grandes corporações transferiram, paralelamente, parte importante de suas operações de países antes centrais para outros que ofereciam oportunidades mais atrativas para alocação dos seus recursos produtivos, incluindo os custos de mão-de-obra⁽³⁾. Portanto, *a rapidez, a abrangência e o desprendimento relativos à movimentação dos capitais e de padrões ideológico-culturais em volta do globo é o que, em essência, caracteriza a noção de globalização aqui utilizada.*

É certo que esse movimento existe desde que o “espírito do capitalismo” (Weber, 1987) passou a ordenar crescentemente o mundo. Com efeito, o chamado mercado internacional sempre foi parte importante do processo de reprodução ampliada dos capitais, além de funcionar como mecanismo de controle político/militar estratégico na divisão do mapa *mundi*. Mas o espaço privilegiado do processo de acumulação de capital sempre foi o mercado interno, para o qual eram carreados todos os dividendos obtidos pela exploração do mercado internacional.

⁽³⁾ As alterações na divisão internacional do trabalho não têm tido uma correspondência direta com as modificações na hierarquia internacional entre as nações. Significa dizer que as nações dominantes no contexto da divisão internacional do trabalho antes vigente continuam hegemônicas neste novo contexto, com mudanças pouco relevantes.

Na era da globalização, as fronteiras da relação mercado interno/mercado externo tornam-se muito mais tênues, passando a prevalecer o que Sklair (1995) chama de “sistema global”, cujo motor são as práticas transnacionais. Para o autor, essa noção vem superar as abordagens estatocêntricas até então predominantes na análise das relações internacionais. Os agentes primários é que, agora, conduzem o movimento dos capitais em volta do globo, e não mais os Estados nacionais.

Tudo indica que a nova hegemonia dos processos de alocação de capitais no mundo passa a ser das corporações transnacionais, que se constituem, na análise das relações sociais de produção, como novos sujeitos. Isso significa que o mercado global não tem mais um *locus* central e específico de acumulação, pois, para as corporações transnacionais, o parâmetro mais importante são os níveis de valorização ampliada do seus capitais, não importando mais se ela ocorre em espaços delimitados por uma ou outra nação.

Os mecanismos característicos e hegemônicos anteriores não são, entretanto, eliminados por completo. Na verdade, deixam de ser hegemônicos, de deter o controle de certos mecanismos e passam a cumprir outros papéis, não menos importantes para o funcionamento do sistema global. Neste sentido, o papel dos Estados nacionais continua efetivo e fundamental, porque é através deles que as práticas políticas transnacionais são canalizadas.

De acordo com Sklair (1995), a estrutura do sistema global *não se limita aos aspectos econômicos*, materializados nas corporações transnacionais, compondo-se, ainda, de uma estrutura jurídico-política, coordena pelas organizações multilaterais (ONU, FMI, OMC). Estas, apesar de não serem novas como instituição, assumem agora um papel hegemônico na condução dos processos de definição, coordenação e fiscalização das políticas transnacionais, definidas multilateralmente. Ademias, no aspecto ideológico-cultural, a coordenação é exercida pela mídia transnacional, cujos mecanismos são, hoje, muito mais eficientes, abrangentes e influentes.

Nessa direção, Bonanno et alli (1994) observam que, contrariamente aos que vêem a nova divisão internacional do trabalho como caótica, desorganizada ou descentrada, existem os que argumentam em favor da *persistência de um centro de controle forte*. Significa dizer que a distribuição das atividades produtivas e dos investimentos em torno do globo tem sido acompanhada por uma crescente concentração do controle dos recursos financeiros e tecnológicos nas mãos de um relativamente pequeno número de corporações transnacionais e de nações de capitalismo avançado. Por essa ótica, *a globalização e a nova divisão internacional do trabalho não têm alterado drasticamente os principais eixos da hierarquia internacional, pelo menos até o momento*.

No entanto, esses processos têm demovido o Estado-nação como espaço definidor para atividades econômicas e, mais precisamente, para acumulação de capital. Neste sentido, espaços subnacionais e grupos de população, independentemente de sua localização no mapa *mundi*, serão incluídos ou excluídos da produção e das redes de comercialização global, constituindo-se, a partir daí, novos ganhadores e perdedores. O elemento definidor central por trás desta configuração dos novos espaços de acumulação de capital passa a ser a *corporação transnacional*, o que implica uma nova espacialidade/territorialidade no âmbito das relações sociais de produção.

1.1.1. A relação local-global na perspectiva de uma nova espacialidade

A relação local/global, nas atuais circunstâncias, deixa definitivamente de ser vista a partir de uma dicotomia e passa a ser considerada como uma relação dialética, portadora de um conjunto de imbricações que a põem em uma situação de quase completa indissociabilidade. Assim, fenômenos globais não portariam significância sem sua concreta expressão material no nível local, como alertou Bonanno (1994). Significa dizer que o

global não pode existir sem o local mas, também, que o local se modela por relações sociais globais.

Para Anthony Giddens, há, na contemporaneidade, uma distinção entre as categorias lugar e espaço, que só se tornou visível com o advento da modernidade e do capitalismo. Nas sociedades pré-modernas, eventos locais geralmente desdobravam-se dentro de um único local (lugar) e ficavam contidos no espaço onde eram gerados. Naquele contexto, era possível manter a independência do local em relação às forças externas.

Mas, com a emergência do capitalismo e da modernidade, eventos locais tornaram-se crescentemente afetados por – e ligados a – outros que ocorriam fora do local e até mesmo espacialmente distantes. A distinção entre lugar (local) e espaço (global) surgiu, de acordo com Giddens, a partir da transformação das relações sociais no espaço e no tempo. Essas transformações, ao mesmo tempo em que separavam o local do global, mantinham os dois níveis dialeticamente relacionados. Ou seja, tornou-se mais difícil conceber alterações das relações sociais dentro do local como processos próprios, internos, independentes, tendo em vista que as relações passaram a ser, cada vez mais, globais (Giddens, 1991, Bonanno, 1997).

O que há de “novo” na chamada “era global” é que a relação entre local e global tem sido enriquecida por um novo e qualitativamente diferente nível, ilustrado pelo que Harvey (1989) chamou de “hipermobilidade do capital”. Esta refere-se, segundo o autor, à habilidade dos atores econômicos (corporações transnacionais – CTNs –, seus agentes e atores) para operar em espaços que transcendem regiões específicas ou nações. Isso permite às CTNs erodir, significativamente, identidades e fidelidades em relação aos países, regiões ou locais onde atuam (Bonanno, 1997). Implica, ainda, a capacidade das corporações de moverem suas operações e ativos para além das fronteiras regionais e nacionais, com relativa rapidez e facilidade, a despeito da resistência dos atores locais. Tal habilidade de movimentação

das CTNs é, diga-se, potencializada pelos novos avanços tecnológicos, possibilitadores da redução e compressão do tempo e do espaço de operação. Em outras palavras, a velocidade das operações tem sido incrementada tão dramaticamente que vem transformando velhas formas de mobilidade em novas formas de *hipermobilidade*.

De todo modo, o caráter dialético dessa relação exige a consideração do local como *locus* de realização das ações das CTNs. Nesta direção, Bonanno (1997) afirma que a hipermobilidade do capital nem se realiza em todos os locais do mundo, nem ocorre necessariamente de forma similar em várias regiões. A sua realização implica a dimensão local. Essa concepção indica que o potencial para mobilidade é global e que uma variedade de locais e suas relações sociais (mercado de trabalho, força de trabalho, instituições sociais) agora estão ligadas por processos de acumulação de capital e de reorganização espacial.

Essa ligação de vários locais em volta do mundo redefine a noção corrente de local. Assim, diferentes localidades, enquanto experimentam diferentes consequências da hipermobilidade, representam aspectos concretos do processo de acumulação global. Neste sentido, Goodman e Watts (1994) afirmam acertadamente que, ao analisarem a globalização da produção e do consumo alimentar, é necessário considerá-las realizando-se em localizações geográficas específicas tendo-se, como resultado, *que alguns componentes do localismo estão, sempre, envolvidos*.

Mas é fundamental observar que os espaços para acumulação de capital não estão previamente definidos, possibilitando ainda exclusões e inclusões, ou seja, a abertura de novos espaços para atividades econômicas, a partir da recriação de velhas e da constituição de novas atividades, cujas forças motrizes também são produto de redefinições e realinhamentos. É neste sentido que Harvey (1989) considera que o remanejamento

espacial dos processos de produção e acumulação, o ressurgimento da produção artesanal e das redes empresariais pessoais/familiares e a disseminação de coordenações via mercado, em detrimento do planejamento empresarial e governamental, apresentam-se como constituintes das diferentes faces da passagem para o novo *regime de acumulação flexível*⁽⁴⁾.

Refinando a assertiva, Watts e Goodman (1997) argumentam que as mudanças na forma e no conteúdo do fenômeno da competição capitalista são, ambos, causa e efeito da dialética da globalização, porém mudanças de política econômica nos níveis local e regional são mediadas por estruturas herdadas, criando complexos padrões e espacialidades e temporalidades diferenciadas. Esta endogenia territorial, com seus atritos e resistências, produz características altamente específicas e diversificadas na relação local/global, que são, na maioria das vezes, desprezadas nas análises totalizantes da globalização. Ou seja, essas são análises que conceitualizam a globalização como um *locus* de processos estruturais exógenos, formados por um agrupamento de atores globais desterritorializados e idealizados. No entanto, abordagens que demonstrem sensibilidade teórica para as antinomias e tensões da relação globalização/localização parecem especialmente relevantes, por exemplo, para os estudos agrários, os quais têm suas próprias especificidades, a partir de heterogeneidades e multiplicidades dos atores sociais que os integram. Nesta perspectiva teórica, é desenvolvido o item seguinte, buscando-se uma maior e mais precisa definição e delimitação da noção de globalização no âmbito dos estudos agrários, segundo as referidas especificidades.

⁽⁴⁾ A discussão sobre os regimes de acumulação será desenvolvida adiante. Como será visto, esse é um ponto fundamental para a compreensão de alguns processos que vêm ocorrendo no Nordeste brasileiro.

1.2. A Globalização no Âmbito do Setor Agroalimentar: o debate no campo da sociologia rural

Um conjunto de fenômenos, relativamente recentes, tem chamado a atenção para os novos contornos do meio rural, levando pesquisadores (sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos, geógrafos, demógrafos, agrônomos, entre outros) a reproblematicar o seu objeto de estudo. Esse reordenamento se dá à luz de uma certa “migração de retorno” da cidade para o campo ou para as pequenas e médias cidades, do crescimento da demanda por atividades não-agrícolas no meio rural (principalmente serviços), da revalorização do meio ambiente, da natureza e da ascensão de novos atores/sujeitos no contexto sócio-político. Estes fenômenos são, em geral, surpreendentes para a maioria das perspectivas teóricas clássicas, adotadas até então.

Por outro lado, tais fenômenos não são exclusivos do “mundo rural”. Resultam, ao contrário, de uma deslocação geral da sociedade como produto da globalização (Jollivet e Eizner, 1996) que, por sua vez, produz efeitos sobre o mundo rural. Esse conjunto de transformações constitui o que Mormont (1996) chamou de “crise do espaço”, entendida como uma desordem dos pontos de referências sociais de organização do espaço, que toma formas particulares em cada dimensão regional (país, região, mesorregião, microrregião).

Jollivet (1984), por exemplo, afirma que a possibilidade de um irreversível processo de urbanização na Europa, até o final da década de 60 uma tendência inelutável, já na década seguinte revelou possibilidades de arreesamento, produzindo movimento em sentido contrário, chamado, pelos franceses, de “neorruralismo”, conceito genérico para uma realidade não muito precisa, carregado de símbolos contraditórios e indicadores de fenômenos que permanecem à margem das dinâmicas predominantes da agricultura atual.

Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, que parecia em via de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como ao desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, à autodeterminação, são dimensões que trazem pessoas da cidade ao campo, do mesmo modo que outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo (Giuliani, 1990).

Partindo dessa premissa, Saraceno (1994) adverte que as tendências e escolhas que afetam as áreas rurais também não podem ser estudadas isoladamente em relação ao que ocorre nas áreas não-rurais. A autora observa que, no passado, o movimento de força de trabalho das áreas rurais em direção às cidades poderia ser explicado pela atração de melhores salários pagos pela indústria e pelo setor de serviços nos centros urbanos. Hoje, a reversão do fluxo migratório e a redistribuição espacial das atividades têm que ser explicadas em relação ao processo de globalização e de reestruturação produtiva. Isto implica que lançar mão apenas de uma perspectiva analítica urbana é insuficiente para explicar as razões pelas quais algumas áreas rurais na Europa, por exemplo, têm logrado força de trabalho e vantagens competitivas⁽⁵⁾, assim como alguns estados do Nordeste do Brasil têm recebido um número significativo de indústrias que se deslocam do Sul e do Sudeste.

Um importante e caloroso debate vem sendo travado desde a década de 90 entre os estudiosos do universo rural, cujo desafio tem sido compreender e explicar o conjunto de transformações pelas quais vem passando esse espaço nas últimas três

⁽⁵⁾ Saraceno (1994) alerta, apropriadamente, que se é verdade que o processo de alta concentração urbana entrou em xeque, não é sempre verdadeiro que isto tenha implicado uma simétrica ruralização, pois já existe uma espécie de rede de pequenas e médias "cidades" (*communes*) que parecem ter capturado essa nova população.

décadas. Obviamente, essas transformações não se dão de maneira isolada no meio rural⁽⁶⁾ e não são nem mesmo produto exclusivo da superação de modelos e processos que nele atuam. São, mais do que isso, produto de todo um processo de mudanças pelo qual passa a sociedade, seja no meio rural, seja no meio urbano. Processos que interagem e se influenciam mutuamente e, portanto, assim precisam ser vistos e analisados.

A crise que se tem abatido sobre as atuais formas de produção e de consumo urbanos já possui todo um arcabouço teórico e conceitual que permite enquadrar as teses e explicações elaboradas, com relativa facilidade, em uma estrutura epistemológica mais teoricamente definida. Assim, moderno, pós-moderno, fordismo, pós-fordismo, flexibilidade, globalização, entre outros, são noções e conceitos que, no meio urbano-industrial, detêm, desde já e em grande parte, estatutos teóricos reconhecidos no contexto do debate intelectual e acadêmico. O mesmo, porém, não pode ainda ser dito para os processos em curso no meio rural.

Para Marsden (1997a), nas esferas rural e agrícola tem-se tornado evidente que, tanto no âmbito do comércio de alimentos, quanto no da influência sobre os métodos de produção, assim como no da transferência de conhecimentos específicos referentes a alimentos, o desenvolvimento de novas relações tem sofrido a influência de processos globais, como *o crescimento do capital transnacional e o uso de sistemas sofisticados de transporte e comunicação*.

Essa parece ser, de todo, uma assertiva relativamente consensual mas, no caso da agricultura, as nuances deste processo de transnacionalização relacional são significativamente mais

⁽⁶⁾ A noção de meio rural e sua relação com o meio urbano serão objeto de discussão em capítulo específico, adiante.

polêmicas que na indústria. Esta especificidade da agricultura faz com que a natureza do debate sobre a globalização no setor agroalimentar seja problemático e, freqüentemente, confuso.

Um dos debates mais importantes na literatura internacional que procura dar conta das transformações contemporâneas do setor agroalimentar situa-se no âmbito dos limites e possibilidades de utilização, na agricultura, da noção de “regime de acumulação”, para explicar a feição atual do processo de acumulação capitalista. Inicialmente, este instrumental analítico foi empregado pela “escola da regulação” – como assim ficou conhecida – para analisar as relações de produção na indústria, em relação às quais já possui um certo estatuto teórico. O que vários autores vêm discutindo, na esfera das questões ligadas à atividade agrícola, é a possibilidade de lançar mão deste mesmo instrumental teórico para analisar a relação fordismo/pós-fordismo na agricultura, como uma tentativa de utilização das mesmas noções já largamente utilizadas no âmbito do desenvolvimento industrial⁽⁷⁾.

A partir daí, três são as posições principais: uma, que considera fecunda a sua utilização, representada pela “escola da nova economia política da agricultura” (Friedland et alli., 1991); outra, representada por Goodman e Watts (1994), que não concorda absolutamente com essa transposição, argumentando a existência de especificidades na agricultura que a diferenciam da indústria, e uma terceira, representada por Marsden (1997a), que diz ser possível, parcial e flexivelmente, essa utilização, considerando a reivindicada singularidade da agricultura, qual seja, a variável “natureza”.

⁽⁷⁾ Este é um campo de debate rico e polêmico que deixa-se de aprofundar, por não ser objeto central desse trabalho. Contudo, é importante mencioná-lo, indicando alguns autores, a partir dos quais os interessados podem refletir: Tubiana (1985), Goodman e Redclift (1989), Friedland et alli (1991), Marsden (1992), Bonanno (1994 e 97), Goodman e Watts (1994 e 1997), Marsden (1997a), entre outros. Não há referência a trabalhos discutindo a agricultura brasileira, com exceção de John Wilkinson que participa de algumas das obras citadas, porque esse debate ainda não ocupou, aqui, o espaço devido.

Por trás desse debate estão em questão muito mais as perspectivas epistemológicas das diferentes escolas que a pertinência ou não de certos conceitos para determinados objetos de análise. Assim, o uso da noção de regime de acumulação, através do binômio fordismo/pós-fordismo na agricultura sofre influência direta de um viés teórico/analítico estrutural que busca moldar o conjunto das relações sociais globais de forma que possam ser explicadas por esses conceitos genéricos. Mesmo no caso de sua aplicação, na análise do desenvolvimento industrial, alguns autores argumentam que, de países para países, existem especificidades desestabilizadoras da rigidez desses conceitos. Neste sentido, o seu uso parcial e flexível, a partir da inclusão de outros elementos da identidade do objeto analisado – no caso da agricultura, a natureza, como proposto por Marsden – termina por levar, ainda que de maneira mais cuidadosa, a uma proposição analítica novamente estrutural, na qual a especificidade e a diversidade são resolvidas pela inclusão de mais uma variável.

Como Goodman e Watts (1994), penso que a teoria da regulação e o debate fordismo/pós-fordismo proporcionam uma arquitetura conceitual inadequada para a análise do sistema agroalimentar vigente no final do século xx, porque reforça as similaridades entre agricultura e indústria, conduzindo o trabalho analítico para a criação de uma camisa-de-força teórica que não deixa espaços para a diversidade e a diferenciação dentro e entre as transições agrárias.

Uma posição parece significativamente hegemônica no âmbito das análises que se aproximam da teoria da regulação. A passagem citada a seguir, de autoria de M. Vitule, parece sinteticamente representativa de uma perspectiva analítica macroeconômica e estrutural desse processo. Com efeito, o autor afirma que

“[...] a agricultura está sendo redesenhada a partir da dinâmica global da agroindústria.

[...] Por meios diretos ou indiretos, empresas transnacionais transformam a geopolítica do mundo e, nesse processo, transformam o campo dos países em que atuam. A agroindústria alimentar é um dos elementos chave desse processo, pois as grandes firmas agroalimentares exercem papel decisivo no desenvolvimento agroalimentar mundial, por seu poderio financeiro, por sua capacidade de organização e atitudes inovadoras, pelas transferências que operam no campo tecnológico, como também pelas suas técnicas organizacionais e comerciais. As corporações transnacionais são responsáveis pela difusão de um padrão de consumo que pode ser pensado como mundial, pois certos hábitos podem ser considerados internacionais. [...] Operando globalmente, transformam hábitos e modos de vida. O crescimento do consumo de alimentos industrializados parece ser uma constante em todo o mundo. O capital agroindustrial reestrutura e integra a agricultura ao mercado mundial. O campo vincula-se a redes e conexões diversificadas, que transbordam as fronteiras econômicas, sociais, políticas e culturais das nações. A agroindústria alimentar diz respeito a um modelo de produção internacionalizado, que privilegia o consumo de proteínas, demanda serviços diversificados e apresenta um custo social elevado. Parece que a refeição “tradicional”

está sendo substituída por um tipo de alimentação não estruturada, em que se verifica uma individualização dos horários e locais das refeições. A vida moderna leva a novas condições sociais na realização das refeições, introduzindo novos hábitos de consumo alimentar como o snack e o fast food. O preparo do alimento deve ser cada vez mais facilitado. Assim, a comida vem de uma caixa ou de uma lata, o que for mais rápido. Nesse contexto, grande parte dos alimentos consumidos no mundo vem da indústria” (Vitule, 1996: 104-5).

Aproximando-se desta perspectiva teórico-epistemológica, Silva (1998) exemplifica como está ocorrendo, na prática, o processo de globalização da agricultura, em dois grandes setores. Um deles é o dos complexos carnes e grãos, hoje internacionalizados. Ou seja, da mesma maneira que se fala do carro mundial, fala-se do “frango mundial”, do “novilho mundial”. Assim, se um suíno é engordado na Holanda, sua ração tem soja brasileira e trigo canadense, a gaiola é de aço indiano e os medicamentos são alemães, com componentes de outro lugar. Independentemente disso, há, nessa cadeia, uma padronização dos sistemas produtivos, de modo que o frango criado na África é igual ao criado no Brasil ou nos Estados Unidos. Portanto, para o autor, na cadeia carnes e grãos há, sem dúvida, uma globalização produtiva, no sentido de que, ao lado das múltiplas fontes de matéria-prima, de origem e de destino, há um *mesmo padrão produtivo* relativamente consolidado, indiferenciado e difundido em todo o mundo.

Outro exemplo é o do setor da indústria alimentícia, que tem levado ao limite a chamada “dieta fordista”, composta basicamente de massas, carnes e alimentos duráveis do tipo congelados ou enlatados. Assim, por exemplo, a salsicha ou pizza feita em qualquer lugar do mundo tem, praticamente, *a mesma composição, os*

mesmos ingredientes, as mesmas especificações. E cada vez mais há uma tendência para maior *uniformização e homogeneidade* desses “alimentos duráveis”, como ocorreu com as “commodities”, nas décadas do imperialismo.

Bonanno et alli (1994)⁽⁸⁾ também podem ser citados como seguidores desta concepção, embora ressalvem que cada uma destas “commodities” expõe diferentes aspectos da globalização e que a globalização das “commodities” alimentares constituem processos bem mais simples do que o do sistema automotivo, sendo, assim, relativamente complicado falar na constituição do “novilho mundial” (*world steer*). Nestes termos, o frango, por exemplo, ao mesmo tempo que pode ser globalizado – com a produção do ovo em um país, a engorda em outro, o abate em um terceiro, a desossa ainda n’outro e, finalmente, o envio da carne para diversos mercados –, também pode ser totalmente nacionalizado, principalmente em países que possuem mercados internos muito grandes, como os Estados Unidos.

Contraopondo-se a essas concepções, Van Der Ploeg (1993) argumenta que as reestruturações podem ser melhor entendidas pelo reconhecimento das diferenças associadas com produção e consumo baseados na terra e sua significância para “a morfologia atual da heterogeneidade agrícola”, ou seja, pela diversidade de formas originadas pelos múltiplos sistemas de exploração agrícola e pelos diferentes padrões de consumo alimentar.

Na mesma direção de Van Der Ploeg e numa perspectiva aqui chamada de cultural, por diferenciar-se da estrutural, antes descrita, Watts e Goodman (1997) observam que, se falar em globalização é referir-se a configurações espaciais de mercado, a corporações desterritorializadas, a novas formas de organização

⁽⁸⁾ Além de Bonanno, essa obra tem a participação de Busch, Friedland, Gouveia e Mignone, editores do livro “From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food” (ver bibliografia).

entre firmas, como no caso das alianças estratégicas e das “networks” – cujos casos paradigmáticos têm sido o dos eletrônicos e o dos automóveis – então pode-se afirmar que o setor agroalimentar é certamente não-global, à primeira vista. Ainda que para alguns autores os setores de frutas e vegetais frescos sejam verdadeiramente transnacionalizados e constituam um sistema de produção global, ainda assim a agroindústria não se tem caracterizado como um sistema de produção transnacional verticalmente integrado. Corporações como Conagra e Cargill apresentam-se, em muitos casos, mais como exemplos de estratégias multinacionais multidomésticas que de sistemas de produção global intrafirmas completamente centralizados. Neste sentido, o paralelo entre o “carro mundial” e o “novilho mundial” feito por alguns autores, não tem consistência, o que não significa que não hajam processos de produção agroalimentar que se possam identificar como globais. Com efeito, alguns processadores e varejistas ligados a este setor têm sido agressivamente globais – como são os casos do Kentucky Fried Chicken, do McDonald’s e outros – mas devem ser localizados, com precisão, no mapa heterogêneo das redes de “commodities”, dentro do sistema agroalimentar.

A perspectiva analítica sugerida por Watts e Goodman considera, portanto, que a diversidade de formas de inserção produtiva das firmas agroalimentares na sociedade global – e não só no mercado global – varia. Vão, com efeito, desde as que se aproximam mais de uma caracterização de firma global, nos moldes industriais urbanos típico-ideais, até aquelas que, por natureza, demandam processos organizativos da produção e das estratégias de inserção competitiva significativamente incompatíveis com os moldes da “firma global”.

Tal diversidade exige que a noção de globalização, no âmbito da agricultura, seja qualificada, precisada, quando dela se fizer uso. Watts e Goodman (1997) afirmam que uma análise que se

apóie na noção de cadeia produtiva (“*filière*”)⁽⁹⁾ permite ao analista **abordar** desde uma *commoditie* específica até a dinâmica setorial de uma “especialidade”⁽¹⁰⁾, revelando a diversidade de suas trajetórias, seja agroindustrial, seja da sua especificidade local e regional, incluindo-se aí os aspectos ligados à sua base técnico-ecológica e às mediações institucionais – estatais ou de agências sociais privadas. Constitui-se, assim, uma possibilidade de se integrar, no arcabouço analítico, um conjunto articulado de instâncias produtivas e de relações setoriais abrangentes de todos os momentos da relação produção-consumo.

Nesse sentido, estudos recentes (Paula Pessoa e Leite, 1998, Green, 1998, Silva, 1998) demonstram que os elos que formam a cadeia da relação produção-consumo no setor agroalimentar têm sido ampliados para incorporar ou fortalecer setores de atividades cada vez mais distantes do processo produtivo agrícola propriamente dito, como os da logística, distribuição e marketing (que, mais que propaganda, inclui o gerenciamento do próprio comportamento do consumidor).

⁽⁹⁾ Segundo Green (1998), a noção de *agribusiness* foi originalmente utilizada por Davis & Goldberg em 1957 e permite situar a atividade agrícola em uma sequência produtiva ampliada, na qual a atividade agrícola propriamente dita situa-se no meio de um processo constituído por atividades a montante (insumos necessários à produção) e atividades a jusante (conjunto de atividades que continuam e completam o processo de produção). A noção de cadeia produtiva (originariamente denominada *filière*, em francês), segundo Green (1998), derivou da necessidade de se operacionalizar o estudo do *agribusiness* e fixou-se como uma metodologia, através da qual se pode organizar metodologicamente o seguimento de um processo produtivo, desde a produção da matéria-prima agrícola até seu consumo final.

⁽¹⁰⁾ O conceito de “especialidade” está relacionado ao de *commoditie*. As *commodities* são produtos padronizados, com preços definidos nas bolsas internacionais de mercadorias e que podem ser adquiridos com facilidade no mercado internacional, dado o baixo custo de informação que cerca as operações comerciais. Já as “especialidades” são produtos diferenciados, portadores de atributos específicos, geralmente requeridos por determinados segmentos de mercado, seja para atender exigências do processo industrial, seja para atender requerimentos ou preferências dos consumidores. A comercialização desses produtos torna-se também específica, dependendo de produções localizadas, em regiões especializadas, que podem ocorrer em vários espaços do planeta, o que, por sua vez, provoca uma diferenciação dos preços. Este tema também será, adiante, objeto de discussão. (Majores detalhes em Farina, 1994).

Esses “novos” elos têm reduzido o peso valorativo dos elos tradicionais (agrícola e agroindustrial) e passado a responder pela maior parte do valor agregado dentro da cadeia produtiva. Um bom exemplo desse fenômeno, na opinião de Silva (1998), é o dos alimentos frescos (frutas, legumes e verduras). Estima-se que mais de 50% do valor agregado ao longo das cadeias desses produtos deve-se às atividades de armazenamento, transporte, mobilidade, custos de informação, propaganda, entre outras.

A incorporação cada vez maior de serviços no âmbito da cadeia produtiva, marcadamente nos elos que se situam “porteira para fora” da atividade de produção de alimentos, favorece a utilização de padrões flexíveis de produção, através dos quais é possível diferenciar-se o produto, nem tanto pelo seu conteúdo, mas muito mais pelos serviços nele embutidos (embalagem, formato, cor, etc.).

Três questões, a partir daí, podem ser consideradas como centrais no debate sobre a globalização no setor agroalimentar. A primeira diz respeito *ao processo de globalização da economia mundial, a evolução das novas formas de regulação e as consequentes mudanças nas formas de organização da produção e sua expressão nos níveis nacional, regional e local*. A segunda é um desdobramento da primeira, qual seja, *a expressão territorial e local da globalização*, tendo em vista que fatores espaciais (locais/regionais) apresentam-se como nucleares na atribuição de vantagens comparativas (competitivas) aos produtos e processos que, por um lado, inserem-se no mercado de alcance global, mas, por outro, possuem uma integração interfirmas localizada. Não é à toa que, para Goodman e Watts (1994), isto tem revitalizado a significância da localidade e da ruralidade, revelando a necessidade de reestruturação das políticas econômicas agrárias na perspectiva da sua inserção em uma nova relação local-global, agora muito mais imbricada e dialética.

A terceira é a *dimensão “natureza”*, entendida como o meio físico em que se vive. Esta só mais recentemente tem-se tornado objeto de interesse de parte importante da sociedade, principalmente no campo dos chamados “formadores de opinião”, bem como de elaborações mais teóricas, no nível acadêmico (Marsden, 1997a), e das preocupações estratégicas, no seio das grandes empresas, corporações e conglomerados (Pinazza, 1998). Sua incorporação ao debate contemporâneo, longe de ser marginal, constitui aspecto central das novas dinâmicas da relação produção-consumo.

A primeira questão já foi analisada, ainda que sinteticamente, no início deste capítulo. A segunda o será, com mais profundidade, no capítulo 3, que enfoca as transformações que se vêm delineando na espacialidade do meio rural, como produto das transformações globais, retomando-se a discussão da relação rural-urbano e a ela incorporando novas questões surgidas na contemporaneidade. No próximo capítulo, é a terceira questão, a da “natureza”, como *dimensão fundamental da globalização no setor agroalimentar*, que será tematizada.

A NATUREZA COMO BASE DE NOVAS OPORTUNIDADES NO CAMPO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Para nós, humanos, alimentar-se nunca é uma atividade biológica pura e simplesmente... Os alimentos têm histórias associadas com o passado de quem os utiliza; as técnicas empregadas para produzir, processar, preparar, servir e consumir os alimentos são todas culturalmente variadas, portadoras de suas próprias histórias. O alimento não é simplesmente comida; seu consumo é sempre condicionado por significados. Estes significados são simbólicos... Eles também têm história (Mintz).

Marsden (1997a), retomando Karl Kautsky, observa que, ao se estudar o processo de acumulação na agricultura, sempre se tem fechado os olhos para a questão da natureza porque ela é o *meio e a condição* para a acumulação e o desenvolvimento capitalista. Ao se desejar considerar a agricultura e a produção de alimentos de um ponto de vista “natural” – assumindo o *discurso da sustentabilidade*, por exemplo – essa perspectiva epistemológica fornece a base para situar-se *o lugar específico do setor agroalimentar na economia global*, como parte da natureza e do espaço, bem como da sociedade e da política. O desafio maior está em abrir os referenciais teórico-analíticos, de forma que estas questões sejam por eles incorporadas.

Para Silva (1998), o conjunto dos impactos da questão ambiental sobre a atividade agrícola – e sobre a totalidade do meio rural – mostra que se está a caminho de uma nova fase do desenvolvimento agrícola – mas também rural – na qual a relevância dos

aspectos da preservação ambiental e da saúde do consumidor emergem como elementos centrais. A importância deste debate torna-se ainda maior quando se põem em foco as possibilidades de recomposição da atividade agrícola de produção de alimentos, impactada, nas últimas duas décadas, por uma profunda crise sócioeconômica, no Brasil e no mundo.

2.1. Relação Produção-Consumo Agroalimentar: transformações e perspectivas

Se a globalização é vista, por um lado, como um fenômeno macrossocial, incorpora, por outro, a diversidade social. Por isso, pode ser analisada não só em termos de uma tendência à homogeneização, mas também a partir de aspectos particulares e específicos, materializados nessa diversidade. Assim, o fluxo instantâneo da movimentação dos capitais financeiros, a abertura dos mercados, a mundialização da mídia, a criação de instituições multilaterais mais poderosas, as alterações nos papéis dos Estados-Nação e as mudanças na relação produção-consumo constituem-se objetos de análise extremamente ricos e que denotam a especificidade desse momento. Dentre esses, o objeto mais importante para os objetivos do estudo aqui desenvolvido é o das *mudanças na relação produção-consumo agroalimentar*, que representa apenas um aspecto no conjunto dos processos sociais relevantes anteriormente citados, o que não significa pensá-lo isoladamente, haja vista suas interrelações, interfaces e conexões com os demais, determinantes da sua compreensão e análise.

São, na verdade, constituintes essenciais do processo analítico a busca de conexões com a evolução dos aspectos culturais, com certos aspectos das mudanças na relação da sociedade com o meio ambiente, com as novas estratégias econômicas dos grupos sociais envolvidos com o setor da produção, comércio e consumo de alimentos, e, em consequência, a procura de novas abordagens teórico-metodológicas que dêem conta desse novo quadro.

Cada uma dessas dimensões será analisada, a seguir, de maneira mais detalhada.

Com efeito, a década de 80 testemunhou enorme mudança no comportamento social em relação à organização dos sistemas agroalimentares nos países industrializados, como observaram Goodman e Watts (1994). Estas mudanças comportamentais incluem, a partir de então, um crescimento significativo no ativismo dos consumidores, com a constituição de novos movimentos sociais, orientados para o enfrentamento de questões alimentares específicas, como métodos de uso intensivo de insumos químicos na produção agrícola, resíduos químicos nos alimentos, aditivos sintéticos, tópicos de saúde animal, rotulação de produtos alimentícios, higiene e segurança dos alimentos e mais recentemente os transgênicos. Embora tal força seja exercitada esporadicamente, estas mobilizações e boicotes a produtos, bem como o crescimento e a permanência desses movimentos sociais ligados à problemática agroalimentar, são indicadores da maneira pela qual as alterações da relação produção-consumo, na perspectiva do consumidor, podem e têm modificado significativamente a economia política do sistema agroalimentar.

Para Marsden (1997), esse conjunto de princípios emerge de uma série de relações dialéticas e de contradições existentes no setor alimentar. Destacam-se, entre elas, as relações de produção/consumo, globalização/localização, desregulação/regulação, valorização/desvalorização, espaços de poder dominante/espaços dependentes, diversidade cultural/exclusividade social. Em decorrência, as análises dos recursos alimentares e rurais, nesse contexto, necessitam investigar como essas contradições são geradas, espacializadas e realizadas e como os atores e agências-chave nelas se engajam. Seguem-se, assim, algumas reflexões relacionadas a alguns destes temas, escolhidos em função de sua importância para este estudo.

2.1.1. A dimensão cultural da relação produção-consumo

No campo da cultura, a abordagem centraliza-se nas mudanças que vêm ocorrendo, nas três últimas décadas, no padrão de consumo alimentar de parte importante da população mundial. São transformações nos hábitos alimentares provocadas por preocupações com os aspectos da saúde, sobre os quais a qualidade dos alimentos ingeridos tem grande responsabilidade, extensiva também ao ambiente, no sentido da sua preservação. Muitas, aliás, têm sido as descobertas científicas acerca da relação qualidade ambiental/qualidade dos alimentos/qualidade de vida, difundidas com maior alcance social e rapidez nos últimos anos devido ao crescimento da organização dos consumidores, ao fenômeno da mundialização da mídia e da acessibilidade aos meios de comunicação. Esses fatos têm provocado alterações importantes no hábito de consumo alimentar, criando novas exigências para os produtores, a partir das quais muitos deles são excluídos, embora também se abram importantes espaços para a inclusão de outros.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, as empresas ligadas ao setor agroalimentar consolidaram mudanças importantes nas suas estratégias mercadológicas, que acabaram por demarcar a emergência de um novo padrão na relação produção-consumo. Mais do que transformar os produtos agrícolas originais, essas empresas passaram a incorporar aos produtos altos níveis de processamento, tornando o seu preparo mais fácil e rápido, dotando-os de longos períodos de durabilidade e de outros atributos industriais especiais.

Esse movimento foi intensificado na década de 60, com o desenvolvimento de novas técnicas de separação e fracionamento dos produtos⁽¹⁾. A partir daí, criaram-se as condições para a participação de firmas ligadas a setores os mais diversos – fora da atividade agrícola – no fornecimento de matérias primas e de in-

⁽¹⁾ Isto caracterizou, em parte, o que alguns autores denominaram de “industrialização da agricultura”, que se completaria com a industrialização do elo a montante (insumos e máquinas) do processo de produção agrícola.

redientes intermediários na produção dos alimentos, tornando-se, então, possível criar alimentos reconstituídos a partir de combinações diversas ou mesmo fabricar novos produtos. Esse processo, por outro lado, atenuou ou mesmo destruiu a histórica relação direta e localizada, até então existente, entre os produtores agrícolas e os consumidores, facilitando a diferenciação industrial e a internacionalização do consumo.

Mas foi mesmo a partir do início da década de 70, como observaram Goodman e Watts (1994), que começaram a ocorrer mudanças na percepção dos consumidores no que se refere ao tipo, composição e qualidade dos alimentos consumidos e sua conjunção com as novas tecnologias de processamento, correlacionando-se tudo isso com os problemas ligados à saúde pessoal e ambiental. Para os autores, esse pode ser considerado um dos fatos sociais mais importantes e que mais tem influenciado o processo de reestruturação do setor agroalimentar em curso em todo o mundo. Sem embargo, os dados por eles apresentados dão conta de que a proporção de vegetarianos nos Estados Unidos era, em meados da década de 90, de aproximadamente 15%, e a venda de alimentos naturais, com índices de crescimento de dois dígitos em 1980, já representava, em 1993, um mercado de 6 bilhões de dólares.

Outros exemplos podem ser citados, como o de algumas importantes redes de *fast-food*, que estão atraindo novos clientes através da oferta de frango assado em vez de frango frito, esperando-se, em 1993, que as vendas dobrassem nos próximos anos, atingindo 25 % do mercado⁽²⁾. No mesmo caminho segue o frango conhecido na França como *Label Rouge*, produzido com técnicas atenuadoras dos níveis de gorduras saturadas e cujas vendas, segundo Silvander (1995), já estavam perto de 20% do

⁽²⁾ A forma de preparo do frango se relaciona aos níveis de gorduras saturadas retidas após o preparo. Elas contribuem para a produção de colesterol pelo organismo, não sendo, portanto, desejáveis pelos consumidores preocupados em manter uma dieta hipocalórica. O frango assado, além de não acrescentar a gordura do óleo usado no seu preparo, ainda elimina parte das gorduras saturadas contidas na própria composição.

mercado francês, em 1994. No geral, estes produtos custam em torno de 30% mais que o similar convencional, o que não tem impedido a ampliação do seu espaço no mercado.

Baudrillard (1972) considera que, no capitalismo contemporâneo, não consumimos apenas produtos com valor de uso, mas signos, materializados nas propagandas. Neste sentido, objetos de consumo têm valor para nós como signos que, no limite, relacionam-se a posições de classe na estrutura social. No capitalismo contemporâneo, é a imagem que é consumida, com os valores-de-troca das *commodities* transformados em “valores-de-signos”, através dos quais nossas identidades são construídas e o sentido do significante (ou da imagem) é o significado. A partir daí, a dominação através dos signos ou do discurso caracterizaria não apenas o consumo, mas também a esfera da produção na atual economia – baseada na prestação de serviços e na informação –, na qual a relação empregador-empregado não é só, nem tão frequentemente, mediada pelos meios de produção. A dominação, neste caso, se dá pela designação de um singular significado para os significantes. Na prática, verifica-se o crescimento da oferta de produtos com menos informação sobre o seu conteúdo e aumento do espaço para imagens a eles associadas⁽³⁾.

As observações de J. Baudrillard chamam a atenção para a grande complexidade desse debate. É que os níveis de abstração com que muitos autores têm abordado essas questões não revelam, em muitos casos, os intrincados processos de construção da hegemonia, no âmbito da relação produção-consumo agroalimentar. São estratégias empresariais sistematicamente elaboradas que procuram monitorar e, em decorrência, incorporar os interesses explícitos dos consumidores, de forma a revertê-los em diferenciais de competitividade.

⁽³⁾ Movimentos importantes de consumidores organizados vêm reivindicando o aumento cada vez maior de informações sobre o produto, como é o caso, atualíssimo, da comercialização dos produtos agrícolas transgênicos, cujas firmas responsáveis travam uma batalha ferrenha com as entidades de consumidores, para que não conste no rótulo essa informação.

Para Silva (1998), o consumidor tem tido uma importância crescente na determinação das “regras do jogo” da cadeia produtiva, o que não significa que ele se tenha tornado soberano neste processo, e sim que foi “adotado pelo varejo”. Ou seja, as redes varejistas adotaram o consumidor, como mascote, e assumiram todo o arsenal dos “direitos do consumidor” como estratégia competitiva de mercado, criando barreiras à entrada de concorrentes do pequeno comércio, inclusive os “departamentos de reclamação”. Estes dão a impressão de que o consumidor tem o poder final de decisão, relacionando, assim, consumo a cidadania, com repercussão favorável no ideário social vinculado à conquista dos direitos do cidadão.

O autor observa, ainda, que essas estruturas captam e empurram para trás, na cadeia produtiva, um conjunto de informações fundamentais na reordenação das estratégias de venda e de produção das grandes empresas. Em outras palavras, as grandes redes de varejo teriam como captar com rapidez as novas tendências do mercado, repassando-as para trás e forçando alterações no padrão de produção. Isso vai desde uma produção determinada, cuja composição do produto seja adequada a essas novas tendências, passando pela embalagem, e chegando ao lançamento de novos produtos.

Tal quadro remete à necessidade de compreender tanto os limites da suposta soberania do consumidor, quanto a sua contraparte, a esfera da produção, a partir de uma abordagem dialética da relação produção-consumo. Um consumidor “soberano”, segundo Nygard & Storstad (1998), é um ator que pode agir e agirá racionalmente, o que implica que ele tenha informações completas sobre os tipos de produtos disponíveis e seus preços, agindo, a partir daí, de acordo com as suas bem ordenadas preferências⁽⁴⁾. Estas, no entanto, estão impregnadas de uma visão psicossocial individual e particular do mundo (desejos, fantasias,

⁽⁴⁾ Essa abordagem relaciona-se à perspectiva neoclássica microeconômica na qual o consumidor, relegado para segundo plano nas teorias macroeconômicas, reencontra a sua “soberania” (Delfaud, 1987).

em suma, um imaginário) que terminam por ser confrontadas, no cotidiano, com alguns “filtros”.

De acordo com Elster, citado por Nygard & Storstad (1998), são dois os tipos principais de filtros. O primeiro é composto por reguladores de ordem física, técnica, econômica, legal e psicológica que confrontam o individual. Assim, o que resta após este embate é o que forma o espaço do comportamento individual e soberano. O segundo filtro se expressa em um mecanismo (racionalidade e/ou normas sociais) que determina quais ações (escolhas), dentro das reais possibilidades, podem ser levadas a cabo. Tal perspectiva explica o comportamento pelo uso das possibilidades e dos desejos – o que o indivíduo *pode e deseja* fazer.

Isto não significa, em última instância, que todas as variáveis constituintes dos referidos filtros estarão em campos opostos às preferências individuais do consumidor. Em alguns casos, o que é considerado como limitante da escolha soberana de alguns consumidores pode-se apresentar como oportunidade em relação a outros, o que significa dizer que o consumidor genérico precisa ser desconstruído, para que possam emergir atores sociais diversos, sempre particulares, cuja individualidade constitui-se em variável-chave do processo de escolha. De todo modo, no produto-síntese desse processo social está sempre presente o espaço – ainda que limitado pelos filtros referidos – da ação desse consumidor. O grau de soberania, nesta perspectiva, estaria, em grande parte, definido a partir da relação individualidade/limites psicossociais/nível de informação do produto.

Uma implicação importante para a análise aqui desenvolvida se relaciona ao que foi lembrado por Buisson, citado por Nygard & Storstad (1998). Buisson observa que, em muitos casos, o que parece ser um mercado homogêneo para produtos agroalimentares termina não o sendo. Os mercados da União Européia, dos Estados Unidos da América e da Ásia, por exemplo, são uma série de inter e intramercados diversos, cada um com suas próprias características culturais e comerciais, com consumidores cada vez

mais espalhados pelo mundo inteiro, alimentando-se com **produtos** originários de culturas muito diversas. Em muitos casos, **o ritual** alimentar, o hábito, a religiosidade⁽⁵⁾, colocam-se como **barreiras** à padronização dos alimentos e dos mercados, criando **os** chamados “nichos” de mercado, em função dos quais **orientações** nacionais e locais cumprem importantes papéis. O alimento representa, em suma, um símbolo e contém códigos culturais que influenciam determinantemente em sua escolha. Em outras palavras, alimento, sabor, forma de preparo e consumo são, em grande medida, culturalmente determinados, uma expressão da identidade local, regional ou nacional.

Neste sentido, se por um lado os aspectos da cultura alimentar e da percepção do consumidor a respeito dos alimentos saudáveis tendem a limitar o processo de globalização no setor agroalimentar, por outro reforçam o argumento de que os marcos da globalidade convivem tanto com processos de homogeneização quanto de diversificação/especialização em relação aos padrões de consumo deste setor, o que também acontece em outros ramos, como analisado no capítulo 1.

No entanto, Nygard & Storstad (1998) chamam a atenção para o fato de que, ao lado deste fenômeno de diferenciação, coexiste um outro, constituído pelos alimentos que perdem sua nacionalidade para tornarem-se globais, uma espécie do que se poderia chamar de uma “cultura alimentar global”. Isto significa que produtos, em quantidade expressiva, estão mais e mais

⁽⁵⁾ Desde o final da década de 80 os Emirados Árabes vêm demandando a importação de caprinos e ovinos do Nordeste do Brasil, em quantidades que atingem em torno de 2 milhões de cabeça por ano, para fazer face ao ritual de abate de um animal para cada pessoa que visita Meca anualmente, no período das comemorações religiosas islâmicas. Silva (1998) cita, também como exemplo, o caso do abate especial de frangos realizado pela empresa Sadia, nas aves exportadas para os países árabes. Esse abate deve ser realizado com os frangos voltados para Meca, de forma a atender às crenças religiosas dos consumidores.

semelhantes. Características nacionais estão sendo apagadas e o mesmo produto vem sendo consumido em vários cantos do mundo, como é o caso, por exemplo, dos alimentos MacDonal'd's, da Coca-Cola, da pizza, do iogurte.

Por um lado, como observa Hall (1995), alguns teóricos culturais afirmam que a tendência em direção a uma maior interdependência global vem conduzindo à *quebra de "todas" as identidades culturais fortes e produzindo a fragmentação dos códigos, a multiplicidade de estilos, a ênfase no efêmero, no fugidio, na diferença e no pluralismo, em escala global, sendo, assim, instauradores do "pós-moderno global"*⁽⁶⁾. Por isso, quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicação em redes, mais as identidades tornam-se destacáveis (desconectadas) de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar "à deriva". A disseminação do consumismo, seja ele realidade, seja ele sonho, contribuiu para esse *efeito de "supermercado cultural"*. É que, no interior do discurso do consumismo global, as distinções culturais, que até esse ponto definiram a "identidade", tornaram-se redutíveis a um tipo de "língua franca" internacional ou fluência global, nas quais todas as tradições específicas e identidades variadas podem ser traduzidas. Esse é, segundo o autor, o fenômeno da *"homogeneização cultural"*.

Mas, por outro lado, Hall (1995) observa que a homogeneização cultural é o *lamento angustiado* daqueles que estão convencidos de que a globalização ameaça enfraquecer as identidades nacionais e a "unidade" das culturas nacionais. Isto porque, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também o fascínio pela "diferença" e pelo marketing de etnicidade e da "alteridade". Ou seja, há um novo interesse no

⁽⁶⁾ Para Hall (1995), os fluxos culturais e o consumismo global entre nações criou a possibilidade das "identidades partilhadas" – consumidoras das mesmas mercadorias, "clientes" dos mesmos serviços, "audiências" das mesmas mensagens ou imagens – entre pessoas distanciadas umas das outras em tempo e espaço.

“local”, em conjunto com o impacto do “global”. A globalização, na forma de especialização flexível e marketing de “nichos”, **explora**, de fato, a diferenciação local. Desta maneira, ao invés da substituição do local pelo global, seria mais adequado pensar *em uma nova articulação entre o global e o local, desde que não se confunda esse “local” com identidades mais antigas, firmemente enraizadas em lugares bem delimitados, mas, antes, operando dentro da lógica da globalização.* No entanto, parece improvável que a globalização simplesmente destrua as identidades nacionais, sendo *mais previsível que ela produza, simultaneamente, identificações “globais” e “locais” novas.*

A globalização do setor agroalimentar, como homogeneização, é, portanto, limitada, em grande medida, pelas características culturais nacionais, regionais ou locais. Apesar do exercício do poder do marketing, existem ainda mais diferenças do que similaridades nacionais e regionais no consumo agroalimentar. Preferências nacionais pelo sabor, tradições e culturas alimentares impedem uma globalização extensiva desse mercado. Neste sentido, *a teoria econômica da escolha racional não conduz, por si só, a uma explicação e a uma compreensão das escolhas alimentares dos consumidores.* Outros fatores cumprem papel decisivo nesse processo, devendo, portanto, serem considerados. Uma explicação mais ampla sobre o processo de escolha do consumidor deve ainda levar em conta as dimensões ética e ambiental, somadas a interesses individuais como preço, qualidade, benefícios para a saúde e preferências étnicas⁽⁷⁾.

⁷ Esse é um dos aspectos que apresenta importante oportunidade para a inserção dos produtores locais no mercado global, cujos produtos encontram espaços de comercialização em nichos de mercado de alto valor adicionado.

2.1.2. A dimensão ambiental da relação produção-consumo e a importância dos movimentos sociais

O fato social com maior influência nas transformações recentes ocorridas na relação produção-consumo agroalimentar foi, talvez, a mudança, também recente, na relação da sociedade com a natureza, entendida esta como meio físico (meio-ambiente). Os constantes e enfáticos alertas científicos a respeito das consequências da devastação da natureza provocada pelo padrão de produção industrial e agrícola, iniciados na segunda metade deste século, após a Segunda Guerra Mundial, levaram organizações da sociedade civil (ONGs) e algumas instituições públicas a denunciar e questionar o modelo de desenvolvimento tecnológico baseado na intensividade do uso de produtos químicos e processos degradantes de exploração dos recursos naturais, na indústria e na agricultura.

Na prática, há movimentos de grupos sociais, política e economicamente importantes, atuando em torno da questão da estrutura dos produtos a serem consumidos. São comportamentos que começaram a se esboçar no final da década de 70, surgidos da discussão sobre a qualidade dos alimentos e da crítica ao modelo da chamada “Revolução Verde”. Delineava-se, assim, uma primeira reação ao padrão “fordista”, como ficou conhecido o referido modelo de desenvolvimento tecnológico, que se caracteriza por uma produção indiferenciada, baseada fundamentalmente nas *commodities* (grãos, carnes e óleos), visando a um consumo também indiferenciado. Os movimentos que passaram a questioná-lo atingiram o auge nas décadas de 80 e 90, com a questão do ambientalismo sendo incorporada aos seus atributos, já aqui definidos. Ou seja, não basta mais aos produtos conter ingredientes eficientes, nem mesmo serem diferenciados; agora, é preciso incorporar qualidades de saúde ambiental (do meio físico e humano) para estar em consonância com o que se poderia chamar de “um clima de época”.

Estruturaram-se, assim, movimentos sociais de boicote ao modelo vigente e de apelo para a busca de outro paradigma tecnológico, menos agressivo ao ambiente. Como observou Silva (1998), os anos 70 foram pródigos em realçar o papel dos movimentos ecológicos e dos ecologistas e a emergência dos direitos dos consumidores em países desenvolvidos. A ação destes movimentos sociais terminou por provocar uma significativa elevação da consciência social coletiva que, por sua vez, tem levado à constituição de novas exigências, que vão desde a maneira como são elaborados os produtos (agrícolas e industriais) até a mudança na sua qualidade – entendida como conjunto de atributos, socialmente determinados, que respondem a interesses diversos dos consumidores.

Esses novíssimos atores da economia globalizada dos anos 90 são, basicamente, dois e estão mudando o perfil do processo de consumo e produção: um é o “consumidor-saúde”, que quer escolher e saber o conteúdo do que consome; o outro é o “produtor-verde”, que busca um ganho extra ao inserir-se em um nicho de determinado mercado (Silva, 1998). Por isso é que se fala no consumidor como sujeito – *com autonomia relativa* – do processo de consumo e não mais como objeto, “empurrando para trás” exigências de mudanças nos processos de produção⁽⁸⁾.

Neste sentido, Simon (1992) observa que, depois de visto durante muito tempo como um incômodo movimento de grupos ativistas marginais – dentre os quais o Green Peace foi seu maior representante –, o ambientalismo tem sido um dos grandes assuntos da atualidade, ocupando as principais manchetes dos meios de comunicação de massa e crescendo na escala dos problemas

⁽⁸⁾ O nicho de mercado constitui-se um mercado sofisticado, diferenciado, cujos produtos buscam atender a interesses específicos de parte dos consumidores, já que os preços são sempre mais altos que os do mercado convencional de massas. Segundo Silva (1998), o Brasil é um grande exportador de café sem agrotóxicos para o Japão, com preços 30 a 40% acima dos internacionais.

sociais mais relevantes. Pode-se dizer, então, que o movimento pela qualidade foi, nos anos 80, o que a nova onda do ambientalismo está sendo nos anos 90, até mesmo indo além, pois, em todos os objetivos visados, apresenta-se como fundamental para um sucesso a longo prazo do negócio, industrial ou agroalimentar. Ou seja, *consolidou-se, na década de 90, uma consciência social, a partir do ambientalismo, que tem colocado em primeiro lugar, para parcelas política e economicamente importantes da sociedade, a proteção à natureza como princípio da conduta social.*

A incorporação da questão ambiental na estrutura da relação produção-consumo complexifica o arcabouço analítico da evolução do padrão de acumulação contemporâneo. Marsden (1997a) sublinha que o desenvolvimento teórico atual, concenente à questão agroalimentar, encontra-se num certo impasse, porque a maioria desses estudos, ao tentar, por seus aparatos teóricos, conectar-se a este fenômeno socialmente construído (a natureza, tomada agora como dimensão analítica), tende a restringir-lhe a sua significância a fatores externos e fragmentários. Para superar tais dificuldades, torna-se necessário reconsiderar as configurações flexíveis de tempo e espaço do desenvolvimento agroalimentar, tomando, em grande medida, as questões e os interesses ligados à sustentabilidade material.

Para o autor, a habilidade para incorporar a natureza como mais que uma simples patologia, documentada pelos estudos da dialética da acumulação, tem-se mantido limitada. É que esses estudos têm tendido a produzir largos buracos conceituais entre os campos do construcionismo social e do estruturalismo. Assim, raramente tratam a questão em termos regulacionistas ou realistas, como parte de uma reconstrução contínua dos modos de regulação social ou da base de manutenção da formação social.

Nesse sentido, diversos estudos do processo de acumulação na agricultura têm-se fechado para a questão da natureza. Ora, por ser o próprio meio e a condição mesma da acumulação capitalista, essa questão tem sido tratada marginalmente pelos grupos

econômicos hegemônicos. Desconsiderá-la parece crucial para o processo de *comoditização*, como demonstra o governo dos Estados Unidos ao se negar a assinar as principais convenções da biodiversidade. O desdobramento dialético dessa nova relação sociedade-natureza parece, pois, implicar uma contínua reestruturação da relação entre natureza e produção agrícola, estabelecendo um novo padrão geográfico, histórico e específico de produção, que se caracteriza por reabilitar regiões, até então, técnica, social e economicamente deprimidas, e debilitar outras mais vigorosas, no contexto do padrão de modernidade, baseado nos preceitos da “Revolução Verde”, ora em declínio.

2.1.3. A dimensão econômica da relação produção-consumo: impactos nas estratégias produtivas das empresas

Três importantes fenômenos (*a crise do padrão de consumo “fordista”*⁽⁹⁾, *o surgimento dos movimentos sociais vinculados à questão ambiental e o crescimento da demanda por alimentos saudáveis*, daqui para a frente chamados *health foods*) constituíram novas dinâmicas no campo agroalimentar. Não se trata de uma mudança completa de perspectiva, até porque o chamado padrão de consumo fordista continua prevalecendo. No entanto, importantes nichos de mercado têm-se formado em várias partes do mundo, criando e recriando oportunidades e perspectivas, tanto econômicas quanto sócio-culturais, na arena da relação produção-consumo agroalimentar. Influenciados pela globalização, essas transformações assumem, hoje, caráter mundial, favorecendo um rápido crescimento dos *health foods*, a que se atribuem uma importância econômica extremamente elevada quando comparada

⁽⁹⁾ Caracteriza-se esse padrão por alimentos indiferenciados, produzidos e consumidos massivamente e constituídos por altas fontes de energia e proteína. No caso da agricultura, trata-se, na verdade, de uma analogia ao padrão de produção e de consumo urbano iniciado na década de 30, com auge no pós-guerra e início do declínio na década de 70.

à sua contraparte, os alimentos constituintes da dieta fordista. Por outro lado, e ao mesmo tempo, o padrão de produção sofre os reflexos dessas mudanças e busca novas tecnologias e processos capazes de atender às novas demandas, oriundas do elo do consumo e das reivindicações dos movimentos ambientalistas.

As consequências concretas desta mobilização social materializam-se nos novos padrões de regulação da relação produção-consumo agroalimentar e nas características dos “novos” produtos postos no mercado. Na verdade, não se trata, na maioria, de novidades, posto que, salvo algumas exceções, são produzidos há muito tempo. O que os recoloca no centro do debate é, por um lado, o fenômeno da sua reinserção no mercado, agora como portadores de alto valor comercial e de capacidade competitiva em relação às *commodities* tradicionais, já que, até então, só tinham *importância marginal* na dieta fordista.

Por outro lado, estes produtos resultam de processos atuais de produção muito mais complexos do que eram antes (principalmente quanto aos serviços a eles incorporados), em função das novas exigências do mercado consumidor, o que remete ao debate acerca da coordenação da dinâmica no interior da cadeia produtiva, até então desempenhado pela agroindústria. Isso tudo resulta em que a reinserção mercadológica desses produtos, no contexto dessas mudanças sócio-culturais baseadas em processos mais complexos de produção, favorece o incremento do seu valor agregado, o que, na prática, significa preços mais altos ao consumidor e, em muitos casos, melhores níveis de renda para os produtores (como será visto adiante), constituindo-se uma categoria analítica que Watts e Goodman (1997) chamam de *High Value Food* (HVF), que se refere, justamente, a *alimentos de alto valor agregado*.

Os HVF atendem a interesses os mais diversos e particularizados, surgidos em função de influências religiosas, tradições culturais (rituais, simbologias), propriedades terapêuticas e outras muito específicas e diferenciadas, espalhadas em todos os cantos do mundo. São produtos os mais diversos, de origens

também muito díspares, cujos atributos principais vinculam-se aos mais diferentes interesses.

Mas, além das macromudanças, existem, também, *características intrínsecas aos HVF*, que lhes permitem lograr vantagens comparativas em relação às *commodities* tradicionais, o que contribui para o crescimento da sua capacidade competitiva no contexto das novas relações produção-consumo. Para Watts e Goodman (1997), a competitividade do setor dos HVF repousa nos seus baixos custos relativos de produção – particularmente nos do trabalho. Tal competitividade, entretanto, depende, também, da capacidade de o produto consolidar seus atributos no interior de um conjunto diverso de produtos concorrentes no mercado internacional, de forma hegemônica, num determinado nicho de mercado⁽¹⁰⁾.

Todas essas metamorfoses do padrão de consumo têm exigido mudanças nos padrões de produção e de regulação, o que tem levado a profundas reformulações nas estratégias das empresas agroalimentares⁽¹¹⁾. Por isso é que, para Pinazza (1998), a *proteção do meio ambiente* e, em particular, a *luta contra a poluição*, têm exigido cada vez mais adaptações ou transformações de técnicas e processos industriais e produtivos.

2.2. Relação Produção-Consumo Agroalimentar: o estudo das cadeias produtivas como abordagem metodológica

Dada a complexidade do estudo das cadeias agroalimentares, a compreensão de sua dinâmica exige novos instrumentais e estratégias metodológicos capazes de propiciar o

⁽¹⁰⁾ Estabelecida a hegemonia, a partir da capacidade competitiva – custo e qualidade –, define-se também a divisão do trabalho nos respectivos HVF globais, que pode ser organizada por contratos de produção.

⁽¹¹⁾ Para uma discussão mais detalhada dessas mudanças nas estratégias das empresas, ver Pinazza (1998).

entendimento do emaranhado de atores sociais e agências que desenvolvem um conjunto intrincado de relações complexas e aparentemente dispersas. Nesse sentido, o caminho metodológico que se ancora no “Estudo das Cadeias Produtivas dos Produtos Agroalimentares” viabiliza a investigação empírica da relação produção-consumo, permitindo um afunilamento que parte do olhar macroteórico em direção ao microempírico, de forma a apreender limites e possibilidades nem sempre perceptíveis através de outras estratégias.

É que, na constituição das cadeias produtivas, estão envolvidos diferentes agentes econômicos detentores de, pelo menos, um objetivo em comum: *produzir um bem ou prestar um serviço para um consumidor final* (Paula Pessoa e Leite, 1996). Os autores sugerem que os estudos das cadeias produtivas contemplem *quatro níveis*:

- I. *Macroambiente*: aquele com o qual se estabelecem as trocas relevantes relacionadas com a competição no âmbito dos mercados;
- II. *Ambiente Institucional e Organizacional Interno*: aquele envolvido pelos instrumentos regulatórios (normas e leis) e pelas suas respectivas organizações representativas, que atuam regulando ou sendo reguladas;
- III. *Segmentos ou Elos*: fornecedores, produtores de matéria-prima, indústria de transformação, distribuição e consumidores finais;
- IV. *Perfis*: resultantes da desagregação dos “segmentos”, que dão visibilidade a um conjunto de empresas ou agentes econômicos passíveis de agrupamentos por características comuns.

Na mesma direção, Green (1998) sugere um instrumental metodológico que procure dar conta dos diversos agentes envolvidos na cadeia, (da produção ao consumo final), concentrando a atenção no estudo dos *canais de comercialização*. As estratégias propostas e seus instrumentos são:

-
- o estudo dos *agentes* que participam, ao longo de um conjunto de relações “para trás” (a montante) e “para a frente” (a jusante), unindo a produção ao consumo e introduzindo a função comercial, o que significa apreender o sistema econômico em três níveis: *produção – intermediações físicas e comerciais – consumo*;
 - uma *diferenciação dos agentes*, segundo as funções que realizam;
 - uma *descrição do canal* como uma “sucessão de transações” técnicas e econômicas, em que se possam estabelecer *diferentes tipos de relações* (solidariedade, competição, dependência, conflito);
 - uma forma de abordagem centrada nas *relações econômicas entre os agentes*, a partir da análise dos custos: de transação, de produção, da utilidade para o consumidor, da forma de organização das funções e de relação entre os agentes na busca da diminuição desses custos;
 - um interesse particular no estudo das *diferentes etapas técnicas de intermediação*: depósito, manipulações, carga, transporte;
 - uma grande importância à análise dos *pontos de venda e das estratégias comerciais e de abastecimento* das empresas comerciais;
 - uma atenção particular ao tema do consumo *como fator de influência no desenvolvimento de estratégias e de inovações empresariais* realizadoras de funções de produção, armazenamento e vendas no atacado, logística e vendas no varejo.

Esse instrumental orientou, em grande parte, a realização da pesquisa empírica deste estudo, cujos resultados estão disponíveis à frente. Em sua utilização, destacam-se os aspectos

que seguem e que estão intrinsecamente relacionados à compreensão do tema pesquisado, relativos ao setor agroalimentar. São eles: a “Qualidade”, a “Ampliação da Estrutura da Cadeia Produtiva”, novas “Oportunidades para Empreendimentos de Pequeno Porte” e uma “Nova Divisão do Trabalho”.

2.2.1. Qualidade: uma noção ambígua e complexa

Os HVF globais são *muito heterogêneos* em decorrência das diferentes cargas culturais que detêm. Tal heterogeneidade apresenta-se como a sua feição distintiva (Boyd e Watts, 1997, e Marsden, 1997) e atribui-lhes peso considerável para o consumo à medida que eles têm que ser constituídos por *tipos particulares de sabor, composição e atributos de vaidade (vanity)*, que conformam as cargas culturais respectivas de cada HVF⁽¹²⁾.

Estas características particulares dos HVF globais levantam importantes questões sobre a noção de “qualidade” no contexto do mercado internacional. Neste sentido, qualidade é uma noção que carece sempre de definição em relação ao contexto no qual é utilizada. Para Allaire e Boyer (1995), um sistema de qualidade não define uma qualidade única, mas, antes, um modo de avaliação da qualidade com escalas de cotação, segundo critérios específicos, ajustados a normas mínimas. É, na verdade, um conjunto de dispositivos materiais e cognitivos portadores de um custo. É, mais certamente ainda, *um modo de controle das normas especificadas e, antes de tudo, um modo de avaliação, do qual*

⁽¹²⁾ Estes atributos são chamados, por alguns autores, de “pós-fordistas” (Raynolds et alli., 1993), ainda que com a discordância de outros (Goodman e Watts, 1994). Aliás, o uso das noções de “fordismo” e “pós-fordismo”, em algumas passagens deste trabalho, tem um caráter estritamente auxiliar à compreensão do assunto, pois delimitam estaticamente os processos históricos, facilitando a visualização da sua historicidade, embora ofereça poucos elementos para uma apreensão dialética destes mesmos processos. Este debate já foi, aliás, focado no capítulo anterior, esclarecendo-se, lá, a posição adotada neste estudo.

decorrem, aliás, os controles⁽¹³⁾. Um sistema de qualidade é, portanto, *um sistema de discriminação*.

A impossibilidade de definir a qualidade a partir de um conjunto de normas universais implica considerar que esta definição envolve um conjunto de suas dimensões, tanto mais diversas quanto mais atributos forem sendo incorporados ao conceito pretendido, em determinada situação específica. Cada uma estará balizada pela própria antítese, ou seja, sua não verificação quando submetido, a análises técnicas ou no momento mesmo da realização do consumo. No caso do mel de abelhas, que pelo menos *seis atributos (dimensões)* são requeridos como constituintes de um referencial de qualidade:

ATRIBUTO/DIMENSÃO

Pureza

Qualidade Nutricional

Qualidade Ambiental

Qualidade Sensorial

Qualidade Territorial

Qualidade Social e Ética

ANTÍTESE

Diluição

Composição Fraca

Produtos Químicos

Inodoridade

Origem Indefinida

Identidade Desconhecida dos Produtores

O desafio, neste caso, passa a ser a contemplação de interesses os mais diversos, de forma que a estrutura produtiva – muitas vezes baseada em padrões de qualidade locais e tradicionais – seja socialmente fortalecida. Para Allaire e Boyer (1995), o que parece importante, num primeiro momento, é a evidência de uma variedade de níveis implicados na gestão da qualidade ou a coerência de um modo de regulação. A explicitação de uma compati-

⁽¹³⁾ Uma cooperativa vitícola, por exemplo, que queira adotar uma política de qualidade baseada em uma elaboração tecnológica, diferenciada segundo certas características dos recursos – como uma cooperativa leiteira, cuja atividade de fabricação de queijos dependa de características específicas do leite – deve poder identificar (até o momento da fabricação) o fornecimento de cada aderente e proceder à análise das características de qualidade antes de começar o processo de fabricação. Estas análises fornecem os parâmetros de preço de forma que este seja indicativo do nível de qualidade procurada, sendo, também, as informações técnicas necessárias à avaliação das características das culturas, criações ou áreas vitícolas.

bilidade entre formas organizacionais de diferentes níveis termina por definir princípios organizacionais gerais. Entretanto, essas formas são regidas por diferentes lógicas que asseguram a compatibilidade entre regras de naturezas diversas e permite a coexistência de redes específicas. Convenções de qualidade é que sustentam essas lógicas.

Assim, o problema é compreender a solidificação das convenções através das iniciativas locais, de um processo de tentativas e erros descentralizado até o nível do ator individual. Por isso, faz-se necessário imaginar diversos níveis, desconcentrados, das empresas, em relações aos diferentes dispositivos reguladores. Além disso, é preciso entender esses compromissos como regimes de compatibilidade entre as dinâmicas dessas organizações (atores), que permitem uma segmentação no interior do sistema. Trata-se, no caso, de dois pólos, sendo um mais industrial, no que se refere às dimensões da atividade e a uma lógica de economia de escala, e outro mais artesanal, em função do tamanho das empresas. Aos tipos de organização técnica correspondem, em suma, segmentos de mercado diferenciados.

Estabelece-se, assim, um campo de forças em torno da questão da qualidade que termina por definir espaços diferenciados de mercado, a serem ocupados pelos diferentes tipos de empresas e produtores.

Em um estudo sobre os “orgânicos” (alimentos naturais) na Califórnia, Buck et alli, citado por Watts e Goodman, (1997), observaram que o setor conhecido como dominado por pequenas empresas – desde a produção (agricultores familiares), até a comercialização (pequenas lojas especializadas) – responsáveis pelo abastecimento de um mercado consumidor em rápida expansão, em torno de uma *health-conscious* (desde o merceiro até os melhores restaurantes de Nova York), convivem com dois importantes problemas.

O primeiro é o do significado dos “orgânicos” que é, no seu próprio âmbito, contestado na esfera regulatória. Na Califórnia, por

exemplo, há quatro agências de certificação, cada uma com normas e padrões amplamente diferenciados, as quais são usadas pelos diferentes atores do setor de acordo com os próprios interesses, frequentemente mercadológicos.

O segundo problema é que o setor dos orgânicos está, cada vez mais, dominado pelo *agribusiness*, que utiliza a luta em defesa do seu significado para expandir sua produção de frutas e vegetais naturais. A indústria californiana dos “orgânicos” considera que as questões de significado e poder são relevantes para os estudos e pesquisas no setor agroindustrial, mas a agricultura “natural”, como um negócio e uma tendência dentro do sistema, deve ser organizada de maneira a dar conta de uma rápida distribuição e comercialização no setor dos alimentos naturais, aproveitando o largo e crescente interesse pelos aspectos da saúde no mercado americano.

Como campo de forças, *a qualidade inclui*, portanto, na mesma arena, os consumidores, que, em defesa dos seus interesses, buscam satisfação de suas necessidades de acordo com os atributos oferecidos pelo produto final, e os produtores (agricultores, industriais, distribuidores, comerciantes), que travam uma *batalha interna pela maior parte da renda diferencial*, normalmente gerada e retida no elo da cadeia com *maior agregação de valor*.

2.2.2. A ampliação da estrutura da cadeia produtiva

A partir dessas novas exigências do mercado consumidor, e dos novos recursos tecnológicos, novos *locus* de apropriação dos resultados da produção se constituem, consubstanciando-se naquilo que alguns autores chamam de “ampliação da estrutura da cadeia produtiva”. Silva (1998) pondera que, dado o corte “porteira para dentro/porteira para fora” da atividade agrícola, a tendência é encurtar, cada vez mais, o conjunto de atividades “porteira para dentro” e expandir, também cada vez mais, o de “porteira para fora”. A influência das novas tecnologias dá-se, principalmente, nas

áreas de telecomunicações, informática e transportes, que agilizam o setor de serviços, no sentido de dar conta das emergentes características espaço-temporais desse novo ambiente.

Como observou Silva (1998), nessa incorporação de novos segmentos “porteira para fora” as atividades ligadas não mais à agroindústria, mas ao setor de serviços, ganham importância. E, nele, dois subconjuntos despontam como fundamentais: a *logística*, na parte distributiva; e os *serviços propriamente ditos*, tanto os terceirizados (auxiliares da produção) quanto os personalizados.

Para Marsden (1997), uma das mudanças centrais na dinâmica das redes agroalimentares é que os aspectos de controle, poder e dependência não estão mais baseados apenas nos lugares onde atuam as corporações ligadas ao elo dos insumos (*input-oriented*), ou seja, nas firmas cujas relações dão-se no setor de base agrícola propriamente dito. É que, crescentemente, associam-se ao controle e construção do valor agregado, desde o momento da produção. Em decorrência, incrementa-se o poder das agências mais próximas ao consumidor e realça-se ainda mais a percepção comum de que a agregação de valor tende a se associar cada vez menos ao momento primário da produção, como já havia apontado José Graziano da Silva.

A estrutura da cadeia agroalimentar, ao alongar-se, agrega outros elos, outros ramos, outras empresas, na sua maior parte ligados ao setor de serviços, complexificando muito mais o objeto de estudo. Para Green (1998), os lugares de onde se observa o processo de intercâmbio de matérias-primas e de alimentos resultante do reencontro entre oferta e consumo são múltiplos, deslocando-se para unir os locais de produção aos de consumo. Assim, vão desde as Bolsas até os mercados ou feiras, passando pelos portos e depósitos e transitando pelas ruas, vias férreas ou aeroportos. Encontram, desta forma, um ponto de chegada nos múltiplos tipos de comerciantes, que atuam do comércio informal, nos centros e periferias de muitas cidades, aos templos do consumo, como *shopping centers* e hipermercados. Entre ambos, um sem-

número de agentes comerciais e de empresas de serviços, associados à atividade, repartem-se, numa difícil tarefa de negociar, transportar, guardar ou especular mercadorias, em trânsito entre o universo da produção e o do consumo.

O autor observa, ainda, que as diferentes formas de comércio têm suas lógicas próprias, suas leis, seus códigos, sua inserção nas culturas de cada país. Em cada mercado existe um ritual obrigatório, que comporta elementos precisos, com retórica e mímica próprias. Com efeito, através de um *complexo sistema de símbolos* busca-se criar uma *relação de confiança entre compradores e vendedores*, tratando-se de construir, a médio prazo, um sistema facilitador de rapidez, agilidade e simplicidade das trocas. Este processo dá *uma dimensão e um caráter particular a cada mercado*.

É, na verdade, essa multiplicidade de relações e de agentes que caracteriza o “novo”, nas cadeias agroalimentares. Significa dizer que a distância entre quem produz e quem consome tende a ser cada vez maior, ainda que, contraditoriamente, pareça simbolicamente menor. Ou seja, ao buscar uma aproximação sempre maior com a natureza, o consumidor produz, no seu imaginário, uma aproximação ao próprio produtor. No entanto, a necessidade de agilizar o fornecimento dos alimentos, bem como de processá-los e consumí-los sem muito dispêndio de tempo e trabalho, faz com que se criem demandas por serviços intermediários entre a produção e o consumo, supridas por novos agentes. Estes acabam por aumentar o grau de intermediação, deixando o consumidor cada vez mais longe do produtor, embora a aproximação seja propagada, através do marketing, pelos intermediários, com vistas a agregar valor aos produtos.

Tal *processo de alongamento da cadeia* vem acompanhado de outro, o *de agregação de valor ao produto* (formas de apresentação, praticidade, rapidez no preparo, enfim, atividades do setor serviços), que repercute no bolso do consumidor, pela *elevação dos preços finais*. Assim, muitos produtos chegam à mesa do

consumidor com preço até 500% superior ao pago ao produtor⁽¹⁴⁾. *O realmente novo, neste processo, é que a apropriação destas margens de lucro ocorre no elo da intermediação (logística⁽¹⁵⁾, distribuição, marketing, comercialização)*, momento em que se devem concentrar os esforços para a compreensão dos seus mecanismos de funcionamento, de forma a situar os diversos agentes, com suas respectivas importâncias, na relação produção-consumo agroalimentar.

2.2.3. Oportunidades para os empreendimentos de pequeno porte

Malgrado a força das grandes empresas, existem espaços abertos em função de interesses dos consumidores – pela preservação ambiental, pela saúde e segurança humanas, pela ética e pela alimentação diversificada e de baixas calorias –, a partir dos quais os pequenos agricultores e as pequenas empresas podem participar, de maneira especial; como fornecedores de “produtos naturais” e, em decorrência, como agentes defensores do uso sustentável dos recursos ambientais. Estes empreendimentos detêm, em grande medida, uma identificação com certos procedimentos históricos portadores de uma ética da exploração agrícola, em consonância com a chamada “onda verde”, caracterizadora na nova relação produção-consumo, no final do milênio.

⁽¹⁴⁾ Em algumas regiões do Piauí, um quilo de mel é vendido pelo produtor a R\$ 2,00. Porém, esta mesma quantidade de mel, após embalada em sachês, é vendida, na gôndola do supermercado, a R\$ 12,00.

⁽¹⁵⁾ Green (1998) observa que *a logística preocupa-se com a melhor forma de coordenar a oferta e a demanda*. Para isso, lança mão de instrumentos e conceitos que permitam otimizar as funções físicas realizadas nos canais de comercialização, tendo sempre em conta o problema dos custos e serviços, por funções, em uma forma de reflexão característica do marketing. Aliás, a preocupação do marketing em responder, de forma eficiente, às exigências dos consumidores encontra, nos instrumentos da logística, um complemento operativo eficaz para os objetivos pretendidos.

Em face dessas oportunidades, as mudanças no padrão de consumo da sociedade, caracterizadas por uma segmentação na demanda por alguns produtos – ao invés da oferta padronizada, típica do regime fordista – poderão favorecer a agricultura familiar, uma vez que esta responde melhor aos novos requerimentos de pequenas séries de produção, favorecendo o crescimento da sua competitividade. Isso, no entanto, não significa a automatização dos processos.

Portanto, onde os recursos locais forem significativamente empobrecidos, a possibilidade de aproveitamento das vantagens será reduzida. No caso de Udine (Itália), por exemplo, tem sido crescente a diferenciação e a especialização entre vários sistemas de pequenos produtores dentro de um espaço rural de uma determinada área. Assim, áreas de produção de vinho desenvolvem sua própria organização, o que também acontece entre produtores de cereais ou de frutas e vegetais (Saraceno, 1994a). Esse é outro aspecto que explica a diversidade, a qual, por sua vez, reflete-se na maior ou menor capacidade de integração e reprodução social desses segmentos de produtores.

Na verdade, os espaços passíveis de ocupação por categorias de produtores “menores” estão, de certa forma, protegidos pelas próprias características dos processos produtivos ligados a estes produtos (orgânicos, naturais). São procedimentos demandantes de um uso mais intensivo de mão-de-obra, ao contrário daqueles do modelo da “Revolução Verde”, baseados na substituição do homem pela máquina e pelos insumos químicos. Neste “novo modelo” (não único mas *diversificado*, em função das condições agroambientais locais, e, portanto, *não-transferível*), inúmeras práticas e procedimentos têm, como atributo, o fato de terem sido “feitos à mão” ou em pequenas máquinas, aproximando-se o máximo possível dos processos naturais. Quanto mais “natural” o processo, mais valor agrega-se ao produto final. É isso que constitui um *novo paradigma no contexto da relação produção-consumo*, chamado, por Watts e Goodman (1997), de *HVF*. Ma-

terializa-se, assim, *um processo de agregação de valor dependente de uma produção diversificada, flexível, diferenciada, com forte influência local, pouco intensiva em insumos químicos e máquinas pesadas e mais intensiva em mão-de-obra.*

No entanto, não se trata de uma simples volta ao passado mas, sim, de um novo “ambiente produtivo”, concebido a partir de uma reação social ao modelo degradante, até então em vigor. Esse “novo ambiente” caracteriza-se pela *convivência com todo o arsenal tecnológico desenvolvido ao longo do tempo e com um mercado consumidor mais numeroso, disperso, ávido por praticidade e agilidade e elevador do conjunto de exigências em relação ao processo produtivo. Tal processo exclui um grande contingente de agricultores pobres e potencializa espaços de inserção mercadológica mais seguros e rentáveis para os que conseguem permanecer na atividade*⁽¹⁶⁾.

2.2.4. Uma nova divisão do trabalho

Desde os anos 30 – com a política do *New Deal*, nos EUA, e, mais fortemente, depois da Segunda Guerra –, os objetivos das políticas agrícolas não vinham respondendo apenas às exigências dos agricultores, mas também aos imperativos do sistema econômico, cujos principais objetivos eram o pleno emprego, o equilíbrio entre setores, a estabilidade das rendas, o controle da inflação e o equilíbrio da balança de pagamentos. Foi, portanto, naquele momento histórico que a integração da agricultura ao sistema econômico tomou impulso, num processo denominado de

⁽¹⁶⁾ Isso remete ao debate sobre o papel do Estado neste contexto – tema analisado ao longo do estudo. É que, fundamentalmente, *os níveis de inclusão dos produtores neste mercado depende do interesse das instituições públicas e da eficácia das políticas por elas implementadas.*

modernização agrícola. Nele, os poderes públicos realizaram grandes reformas estruturais na agricultura, para adequá-la às exigências do desenvolvimento econômico, impondo-lhe um alto grau de supervisão e controle, que levou o setor a ocupar uma posição subordinada⁽¹⁷⁾. *Estava definido, assim, o lugar da agricultura na divisão internacional do trabalho*.

Mas, além da divisão na estrutura do sistema econômico, delineou-se, também, uma divisão internacional do trabalho setorial, ou seja, fez-se uma divisão do trabalho interna à própria agricultura, definidora do lugar que nela passaria a ocupar a atividade agrícola de cada país. Pode-se, em síntese, dizer que os *Estados Unidos ocuparam a posição de abastecedores do mundo*, priorizando a exportação, enquanto a *Comunidade Européia posicionou-se como importadora em busca da auto-suficiência*, dando prioridade às políticas de abastecimento interno. A alguns países do terceiro mundo, *como o Brasil*, foi delegada a função de *plataforma exportadora de grãos*, cujo carro-chefe foi a soja.

No contexto atual, esta divisão está sendo revista. Com efeito, a Comunidade Européia vem passando, desde a década de 70, de importadora a exportadora de produtos agrícolas, após ter atingido a auto-suficiência relativa. Além disso, ocorreu, em 1996, uma reformulação da política agrícola norte-americana, quando se decidiu extinguir o instrumento chamado *set-aside*, principal arma contra a superprodução, passando-se, com isso, a priorizar ainda mais a produção para exportação. Em decorrência, a política agrícola norte-americana se empenhou em fortalecer seus instrumentos de incentivo à exportação, tendo em vista a necessidade de ampliação do mercado externo⁽¹⁸⁾. Tudo isso poderá mudar completamente a posição dos países do terceiro mundo nessa divisão internacional do trabalho na agricultura.

(17) Ver Moyano (1989) e Friedmann e McMichael (1989).

(18) A safra de soja norte-americana no ano agrícola 1996-97 foi de mais de 70 milhões de toneladas, a maior dos últimos anos.

O pressuposto das pesquisas focalizadas nos processos de transnacionalização e reordenamento do sistema agroalimentar é que a “velha” ou clássica divisão do trabalho dentro deste sistema tem sido alterada de maneira irreversível no final do século XX. Significa dizer que as *commodities* clássicas de exportação (café, chá, açúcar, cacau, fumo, entre outras) têm sido crescentemente deslocadas pelos HVF, como frutas e vegetais, aves domésticas, produtos derivados do leite e frutos do mar⁽¹⁹⁾ (Watts e Goodman, 1997).

Por outro lado, este cenário tem demonstrado que as economias em desenvolvimento respondem, atualmente, por mais de um terço do valor da produção dos HVF, o que representa cerca de duas vezes o valor das exportações de café, chá, açúcar, algodão, cacau e fumo (Watts e Goodman, 1997). Destarte, em 1990 existiam 24 países de baixa e média rendas que, juntos, exportavam mais de 500 milhões de dólares em HVF, a maioria localizados na América Latina e na Ásia. No entanto, 4 desses países respondem por aproximadamente 40% do total dos HVF exportados, correspondendo eles ao que H. Friedmann chama de “novos países agrícolas” (new agricultural countries – NACs), que representariam a contraparte agroindustrial dos “novos países industrializados” (new industrialized countries – NICs). Estes últimos ocupam uma localização central no que a autora chama de produção de alimentos duráveis, frutas e vegetais frescos e do complexo dos alimentos industrializados (embutidos, enlatados e outros). Exemplos típicos desses novos sistemas agroalimentares são as frutas

⁽¹⁹⁾ Observou-se, durante a década de 80, uma queda acentuada no valor agregado dos cereais, do açúcar e das bebidas tropicais, no mercado internacional. Contrariamente, os alimentos de alto valor agregado tiveram um crescimento em torno de 8% ao ano no seu valor. Em 1989, os HVF representavam cerca de 5% do comércio mundial de *commodities*, índice que se aproxima, grosso modo, ao valor do comércio mundial de petróleo cru, segundo Jaffee, citado por Watts e Goodman (1997). Estes índices tiveram crescimento geométrico durante a década de 90, como demonstram estudos recentes, como o da FAO (1999).

cítricas brasileiras, os produtos não-tradicionais e exóticos mexicanos, a soja argentina, os vegetais de entressafra quenianos e os camarões chineses.

Esses fenômenos denotam a concepção de uma nova divisão internacional do trabalho nesse setor, impulsionado por um conjunto de transformações sociais, como as mudanças no padrão de consumo agroalimentar, nas técnicas agroindustriais, na percepção de importantes organismos multilaterais (especialmente a FAO), as reformas comerciais, entre outras, todas contribuindo para o crescimento dos *HVF*.

Simon (1992), aliás, observou que, a despeito das dificuldades opostas pelas normas regulatórias, está evidenciado que o “negócio ambiental” não se entrincheira apenas na realidade comercial da “Triad” (EUA, Alemanha e Japão), mas tem crescido significativamente. Muitas companhias nestes países o têm internalizado e já demonstraram a validade de perseguir uma estratégia de longo prazo que os habilite a aproveitar essa nova oportunidade. No entanto, o processo regulatório que acompanha esse mercado impõe exigências muito mais complexas que as anteriores, o que limita não só as pequenas empresas, mas também as grandes, a partir do momento em que, como afirma Marsden (1997a), a natureza deixa de ser um simples substrato ou insumo e passa a constituir a principal questão social, implicando novas formas de regulação.

Nessa direção, um relatório da FAO, de 1999, recomenda que a instituição procure criar um espaço de legitimação para a agricultura “orgânica”, dentro do programa de agricultura sustentável já existente, além de assistir aos países membros em seus esforços de resposta às demandas dos agricultores e dos consumidores neste setor. É que, de acordo com o referido documento, a agricultura “orgânica” pode contribuir, sobretudo, para os objetivos da sustentabilidade. O texto recomenda, ainda, que a FAO crie um fórum de discussões no campo da produção e da comercialização dos orgânicos e estimule a criação de redes de pesquisa, de ex-

tensão e assistência técnica para o desenvolvimento de experiências-piloto e a definição de padrões de qualidade e de capacidades de certificação. Este recente reconhecimento, por parte da mais importante instituição mundial no campo agroalimentar, retira os chamados *produtos “orgânicos”* da marginalidade e, em decorrência, os coloca **no centro da discussão em torno de um novo modelo de produção e de um novo padrão de consumo.**

NORDESTE E PIAUÍ: redescobrimo a diversidade

“As áreas do Nordeste semi-árido, que durante muito tempo figuraram como uma sentença de morte, hoje se transformam em uma sentença de vida” (J. A. A, presidente da Conap, dez. 1997).

Neste capítulo, procuro situar as peculiaridades da região Nordeste do Brasil, enfatizando, nela, o Estado do Piauí, e os aspectos da diversidade, que marcam de maneira tão rica o *locus* da pesquisa empírica, constituindo-se, por isso mesmo, em atributo ou vantagem comparativa da região, no contexto do mercado global. *A diversidade é, portanto, a peculiaridade do Nordeste em relação a outras regiões.* Nesse sentido, este capítulo não se detém, propositadamente, na discussão dos aspectos socialmente limitantes que tanto têm caracterizado o meio rural do Nordeste, até porque esse tem sido um tema de insistentes estudos e debates, compondo hoje vasta literatura.

Assim, numa outra direção, a ênfase recai sobre as transformações recentes, nesse espaço. Isso não significa que os “aspectos socialmente limitantes” não sejam considerados, porque reais e por permearem todo o processo analítico e servirem de baliza, em alguns momentos, para se compreenderem determinadas dinâmicas. Mas a opção é, em suma, analisar o que há de “novo” no Nordeste – com ênfase ao Piauí –, dentro da concepção de que esse “novo” resulta de uma construção social, da qual o “velho” faz parte.

3.1. Nordeste: um espaço redescoberto

Albuquerque Jr. (1999) assinala corretamente que uma região não é uma unidade contenedora de uma diversidade, mas o produto de uma operação de homogenização que se dá na luta com as forças dominantes de outros espaços regionais: por isso é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Essa homogenização leva, por sua vez, a um certo eclipse da diversidade, ainda que ela teime em se fazer considerar. No caso do Nordeste, tal processo favoreceu a visibilidade de alguns grupos sociais hegemônicos (mais ligados ao poder central) e a consequente invisibilidade de outros setores politicamente minoritários. No entanto, fenômenos como a globalização, a democratização, a dinamização da vida local e o surgimento de inúmeras ONGs têm criado novos “focos de visão” socioeconômicos tendentes a ampliar o grau de visibilidade desses setores, agora identificados como “novos”. De fato, em parte são mesmo novos, já que passam a conviver com certos agrupamentos sociais externos que aterrissam nesses espaços em busca da valorização dos seus capitais e acabam provocando uma redefinição dos grupos locais, influenciados pelas características e pelos interesses dos grupos exógenos.

Não chega a ocorrer, na verdade, uma inversão de hegemonia, mas uma redefinição que aponta para setores mais identificados com processos modernizantes em detrimento das conhecidas “oligarquias”, apegadas ao tradicionalismo. Trata-se de processos relativamente emergentes, que convivem, ainda, na maior parte dos casos, com a prevalência de interesses oligárquicos, principalmente em sub-regiões cujas dinâmica política se dá nos moldes mais tradicionais.

O Nordeste tem sido, no senso comum, sinônimo de pobreza, de ausência de potencialidades e de recursos (naturais, financeiros, sociais), uma imagem típica de “região problema”. Estudos recentes têm, porém, procurado analisar aspectos os mais

diversificados dessa regionalização, estimulados pela *crise do federalismo*, pela *liberalização comercial*, pela *reestruturação produtiva*, entre outros fenômenos da chamada “sociedade global”, no intuito de vislumbrar *o lugar do Nordeste no novo mapa do mundo redesenhado pela globalização*. Como já foi destacado, esse novo mapa do mundo pode reabilitar espaços marginalizados no padrão de acumulação anterior e levar ao refluxo outros espaços antes centrais para aquele mesmo padrão. Isso tem, no caso do Nordeste, uma importância especial.

Aliás, para Araújo (1995), nas últimas décadas mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando, inclusive, visões tradicionalmente consagradas sobre a região, como seca, indigência, avidez por verbas públicas, ou seja, o “poço sem fundo” das tradicionais políticas compensatórias, de caráter assistencialista, favorecedoras da consolidação de velhas estruturas socioeconômicas e políticas, perpetuadoras da miséria. A autora considera que, atualmente, essas são visões parciais sobre a região, pois revelam apenas parte da realidade econômica e social nordestina, mas não apreendem os fatos novos dos anos mais recentes. Não expressam, na verdade, a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste: a grande diversidade e crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas⁽¹⁾.

Com efeito, o lento crescimento que, durante décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino, foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades desenvolvidas atualmente na região (Araújo, 1995), embora essa dinâmica ainda esteja restrita aos chamados “pólos de desenvolvimento”, como mostraram as consequências da seca de 1998. De todo modo,

⁽¹⁾ Tânia Bacelar de Araújo publicou, recentemente, excelentes trabalhos sobre esse “novo” Nordeste, em que discute as novas dinâmicas econômicas da região nos meios rural e no urbano. Para uma leitura mais completa, ver a coletânea organizada por Affonso e Barros Silva (1995).

mesmo nessas regiões mais afetadas pela última seca, já é possível vislumbrar importantes alternativas econômicas.

Nos setores industrial e de serviços, os números que medem esse dinamismo – participação no PIB da região – foram positivos, apesar de na agropecuária ter havido um pequeno decréscimo quantitativo até o início da década de 90, que pode ter sido, em grande parte, produto da crise de alguns produtos, com um subsequente processo de reconversão produtiva em benefício de várias cadeias de produtos alimentares e de matérias-primas. A cana-de-açúcar, o cacau, o algodão e a pecuária bovina sofreram fortes crises, iniciadas na segunda metade da década de 80 e aprofundadas na de 90.

No caso da cana-de-açúcar⁽²⁾ e do cacau, muitos produtores padecem com a falta de alternativas econômicas nas regiões da zona da mata (principalmente em Pernambuco, Paraíba e Alagoas) e na porção cacauzeira da Bahia. Quanto ao algodão, dizimado por uma somatória de fenômenos (praga do bicudo, abertura comercial, criação da fibra sintética), a reconversão, na maior parte das vezes, deu-se dentro do próprio setor agropecuário, através das atividades frutícolas, da apicultura, da produção de castanha de caju e da criação de pequenos animais. Já a pecuária bovina, afetada principalmente pelo crescimento da produção na região Centro-Oeste, onde existem vantagens comparativas em relação ao Nordeste, a reconversão, na maior parte das vezes, deu-se através da criação de pequenos animais, principalmente na avicultura e na ovinocaprinocultura.

Estes dados, atualizados para a década de 90, ainda não apresentam índices positivos no que se refere à participação da agropecuária no PIB da região, como pode ser verificado em publicação da Sudene (1999). É preciso chamar a atenção, no entanto, para o fato de que o incremento na produção de “novos” produtos, como mel de abelhas, carne, leite e pele de caprinos,

⁽²⁾ A crise do setor sucroalcooleiro só não foi maior em virtude dos subsídios do Pró-álcool, programa que, apesar de ter adotado uma trajetória insistentemente intermitente, sempre é recriado nos momentos mais críticos do setor.

ovinos e aves, bem como de algumas frutas típicas da região, entre outros, ainda não estão sendo adequadamente valorizadas nas metodologias de construção desses indicadores.

Para Araújo (1995), mudanças significativas ocorreram no perfil produtivo da agropecuária nordestina. A partir dos anos 70, enquanto se reduzia a área plantada com algodão, mamona, mandioca e sisal, expandia-se a de cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Ao mesmo tempo, algumas culturas não-tradicionais apresentam peso crescente na produção regional pelo valor de mercado relativamente alto, caso das frutas como mamão, manga, melancia e uva (nas áreas irrigadas do São Francisco), do abacaxi (em manchas do sertão e agreste) e do tomate, café, soja e borracha (em áreas do São Francisco, do agreste, do cerrado e da zona da mata, respectivamente). Esses produtos representavam, em 1970, apenas 3% do valor da produção agrícola do Nordeste, crescendo para 13,5% em 1989.

Dez anos depois, em 1998, as produções de tomate, uva, soja, manga, melancia, mamão, laranja, entre outras, como a do caju (voltada principalmente para a produção de castanha), a do mel de abelhas e a de carnes de pequenos animais cresceram significativamente⁽³⁾. Este incremento, estimulado pelas mudanças nos hábitos de consumo e pelo mercado externo (manga, laranja, uva e soja), logrou a condição de significância nas operações comerciais da região – embora ainda não devidamente computados –, enquanto as áreas plantadas com cana-de-açúcar e cacau vivem um aprofundamento de suas crises. De acordo com Monteiro (1999), o cacau e a cana-de-açúcar tiveram, em todo o Brasil, um péssimo desempenho na década de 90, quando comparado com os dos 80: o cacau teve uma redução de -16,5% na produção, -66,26% no preço e -71,63% na renda bruta, ao passo que a cana-de-açúcar elevou 32,78% a produção e decaiu -45,41% no preço e -24,32% na renda bruta.

No que se refere aos setores de atividade econômica, esse movimento de reconversão e de incremento de capitais externos à

⁽³⁾ Os índices de crescimento da produção desses e de outros produtos, na década de 90, poderão ser encontrados em Boletim Conjuntural (1997), Sudene (1999), Monteiro (1999), Paula Pessoa e Leite (1998) e no Censo Agropecuário 1995-96.

região também é resultado da descoberta que esses capitais fizeram das potencialidades de recursos naturais do Nordeste, no setor industrial e no agropecuário, o que repercute positivamente no setor “serviços”, já que a região apresenta uma diversidade muito significativa de situações agroecológicas: áreas úmidas, sub-úmidas, semiáridas e áridas, cujas precipitações mínimas e máximas variam de 286 mm, em Cabaceiras-PB, e 4253 mm, em Cândido Mendes-MA. Pode-se pois dizer, a partir disso, que o Nordeste é a região do país com maior diversidade de quadros naturais, estando longe de ser homogeneamente identificada, além de apresentar grandes descompassos intersetoriais.

Na agropecuária, os dois espaços mais dinâmicos, em termos de inversão de grandes capitais e de modernização agrícola, são as áreas irrigadas no vale do rio São Francisco e as de cerrados das regiões sul/sudoeste do Piauí, sul do Maranhão e oeste da Bahia, com a produção de frutas, hortaliças e grãos predominantemente destinados a mercados externos à região. Nestas áreas, a maior parte dos capitais privados investidos é de origem externa ao Nordeste, embora os investimentos públicos tenham se constituído nos grandes impulsionadores e se mantido, até o momento, como os principais suportes dos processos de desenvolvimento econômico, com reflexos sociais ainda esperados.

Essas são, de fato, áreas de maior dinamismo, no sentido de constituírem espaços onde a quantidade de capital investido é relativamente maior que em outras. Mas, como sugere Araújo (1995), a riqueza do Nordeste encontra-se na diversidade de alternativas de investimento, diretamente relacionada à diversidade dos seus recursos naturais, não sendo apenas os grandes capitais ou os megaprojetos que têm logrado viabilidade. As possibilidades recém-descobertas no Nordeste englobam também empreendimentos economicamente menores, porém de maior alcance social em comparação aos grandes. Um exemplo impactante, sob esse ponto de vista, é o do Estado do Piauí, “locus” empírico desta pesquisa, descrito, detalhadamente, a seguir.

3.2. Piauí: um espaço diverso

O Piauí tornou-se mais conhecido no Brasil pelos seus índices de pobreza, retardo econômico e atraso político.

A contemporaneidade, marcada por um conjunto de redefinições sócio-espaciais, oferece, porém, a oportunidade de outros aspectos, que não os citados acima, serem evidenciados, estudados e situados geoeconomicamente.

Embora seja, em extensão territorial, o terceiro maior estado do Nordeste, perdendo em área total apenas para a Bahia e o Maranhão, o Piauí ainda é pouco populoso (Tabela 2). Sua densidade demográfica fica em torno de 10,6 hab./km², a menor do Nordeste, com variação de 20 a 90 hab/km². Um pouco mais da metade da população vive no meio urbano, percentual menor que o do Nordeste (61%) e do Brasil (75%).

O meio rural piauiense apresenta importância social e econômica muito significativa para o estado, configurando-se um espaço a ser melhor conhecido e analisado. Isto é feito aqui, a partir dos dados disponibilizados pelas PNADs⁽⁴⁾, referentes às décadas de 80 e 90, e do estudo da apicultura, na busca de melhor entendimento da evolução recente desse espaço e as perspectivas daí derivadas.

Tabela 2. Participação relativa da população rural na população total dos Estados do Nordeste.

Estados	Pop. total (A)	Pop. rural (B)	B/A
Maranhão	5.222.565	2.511.008	48,1
Piauí	2.673.176	1.117.061	41,8
Ceará	6.809.794	2.096.483	30,8
Rio G. Norte	2.558.660	715.174	28,0
Paraíba	3.305.616	1.043.630	31,6
Pernambuco	7.399.131	1.922.216	26,0
Alagoas	2.633.339	971.425	36,9
Sergipe	1.624.175	483.606	29,8
Bahia	12.541.745	4.714.902	37,6
Nordeste	44.768.201	15.575.505	34,8

Fonte: IBGE. Contagem da População, 1996.

⁽⁴⁾ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – são levantamentos amostrais, com base no último censo demográfico disponível, que investigam basicamente as características demográficas e socioeconômicas dos domicílios e indivíduos neles residentes. A previsão é de que sejam realizadas, inicialmente, no período intercensitário, pelo IBGE, na tentativa de manter minimamente atualizados os dados dos censos demográficos decenais. Mas, devido a problemas institucionais, esta periodicidade não tem sido mantida.

Com a retomada da idéia de que o Piauí é um estado predominantemente agrícola, merecem atenção os processos atuais através dos quais ocorrem reconversões de atividades agrícolas tradicionais para novas atividades (agrícolas e não-agrícolas). Estas, em consonância com as peculiaridades do mercado global, relacionam-se diretamente à diversidade de seus recursos naturais.

Já é possível, por isso, identificar processos e dinâmicas novos, com níveis de importância social e econômica suficientes para adquirirem estatuto de objeto de estudo. Com efeito, estudos recentes têm captado mudanças significativas no perfil das populações e dos espaços rurais no Brasil. Um dos mais abrangentes, na atualidade, é o do projeto Rurbano – referido na introdução –, que envolve mais de uma dezena de pesquisadores de vários estados brasileiros e se propõe a explorar a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não-agrícola, entre outros, na configuração recente do desenvolvimento rural brasileiro. A hipótese mais geral é a de que *está ocorrendo um significativo processo de reestruturação do espaço rural, em função da perda progressiva da capacidade geradora de renda das atividades tradicionais ligadas à agricultura, a partir do qual algumas atividades produtivas são deslocadas e outras são criadas ou recriadas em novas bases*. Trata-se de um processo *espacialmente mais amplo*, que já pode ser verificado em outros países e que apresenta *particularidades em cada subespaço* analisado.

Esta hipótese confere especial importância para o Nordeste e, mais ainda, para o Estado do Piauí, lugares onde aqui focalizados, no sentido de *verificar a especificidade da ocorrência desse fenômeno*. Mesmo tomando por base os dados secundários levantados pelo IBGE, os resultados tornam-se mais importantes à medida que se coadunam com os processos sociais e as dinâmicas econômicas observados na pesquisa empírica, apresentada no capítulo seguinte.

3.2.1. Meio rural piauiense: novos processos, novos atores, novas oportunidades

O Piauí está situado em uma área geográfica muito rica – o Meio Norte, que engloba o Estado do Maranhão –, com grande diversidade de ecossistemas. Por localizar-se *entre a porção semiárida nordestina e a Amazônia úmida*, apresenta condições ecossistêmicas intermediárias entre esses extremos. As formações vegetais do Piauí, por exemplo, sofrem influência de alguns domínios da Amazônia, do Planalto Central e do Nordeste, o que configura uma diversidade importante de ecossistemas, em decorrência de ser uma *zona intermediária entre a Amazônia, os cerrados e o trópico semiárido*. Além disso, variações locais (topoclimas), sob influência do relevo, exercem papel relevante sobre a vegetação, criando áreas de transição. Isoladamente, o Piauí possui uma das maiores diversidades de ecossistemas em um mesmo estado, no Brasil. Refletindo essas condições, as principais formações vegetais são *florestas pluviais, florestas dicotilo-palmáceas, restingas e mangues, campos limpos, cerrados e caatingas*. O Piauí tem, assim, quase todos os tipos de vegetação do Brasil tropical (Mapa 1).

Nas florestas dicotilo-palmáceas destacam-se o *babaçu e a carnaúba*, plantas extrativas. Na faixa litorânea, há *florestas de restinga, formações de mangues e campinas de várzeas*, destacando-se o *Delta do Parnaíba*, único em mar aberto das Américas e detentor de um enorme potencial de recursos naturais a serem explorados. Na microrregião de Campo Maior, a vegetação assume a forma campestre, entremeada de *carnaubeiras e bosques*, formando um “complexo vegetacional” próprio para a criação de grandes e pequenos animais. *Os cerrados*, por sua vez, ocupam vastas áreas no centro/norte e sul/sudoeste do estado, abrigando espécies vegetais típicas dos cerrados nordestinos e outras, integrantes da flora dos cerrados do Brasil Central, constituindo-se, no sul/sudoeste do estado, em áreas de um recente, mas intenso, di-

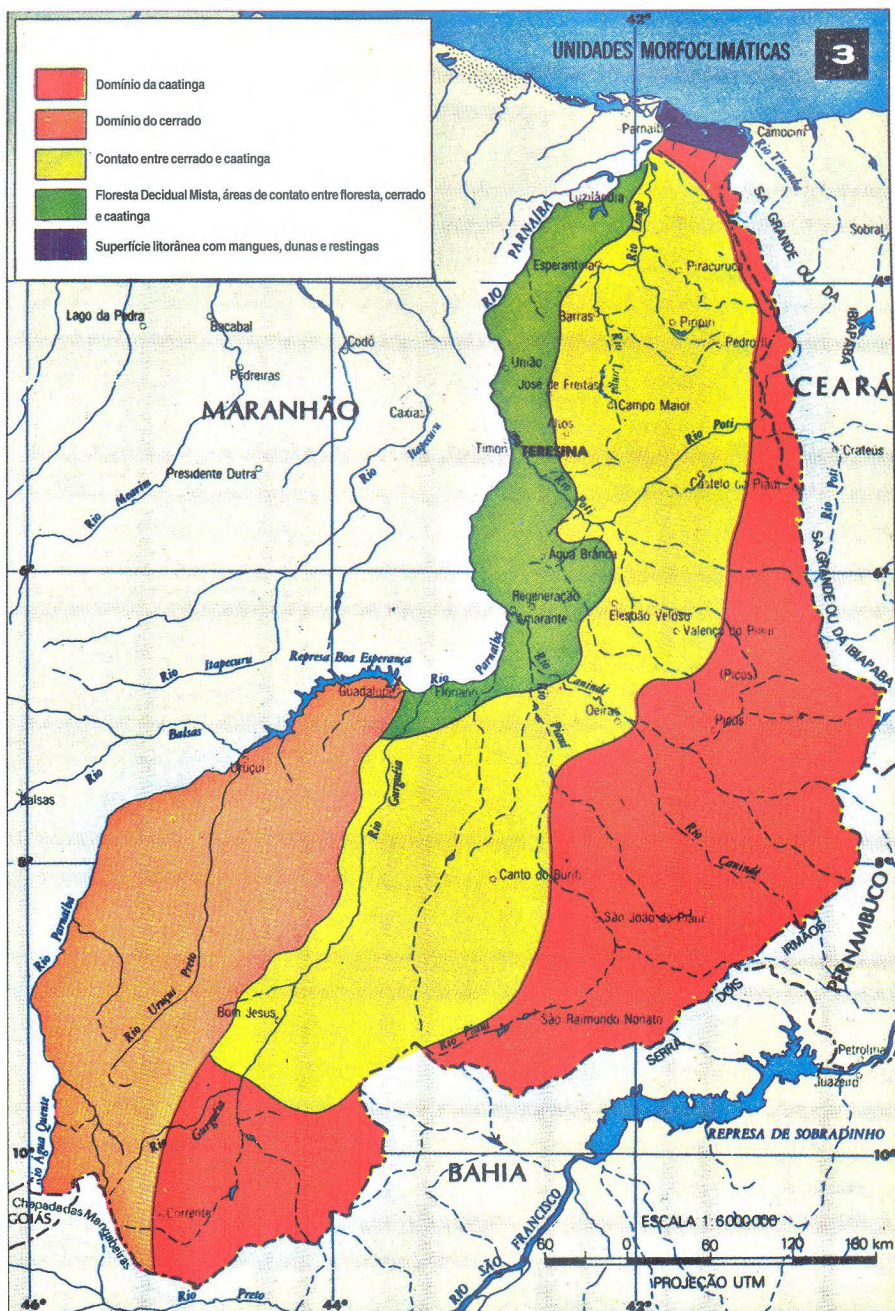
namismo econômico, a partir de uma agricultura moderna de produção de grãos (soja e arroz). As formações de *caatinga*, típicas do semiárido nordestino, aparecem no leste e sudeste do estado, onde se encontra um pequeno número de espécies com folhas grandes, uma grande ocorrência de plantas suculentas e espinhosas e um tapete herbáceo estacional, que contém muitas espécies do semiárido do Nordeste e apresenta-se como *área propícia ao desenvolvimento da apicultura, criação de pequenos animais, principalmente caprinos e ovinos, e produção de frutas*.

A importância dessa caracterização reside, em essência, na exposição da amplitude de possibilidades a serem exploradas, a partir dessa diversidade de recursos naturais potencialmente geradores de produtos e processos econômicos e sociais – em perfeita harmonia com as novas características do mercado global – capazes de, por sua vez, favorecer reconversões, inserções e reinserções produtivas de diferentes grupos sociais locais e, extralocais, como, aliás, vem-se verificando.

Há, porém, outras *características particulares do espaço rural do Estado do Piauí*, que sofreram transformações importantes nas duas últimas décadas e ajudam a entender alguns aspectos das mudanças recentes⁽⁵⁾. São elas:

- **Criação de novos municípios.** Foram criados 30 municípios em 1993 e 73 em 1997, totalizando, de 1992 a 1997, 103 novos municípios. Com isso, em apenas 5 anos, quase duplicou o número de municípios do estado, na década de 90, após a realização do Censo Demográfico de 1990-91. Além disso, ocorreu uma significativa expansão das áreas urbanas das maiores cidades,

⁽⁵⁾ Nesta seção, parte-se dos dados das PNADs para 1981, 92, 93, 95, 96 e 97, que disponibilizam uma análise da evolução das atividades/ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural do Piauí, no período 1981-1997.



Mapa 1. Principais unidades morfoclimáticas do Estado do Piauí.

como Parnaíba, Picos e, principalmente, Teresina, na mesma década. Essas áreas, no entanto, continuaram sendo consideradas como rurais, para efeito da realização dos trabalhos de campo das PNADs⁽⁶⁾.

- **Municípios pesquisados pelas PNADs.** Na década de 90, as PNADs foram realizadas no Piauí, até 1997, em 16 municípios: Bertolínia, Landri Sales, Gilbués, Barreiras, Anísio de Abreu, Picos, Itainópolis, Paulistana, Arraial, Regeneração, Campo Maior, Piri-piri, Parnaíba, Luiz Correia, Batalha e Teresina. Nenhum deles foi criado na década, não havendo, portanto, quase influência direta alguma dos novos municípios na contagem das PNADs, exceto a da expansão das áreas urbanas das maiores cidades, principalmente Picos, Parnaíba e Teresina, cuja magnitude é extremamente significativa no sentido de provocar distorções nos dados das pesquisas, realizadas após o Censo Demográfico de 1990/91.
- **Nível tecnológico da agricultura e uso de mão-de-obra.** O Piauí tem, historicamente, conjugado atividades de pecuária/extrativismo/agricultura de subsistência/algodão. O algodão, principal produto voltado para o mercado, é, hoje uma atividade com pouca expressão econômica. Mais recentemente, algumas novas atividades agrícolas estão sendo desenvolvidas no estado, como a expansão da agricultura intensiva no centro-sul

⁽⁶⁾ Essa mudança de designação das áreas antes rurais para áreas agora urbanas só é computada pelas PNADs após o recadastramento das áreas do estado, procedimento que só ocorre a cada dez anos, por ocasião dos censos demográficos. Neste intervalo, mesmo que uma determinada área deixe de ser legalmente rural e passe a urbana, continuará a ser considerada rural pelas PNADs, até o próximo censo. No caso da expansão das áreas urbanas (através da incorporação de áreas rurais), um conjunto de equipamentos típicos do meio urbano (água, energia elétrica, saneamento, pavimentação, transporte urbano, telefone, entre outros) são nelas instalados, criando, assim, uma outra dinâmica, caracterizada pela abertura de novas ocupações nas próprias áreas ou pela facilitação do deslocamento diário para o centro urbano, em busca de ocupações.

e no oeste baiano, que passou a incorporar as áreas de cerrados do sul/sudoeste do Piauí, havendo o crescimento da importância econômica de atividades antes deprimidas comercialmente, como a criação de pequenos animais (principalmente caprinos, ovinos e aves), a produção de frutas típicas da região (bacuri, cajá, umbu, mangaba, cajuí, entre outras), a de mel de abelhas e outros produtos apícolas, e a de castanha de caju, entre outros, ainda emergentes, dirigidos em sua grande maioria, para nichos de mercado de produtos de alto valor agregado. Contudo, apesar destas áreas e atividades mais dinâmicas, o Piauí não pode ser considerado como um estado que tenha modernizado e tecnificado, de forma abrangente, sua agricultura.

- **Áreas de maior dinamismo no estado.** As áreas de maior dinamismo econômico do Piauí são o **sul/sudoeste**, conjugando as *áreas de cerrados*, (produção de soja e arroz) e o *vale do Gurguéia*, (fruticultura), o **litoral**, em torno da cidade de Parnaíba (leite, frutas, frutos do mar e turismo), a **microrregião de Picos**, região semi-árida, em torno da cidade homônima (caju, com aproveitamento da castanha, mel de abelhas e pequenos animais), a **microrregião de São Raimundo Nonato**, região semi-árida, em torno da cidade de mesmo nome, (pequenos animais, mel e mandioca) e a **microrregião do Médio Parnaíba**, em torno da cidade de Teresina (frutas, pequenos animais, mandioca, atividades industriais urbanas e de consumo de serviços).
- **Fenômeno das secas.** Outro aspecto fundamental, para o qual se deve estar atento, na análise dos dados das PNADs, é a influência sobre eles do fenômeno das secas periódicas do

Nordeste. No Piauí, a seca de 1993 teve impacto decisivo no crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas, principalmente no ramo da construção, marcado pelas obras nas frentes de serviço. A distorção diz respeito à sazonalidade das ocupações criadas pelas políticas emergenciais destinadas aos moradores das áreas atingidas pelo fenômeno climático. Na maior parte dos casos, municípios inteiros, incluindo as áreas urbanas, são “beneficiados” pelos programas governamentais provisórios. Mas, após a suspensão deles, o comportamento dos índices de ocupação sofrem quedas importantes, dificultando, assim, a definição de uma trajetória coerente de evolução das atividades no período estudado.

3.2.1.1. Evolução da PEA agrícola e não-agrícola no período 1981-97

O diálogo com os dados seguintes procura proceder à identificação de novos processos econômicos e sociais curso no espaço estudado. Nessa direção, os dados agregados das PNADs, no período 1981-97, acabam confirmando as observações já feitas por outros autores para o Brasil e para a maioria dos estados da federação. Segundo elas, os índices da PEA agrícola tendem a decrescer, enquanto os da PEA não-agrícola inclinam-se a um comportamento inverso, embora em ritmo moderado, também no Piauí. A Tabela 3 mostra que a PEA agrícola do estado cresce moderadamente no período 1981-1992 (1,0% ao ano, em média), mas decresce mais aceleradamente no período 1992-1997 (-4,5% ao ano, em média).

Tabela 3. População rural de 10 anos e mais, segundo o ramo de atividade. Piauí, 1981/1997 (1000 pessoas).

Ramos de atividade	1981	1992	1993	1995	1996	1997	taxa de crescimento (%aa.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
População economicamente ativa	481	466	518	499	425	444	-0,3	-2,2
Ocupados								
Agrícola	341	381	393	385	304	318,2	1,0 *	-4,5 *
Não-agrícola	140	82	121	113	109	117,2	-4,7 ***	4,4
Indústria da transformação	8	10	14	14	24	20,9	2,1	15,9 ***
Indústria da construção	101	9	37	16	17	14,1	-19,6 ***	-0,7
Outras atividades industriais	1	2	3	5	3	1,6	8,2	-6,1
Comércio de mercadorias	6	11	16	12	13	18,3	5,8 *	5,5
Prestação de serviços	9	18	14	30	18	24,6	6,6 **	7,4
Serviços auxiliares de atividade econômica	1	1	1		1	0,5	7,2	
Transporte e comunicação	2	1	2	2	6	5,8	-1,4	31,7 ***
Social	10	21	28	23	22	19,9	7,1 ***	-2,8
Administração pública	2	7	6	10	6	9,4	10,7 ***	4,5
Outras atividades	0					2,1		
Não ocupados								
Procurando emprego	0	3	4	2	11	8,9	21,6 ***	26,6
Não economicamente ativos								
Aposentados, pensionistas ou outras rendas	46	52	69	81	90	75,4	1,1	8,2 *
Outros não-economicamente ativos	343	621	246	273	319	322,9	5,5 ***	-7,5
Pessoas de 10 anos ou mais	870	1.139	834	853	834	842,6	2,5 ***	-4,4 *

a) teste "t" indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste "t" indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente, 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro/1999.

Já a PEA não-agrícola decresce significativamente no período 1981-1992 (-4,7% ao ano, em média), mas cresce no período 1992-1997 (4,4% ao ano), embora este índice não tenha sido considerado estatisticamente significativo e tenha havido várias oscilações no período. Algumas observações mais específicas, a partir de uma análise mais cuidadosa dos dados, apontam a particularidade do Piauí em relação a outros estados, principalmente os não-nordestinos.

Na Tabela 3, por exemplo, os dados de cada ramo de atividade, individualmente considerados, revelam que, entre os anos de 1992 e 1993, ocorreu um crescimento geral da PEA não-agrícola, com o incremento de aproximadamente 39.000 ocupações⁽⁷⁾ (50% a mais em relação a 1992). Destas, 28.000 (75% do total das ocupações não-agrícolas) foram geradas no ramo da indústria da construção. Este período foi marcado, diga-se, pelo fenômeno da seca em todo o Nordeste, com os índices de atividades agrícolas tendendo ao decréscimo – ainda que isso não se tenha verificado no Piauí, de acordo com os dados das PNADs –, e as atividades não-agrícolas normalmente adotando comportamento inverso, notadamente no setor da construção, estimulado pelas obras nas frentes de serviço ou de emergência.

No geral, no período 1992-1997 houve uma perda de 63.000 ocupações agrícolas e uma recuperação de 35.000 ocupações não-agrícolas no meio rural do Piauí, necessitando-se de aproximadamente 28.000 ocupações para que se retornasse aos patamares, já deficitários, do início da década. Porém, como já observado, essas ocupações são, em grande parte, temporárias – nas frentes de emergência, por exemplo – não permitindo que se possa afirmar, com base nos dados das PNADs, a existência de uma nova dinâmica no meio rural piauiense, assentada nas atividades não-agrícolas.

Por outro lado, a base de dados disponível indica que está em curso, no Piauí, um duro processo de corrosão dos índices de ocupação na atividade agrícola no meio rural, consubstanciado no índice de -4,5% ao ano, em média, no período 1992-97. Esse processo se reflete no índice dos que estavam procurando emprego na semana de referência da PNAD (com crescimento em torno de

⁽⁷⁾ A expressão “emprego” só será utilizada quando fizer referência às categorias utilizadas pelo IBGE. A opção pelo uso da categoria “ocupação” se restringirá à análise livre desse tema, por considerar que a categoria emprego não retrata bem a realidade das formas de ocupação no meio rural, principalmente do Nordeste.

20% ao ano, entre 1981 e 97), passando de menos de 1000 pessoas, em 1981, para 11.000, em 1996, mas caindo para 8.900, em 1997.

No que se refere aos não-economicamente ativos, observou-se, no Piauí, um crescimento muito importante dos aposentados na década de 90 (8,2% ao ano). Como demonstrou Delgado (1996), o principal indutor deste aumento foram as alterações ocorridas na Constituição Federal de 1988, que nivelou os valores das aposentadorias rurais aos das urbanas. E, assim como nos outros estados estudados pelo projeto Rurbano, no Piauí esta revisão dos benefícios da previdência, estendendo-se igualmente ao meio rural, contribuiu para o surgimento de novas atividades de prestação de serviços, o que ajuda a explicar, pelo menos em parte, o incremento das atividades não-agrícolas neste meio. Porém, diferentemente da maioria dos outros estados, a participação desse segmento na criação de novas ocupações não-agrícolas não parece muito significativa, haja vista o grau de pobreza das áreas rurais e, por consequência, dos seus respectivos habitantes na condição de aposentados. Tudo indica que a renda oriunda dos benefícios da previdência é, na maioria dos casos, destinada a atender às carências básicas da família, como a própria alimentação e a aquisição de medicamentos, sobrando muito pouco para outras necessidades. Mesmo assim, essa fonte de renda tem-se apresentado como uma das mais importantes na manutenção de muitos estabelecimentos, evitando a desocupação de parte da família ou a sua migração para os centros urbanos.

Para o Nordeste, o comportamento de todos os índices é o mesmo. No geral, decresce a PEA agrícola e cresce a PEA não-agrícola, elevando-se o número dos que estão procurando emprego e dos não-economicamente ativos. Todos os índices, no entanto, são de magnitude inferior aos do Piauí.

O Piauí é, assim e ainda, um estado predominantemente agrícola. Com efeito, é o segundo estado da federação, depois do Maranhão, com maior índice relativo de população rural (41,8%),

como mostra a Tabela 2. Isso faz com que a PEA rural, de 444 mil pessoas em 1997 (Tabela 3), assuma significativo grau de importância relativa quando comparada à PEA urbana, de 644 mil pessoas no mesmo ano. Este dado denota mais uma especificidade do Piauí em relação a outros estados nos quais a PEA rural é relativamente menos significativa se comparada à urbana.

De todo modo, verifica-se *um crescimento importante das atividades não-agrícolas no meio rural piauiense, fato que merece atenção das instituições e dos pesquisadores*. Nesse sentido, a hipótese mais importante a ser considerada é a de que *o crescimento da PEA não-agrícola dá-se de forma concentrada em alguns ramos de atividade, principalmente os da “indústria de transformação” e da “indústria da construção”, impulsionados pelas atividades agrícolas, no primeiro caso ou, no segundo, pela disposição de nelas permanecer, através do alistamento nas frentes de emergência*.

3.2.1.2. Ramos de atividade não-agrícola

A verificação dessa hipótese pode ser feita voltando-se à análise da Tabela 3, que mostra as atividades não-agrícolas desagregadas por ramos de atividades. Com efeito, apresentaram evolução positiva, na década de 80, apenas os ramos ligados ao “comércio de mercadorias”, à “prestação de serviços”, aos “serviços sociais” e à “administração pública”. Nos anos 90, passaram a crescer significativamente os ramos da “indústria de transformação” e do “transporte e comunicação”.

No período 1981-1992, o maior destaque é o aumento relativo das atividades ligadas à administração pública, com a criação de cerca de 5.000 novas ocupações só nas esferas municipais, projetando um índice de 10,7% de crescimento ao ano, nesse período. A Constituição Federal de 1988, que passou a exigir a realização de concurso público para provimento de cargos em caráter efetivo, contribuiu para a redução desses índices na década de 90

(no período 1992-97, os índices de crescimento nessa categoria, 4,5% ao ano, não foram estatisticamente significativos), sem falar da crise fiscal por que passam o estado e a maioria dos municípios⁽⁸⁾. Esse movimento também estimulou a oferta de outros “serviços sociais” – que cresceram 7,1% ao ano, em média –, no mesmo período.

De 1981 a 1992, o ramo de atividades ligado ao “comércio de mercadorias” teve crescimento significativo (5,8% ao ano), mas não manteve o mesmo desempenho no período 1992-97. A aproximação ao meio rural das grandes redes de magazines e supermercados, com a expansão cada vez maior das áreas urbanas, pode ter sido, em parte, responsável por esse fraco desempenho. É notória a desativação, por motivo de falência, de um grande número de pequenos estabelecimentos comerciais no meio rural em função do poder de concorrência das grandes redes de varejo, cada dia mais acessíveis aos seus habitantes devido, entre outros fatores, às maiores facilidades de deslocamento, com a melhoria dos transportes.

Outro ramo que decresceu significativamente no período 1981-1992 foi o da “indústria da construção” (-19,6% ao ano). Trata-se, em sua grande maioria, de pessoas alistadas nas frentes de emergência, criadas em função da seca 1979-1983. Esse número foi sendo reduzido em -19,6% ao ano, em média, até chegar a 9.000 pessoas em 1992, quando volta a crescer. No período 1992-1997 – embora o índice de variação não tenha sido significativo – o maior incremento nesta atividade ocorreu no intervalo 1992-1993, passando de 9.000 para 37.000 pessoas ocupadas, com o maior estímulo para isso tendo sido, novamente, o fenômeno da seca, em 1993.

No período 1992-1997, as atividades de “transporte e comunicação” mantiveram índice de crescimento importante (31,7% ao ano). Nessa situação, a hipótese mais provável é a de que a

⁽⁸⁾ É provável que esses índices sofram alterações significativas para baixo, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde maio de 2000.

incorporação de áreas rurais pelas grandes cidades – especialmente Teresina –, após a realização do último censo demográfico, tenha estimulado o aumento das ocupações nesses ramos de atividades que visam, na maior parte dos casos, a atender a demandas dos setores urbanos.

Chama ainda atenção, no período 1992-97, o crescimento das ocupações na indústria de transformação⁽⁹⁾ (15,9% ao ano, em média). Em grande medida, isso pode ser atribuído à incorporação, pelos agricultores, principalmente os menores, dos processos de transformação da matéria-prima, no sentido de adicionar serviços ao produto final, principalmente no setor agroalimentar. É a mudança do preceito da quantidade (produção e produtividade) para o da qualidade, que ficou mais conhecido, no Brasil, como “agregação de valor” ao produto e que já impacta, de forma significativa, até mesmo as áreas menos dinâmicas da produção de alimentos no Brasil, como é o caso, também, do Piauí. Esse novo processo demanda a absorção de serviços ligados a atividades não-agrícolas ao longo da cadeia produtiva, seja no próprio estabelecimento, seja em cooperativas e associações, seja em indústrias de transformação instaladas no próprio meio rural.

No Piauí, tal fenômeno pode ser observado nas microrregiões produtoras de frutas, com destaque para a de Picos (doces, compotas, bebidas), Teresina (laranja, limão, manga), Alto Médio-Gurguéia (laranja, manga), Picos e São Raimundo Nonato (mel de abelhas), Picos e Teresina (processamento da castanha do caju), sem falar na criação de pequenos animais (caprinos, ovinos e aves), desenvolvida em todo o estado. São processos que requerem intensividade de mão-de-obra nas atividades de transformação e distribuição dos produtos, com o objetivo de atender às exigências cada vez maiores do mercado.

⁽⁹⁾ A “indústria de transformação” tem mais de 300 diferentes atividades a ela vinculadas. No caso do Piauí, a mais importante é a de *transformação de produtos agropecuários*. A pesquisa com interlocutores-chave concluiu que as outras atividades da indústria de transformação têm pouca expressividade. No meio rural merece, ainda, destaque, o artesanato.

Nesse sentido, uma atenção especial deve ser dada ao crescimento das atividades não-agrícolas, ligadas à indústria de transformação vinculadas a produtos de origem agrícola, que crescem cada vez mais no estado. Como mostra a Tabela 3, o aumento deste ramo, moderado no período 1981-1992 (2,1% ao ano, em média), acelerou-se muito no de 1992-1997, com destaque para os intervalos de 1992-93 (mais de 4.000 novas ocupações) e 1995-97 (mais de 10.000).

Estes números são, à primeira vista, de uma magnitude surpreendente, tanto que, apenas na atividade apícola (produção de mel de abelhas e outros produtos similares), estima-se a criação de mais de 20.000 ocupações diretas, na década de 90. A ela deve, aliás, ser somadas a cajucultura, a fruticultura e a de pequenos animais, que incrementaram significativamente seus níveis de ocupação de mão-de-obra. Isso projeta um número muito próximo de ocupações indiretas, em atividades não-agrícolas, principalmente depois de 1995, quando o Banco do Nordeste passou a financiar a atividade, com importante participação da indústria de transformação (processamento da castanha de caju, da cajuína, dos doces e compotas, dos sucos, da purificação e envaze de mel, entre outras).

Para Watts e Goodman (1997), este processo de elevação do valor agregado aos produtos agroalimentares, através da incorporação de atributos diversos, vem-se constituindo em um novo paradigma setorial, a que os autores denominaram de *High Value Food* (HVF). Para atender a estas exigências é preciso, na maioria dos casos, envolver mais pessoas no processo produtivo. Um exemplo típico desse fenômeno é o da castanha de caju, cujo mercado prefere castanhas inteiras. De acordo com Paula Pessoa e Leite (1998), os maiores índices de castanha inteira têm sido obtidos nas miniusinas, em que se utiliza mais mão-de-obra que nas grandes. Outro exemplo é o do mel, cujo mercado prefere um produto limpo (centrifugado) e de cor clara, o que torna necessário incluir, no processo produtivo, tanto a etapa do processamento,

visando à eliminação de impurezas, quanto a de um manejo que viabilize a cor mais clara, buscando floradas adequadas.

Isto pode significar a adoção de um novo padrão de produção, que combine qualidade com intensividade de mão-de-obra, em algumas etapas do processo produtivo, cujas atividades ultrapassam os limites da produção agrícola propriamente dita e passam a incorporar atividades não-agrícolas (serviços) nos elos subsequentes da cadeia. É, portanto, algo que se diferencia do padrão “fordista”, cujas características eram a intensividade tecnológica e o baixo uso da mão-de-obra, em busca da padronização dos produtos e processos. No Nordeste, este fenômeno se apresenta como um dos mais fecundos objetos de pesquisa para os próximos anos, tendo em vista as possibilidades de ampliação de oportunidades de geração de ocupação e de renda, a partir da inserção de algumas áreas da região, sejam as irrigadas, sejam algumas de sequeiro (como é o caso do Piauí), no mercado global das chamadas “especialidades”, nichos de mercado de alto valor agregado, nos quais se enquadram a maioria dos produtos citados.

Por último, os números mostram que a evolução positiva da PEA urbana e a diminuição da PEA rural no Piauí vêm confirmar a hipótese do crescimento do êxodo rural no período 1981-1997. Em 1981, a PEA urbana era de 293.000 pessoas, passando a 579.000, em 1992, e a 644.000, em 1997. No caminho inverso, a PEA rural cai de 481.000 pessoas, em 1981, para 471.000, em 1992, e para 439.000, em 1997.

3.2.1.3. Setores de atividades não-agrícolas

Um segundo modo de desagregação das atividades não-agrícolas é apresentado na Tabela 4, através dos setores de atividades da PEA rural, que representam, por sua vez, uma segmentação dos ramos de atividades já analisados na seção anterior. A utilização dessa tabela tem, aqui, o sentido de destacar

o comportamento do setor “emprego doméstico” no período considerado (1981-97), tendo em vista a importância desta atividade no meio rural de todos os estados brasileiros estudados. Por isso é importante verificar a sua especificidade no Piauí.

Merece destaque a intensa e significativa movimentação da grande maioria dos setores de atividades nos anos de 80, crescendo ou decrescendo, como mostra a Tabela 4. Trata-se de uma década muito influenciada pelos diversos planos econômicos que, tudo indica, provocaram alterações importantes nos processos econômicos no meio rural piauiense. Além disso, a permissividade da legislação referente à contratação de funcionários públicos contribuiu para estimular o dinamismo de alguns setores, como já analisado.

Tabela 4. Principais setores de atividades da população rural não-agrícola ocupada 15 horas ou mais na semana de referência. Piauí, 1981/1997 (1000 pessoas).

Atividade de empreendimento	1981	1992	1993	1995	1996	1997	taxa de crescimento (% aa.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
emprego doméstico	3	7	5	12	8	12	8,3 **	12,4 *
Construção	101	9	37	16	17	14	-19,6 ***	-0,7
estab. ensino público	9	18	21	18	18	14	7,0 ***	-5,0 *
comércio alimentos	4	7	12	8	4	12	4,0	-0,8
indústria alimentos	0	2	3	1	6	2	19,6 **	-2,8
indústria transformação	1	2	6	4	9	12	10,0	34,0 **
Restaurantes	1	4	1	1	2	5	18,5 ***	6,4
Alfaiataria	4	5	6	10	4	3	1,0	-10,2
administração municipal	0	7	4	7	3	8	123,0 ***	2,3
comércio ambulante	0	1	4	1	5	4	86,9 *	24,2
indústria de madeiras	0	2	1	2	1	4	19,6 **	12,6
transporte de carga	1	1	1	2	3	1	7,2	10,1
assist. técnica - veículos	0	0	0	2	1	1	3,3	
Sub-Total	124	67	100	82	81	92	-5,4 ***	2,7
PEA NÃO-AGRÍCOLA	140	82	121	113	109	117	-4,7 ***	4,4

a) teste “t” indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste “t” indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente, 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro/1999

Assim, os setores de atividades com crescimento significativo em termos de ocupação, tanto no período de 1981-1992, quanto no de 1992-1997, no Estado do Piauí restringiram-se ao “emprego doméstico” e à “indústria de transformação”. O setor que mais perdeu postos de ocupação, com níveis de significância estatística, no período 1992-1997, comparado ao de 1981-1992, foi o de “estabelecimentos de ensino público”.

O crescimento do emprego doméstico⁽¹⁰⁾ nos dois períodos (1981-1992 e 1992-1997), a índices de 8,4% e 12,4% ao ano, respectivamente, pode ser explicado, no caso do Piauí, pela proximidade cada vez maior das áreas urbanas ao meio rural. Com as sucessivas crises sobre a atividade agrícola (desemprego, seca, queda dos preços, etc.), as mulheres passaram a, crescentemente, demandar o meio urbano, em busca de ocupação e renda. A proximidade física cada vez maior do meio urbano com o rural e a melhoria dos serviços de comunicação e transporte têm facilitado o deslocamento de pessoas para trabalhar em serviços domésticos, ainda que, na maioria dos casos, continuem residindo no meio rural. Tal processo é favorecido, também, pelo senso comum, segundo o qual pessoas oriundas do meio rural são mais confiáveis e menos exigentes de direitos trabalhistas, sendo, portanto, preferidas e procuradas pelos empregadores das maiores cidades. No Piauí, em parte significativa dos casos, essa mão-de-obra reside em áreas incorporadas pelas maiores cidades pós-censo demográfico de 1991 e, por isso, permanecem computadas como integrantes de áreas rurais. O exemplo mais significativo é o da capital, Teresina, onde esse fenômeno pode ser facilmente observado.

⁽¹⁰⁾ A categoria “emprego doméstico”, no âmbito das PNADs, abriga uma variedade de mais de 20 tipos de diferentes ocupações (casa de campo, casa de família, casa de veraneio, faxina em locais diversos, etc.), o que faz com que vários tipos de profissionais sejam nela enquadrados.

Esses dados demonstram que um maior acesso a novos produtos e serviços no meio rural traz consigo um constante aumento da demanda por outros novos produtos e serviços, criando, assim, uma dinâmica fundamental para o incremento das oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas no meio rural. Assim, em 1997, os mais importantes setores de atividades, em termos de ocupação não-agrícola no meio rural do Piauí, em valores absolutos do número de pessoas ocupadas são, respectivamente, indústria da construção (14.000), estabelecimentos de ensino público (14.000), indústria de transformação (12.000), emprego doméstico (12.000) e comércio de alimentos (12.000).

3.2.1.4. Posição na ocupação

Por último, a Tabela 5 apresenta dados sobre a posição, na ocupação, da população rural inserida em atividades agrícolas e não-agrícolas no Piauí, entre 1981 e 1997. Essa tabela permite verificar que, em números absolutos, a agricultura piauiense é predominantemente constituída por agricultores familiares, representados pelo somatório das categorias “conta-própria” e “não-remunerados”, que abrigavam mais de 80% do número de ocupados na atividade agrícola, durante todo o período da pesquisa (1981 a 1997).

Com efeito, enquanto nas atividades agrícolas ocorre uma redução nos níveis de ocupação, o contrário tem acontecido nas atividades não-agrícolas, como mostra a Tabela 5. Nas atividades não-agrícolas, todas as categorias têm seus níveis de ocupação elevados no período 1992-1997, quando comparado com o de 1981-1992, embora apenas os “conta-própria” (9,5% ao ano) e os “não-remunerados” (22,5% ao ano) tenham tido crescimento significativo e os empregados não apresentem variação. Chama, porém, atenção o expressivo crescimento da categoria não remunerados, na atividade não-agrícola (22,5% ao ano). A pesquisa

empírica mostrou que a grande maioria das pessoas ocupadas em atividades da indústria de transformação de produtos agrícolas (agroindústria) no meio rural do Piauí são, em geral, parentes próximos dos donos do estabelecimento, “não-remunerados” monetariamente. Esse fato é coerente com a argumentação insistentemente desenvolvida até aqui, segundo a qual *o maior responsável pelo crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural do Piauí ainda é a própria atividade agrícola, especialmente as “novas” atividades agrícolas.*

Tabela 5. População rural ocupada 15 horas ou mais na semana de referência segundo posição de ocupação por tipo de atividade. Piauí, 1981/97 (1000 pessoas).

Posição na ocupação principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	taxa de crescimento (% aa.)	
							1981/92 ^a	1992/97 ^b
Atividade Agrícola	341	381	393	385	304	318	1,0 *	-4,5 *
Empregados	45	44	36	46	44	43	-0,4	1,8
Conta-própria	167	158	162	169	132	151	-0,5	-2,2
Empregadores	5	11	15	7	5	9	6,3 **	-12,6
Não remunerados	123	169	180	163	122	115	2,9 ***	-8,3 ***
Sem declaração	-				1	-		
Atividade Não-agrícolas	140	82	121	113	109	117	-4,7 ***	4,4
Empregados	121	54	83	71	63	60	-7,1 **	-0,6
Conta-própria	17	24	28	34	31	41	3,4 *	9,5 ***
Empregadores	0		2	1	2	1	-100,0	
Não remunerados	2	4	9	7	14	15	9,1 *	22,5 **
Sem declaração	-				0	-		
TOTAL	481	463	515	497	413	435	-0,3	-2,6

a) teste “t” indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste “t” indica a existência ou não de uma tendência nos dados

***, **, * significam respectivamente, 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro/1999

Esse instrumental quantitativo carece de uma análise de cunho sociológico, referenciada em uma pesquisa empírica e baseada em dados qualitativos que ajudem a confrontar os dados mencionados com outras leituras do real, o que será desenvolvido nos capítulos seguintes, que tratarão da apicultura no

PiauÍ. Esta é considerada, por este estudo, como exemplo de uma dessas novas atividades agrícolas capazes de produzir uma dinâmica, também nova, em parte do meio rural do estado, com reflexos importantes nas dimensões econômica e social de sub-regiões, até então deprimidas, como a porção semi-árida e suas respectivas populações, envolvidas com elas direta e indiretamente, contrarrestando a tendência declinante da atividade agrícola tradicional.

No PiauÍ, são poucas as oportunidades lucrativas em atividades não-agrícolas. Isto leva a maior parte dos agricultores nelas engajados a procurarem retorno à atividade agrícola sempre que dela se vêem obrigados a sair, ainda que seja, também na maioria dos casos, uma volta parcial, passando a atividade não-agrícola a se constituir, em parte, numa estratégia de obtenção de receitas⁽¹¹⁾.

Esse é, na verdade, o contexto social cujos processos precisam sempre ser postos em diálogo com os dados estatísticos. Ou seja, informantes das pesquisas oficiais, que são trabalhadores “sazonais” (não representando, de fato, uma PEA ocupada de forma minimamente estável, em atividades agrícolas ou não-agrícolas) engrossam às vezes as estatísticas de uma e às vezes de outra categoria, dando uma idéia apenas momentânea de uma realidade em que os números, se com ela cotejados, não correspondem sempre a posições fixas. Nesse sentido, a seca de 1993, por exemplo, pode ter sub ou superdimensionado os dados do período 1992-97, indicando um crescimento das atividades não-agrícolas, além do esperado, como já comentado para o caso da construção civil.

Por fim, os dados das PNADs, ao mesmo tempo que identificaram novos processos e dinâmicas – tanto na referência ao

⁽¹¹⁾ Tal aspecto se apresenta, também, como um problema para a precisão dos dados das PNADs, tendo em vista que, a depender da existência ou não de bons anos de chuva nesses estados, a semana de realização da pesquisa pode incorporar distorções no processo de coleta dos dados.

recrudescimento da atividade agrícola quanto ao incremento da não-agrícola, no meio rural – sugerem a existência de especificidades para o Estado do Piauí, à medida que foi possível observar a importância das “novas” atividades agrícolas na geração de ocupação e renda em atividades não-agrícolas. Significa que, apesar da diminuição da relevância das atividades agrícolas tradicionais na geração de ocupação e renda no meio rural, as “novas” atividades agrícolas surgem com um potencial expressivo de compensação dessas perdas, quer gerando ocupações e renda na atividade agrícola propriamente dita, quer impulsionando outros ramos e setores de atividade não-agrícola, como o da indústria de transformação e o de prestação de serviços.

O específico nisso é que, na maioria dos estados estudados pelo Projeto Rurbano, a atividade agrícola não aparece, de maneira tão significativa, como geradora ocupação e renda no meio rural. É nas atividades não-agrícolas, na maior parte desvinculadas das atividades agrícolas – como o turismo, o lazer, o emprego doméstico – que se identificam dinâmicas novas e representativas das novas ocupações, redefinindo significativamente os contornos desse espaço. No Piauí, também houve o crescimento da importância das atividades não-agrícolas desvinculadas das agrícolas, porém *com menores níveis de significância que em outros estados.*

A relevância da identificação dessas especificidades reside no fato de que o conjunto de novas políticas, porventura destinadas ao espaço rural, não pode prescindir do conhecimento das características particulares de cada microespaço. Nesse sentido, o espaço rural do Piauí, balizado pelas características específicas dos seus recursos naturais e socioeconômicos, *ainda sugere um firme investimento em atividades agrícolas não-tradicionais, típicas de nichos de mercado de alto valor agregado, a partir de uma visão estratégica de participação na construção social do mercado global.*

3.2.2. Recursos naturais e reconversão produtiva

A base econômica histórica do Piauí foi a agropecuária, ainda hoje responsável pela maior parcela do PIB estadual. Dois segmentos – criação do gado bovino e cultura do algodão – foram considerados os economicamente mais importantes. A criação do gado bovino se deu em todas as microrregiões do estado e esteve mais afeita a detentores de grandes glebas de terra, permanecendo assim até os dias atuais. Já a cultura do algodão teve sua maior incidência na microrregião de Picos e caracterizou-se como uma atividade com predominância de pequenos produtores, à semelhança de outros estados do Nordeste⁽¹²⁾.

No início da década de 70, houve um aumento muito expressivo do número de produtores de algodão, bem como da demanda por força de trabalho na indústria têxtil. Juntos, estes dois fatores criaram uma dinâmica importante na microrregião de Picos, que se tornou a primeira em arrecadação de impostos, excluída a capital, Teresina. O que já era predominante – binômio gado/algodão – passou a integrar-se de forma mais intensa ao mercado, tendo em vista que a procura pelo algodão e pela mão-de-obra assalariada na agroindústria algodoeira gerava também uma demanda por outros produtos agrícolas de alimentação básica. Assim, incrementou-se a produção de feijão, milho, mandioca e proteína animal (principalmente a carne), surgindo novos espaços de reprodução de uma sociedade essencialmente agrícola.

Mas com o surgimento da fibra sintética (fim dos anos 70), o impulso da produção algodoeira em São Paulo e Paraná e, finalmente, o aparecimento da praga do Bicudo (início dos 80), iniciou-se uma rápida e profunda crise nesta cultura. Com isso, surgiu, já

⁽¹²⁾ O extrativismo também esteve presente durante toda a trajetória de construção da base econômica do Piauí, porém com importância econômica menor que a pecuária e o algodão que se sobressaíram em função da demanda do mercado.

na segunda metade da década de 80, em todo o nordeste, a política de erradicação temporária da cultura do algodão como forma de combate ao Bicudo. A partir daí, profundas transformações ocorreram na região, em especial nas sub-regiões e estados fortemente dependentes dessa cultura, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Assim, a agroindústria dependente da matéria-prima (algodão) produzida na região passou a importá-la dos estados do Sul e Sudeste, bem como de outros países, como EUA, Hungria, URSS, Argentina, Paraguai, que passaram a competir, em melhores condições, beneficiados pela “abertura” comercial iniciada no governo Collor⁽¹³⁾.

Em consequência desta crise, os produtores buscaram a reconversão produtiva das suas atividades, tendo em vista a proibição do cultivo do algodão nos cinco anos seguintes (1985-1990). Para alguns ex-produtores de algodão entrevistados, o processo de reconversão é, por si só, muito difícil, pois é como se tivesse que começar tudo de novo. De fato, a pesquisa de campo revelou que as dificuldades relatadas pelos agricultores só não são maiores porque as características particulares dos recursos naturais do Piauí abrem uma gama significativa de possibilidades e opções de reconversão.

No caso dos ex-produtores de algodão predominantemente situados na porção semi-árida do Piauí o processo de reconversão teve, como principais culturas, o caju, o mel e os pequenos animais (caprinos e ovinos). A opção por esses produtos está mais afeita, como era de se esperar, à sua adequação ao ecossistema semi-árido e à sua viabilidade comercial. Foi, então, com o surgimento de um mercado amplo, em demanda por produtos “limpos”, “verdes” e “naturais” que a viabilidade comercial destes três produtos se dinamizou.

⁽¹³⁾ A respeito dos efeitos das políticas de abertura de mercado para alguns produtos agrícolas, incluindo o algodão, na década de 90, ver Rezende et alii (1997).

Esse processo de reconversão, no entanto, não reincorporou todos os ocupados na produção do algodão. Apenas uma parte desses agricultores continuou na atividade agrícola e, desses, somente uma parcela teve condição de optar pelas atividades e culturas citadas, enquanto outra buscou alternativas fora da agricultura⁽¹⁴⁾ ou na própria agricultura de produtos tradicionais de consumo básico (feijão, milho, mandioca).

3.2.2.1. Cajucultura

Com a reconversão ocorreu uma significativa elevação da área plantada de caju e do número de pequenas agroindústrias processadoras da castanha⁽¹⁵⁾. O cajueiro, originário do Brasil, pode ser encontrado em todo o território nacional, sendo que, em importância econômica, sua exploração concentra-se no Nordeste, principalmente no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, com mais de 94% da produção de castanha, gerando cerca de 40.000 ocupações. Também é cultivado, o cajueiro, em países do Terceiro Mundo, dos quais Índia, Brasil, Moçambique, Tanzânia e Quênia são os mais representativos. Já o processamento da castanha, a concentração se dá praticamente na Índia e no Brasil, tanto que, no triênio 1993-95, os dois países exportaram 94,5% do volume total comercializado. O principal importador são os Estados Unidos, compradores de mais de 80% da castanha brasileira, mas o mercado europeu tem revelado um grande potencial, já que, de acordo com Paula Pessoa e Leite (1998), aumentou significativamente suas importações, na década de 90.

(14) Ainda não é possível quantificar nem qualificar estas novas atividades nem as respectivas proporções de agricultores que fizeram uma ou outra reconversão produtiva ou ocupacional, embora algumas hipóteses já possam ser levantadas.

(15) O Piauí, apesar das poucas indústrias processadoras, possui a segunda maior área plantada de caju e a segunda maior produção entre os estados do Brasil, perdendo apenas para o Ceará.

Da castanha (o fruto propriamente dito) obtêm-se a amêndoa de castanha de caju (ACC) e o líquido da casca de castanha de caju (LCC). Da película que cobre a amêndoa é extraído o tanino. A casca ainda pode ser usada como combustível nas caldeiras das próprias fábricas de processamento de castanha. O pseudofruto (pedúnculo) proporciona a obtenção de vários produtos: cajuína, suco integral, néctares, vinhos, licores, refrigerantes, aguardente e champanha, no ramo de bebidas, e, no de doces, o doce em massa, em calda, seco, tipo ameixa, etc. (Paula Pessoa e Leite, 1998). Do ponto de vista comercial, a parte mais importante tem sido o fruto, porém já existem estudos desenvolvidos pela Embrapa para melhor aproveitamento do pedúnculo, cujas perspectivas econômicas são muito grandes. Busca-se, ainda, um melhor aproveitamento do bagaço do caju, um subproduto da agroindústria de sucos. É que o bagaço utilizado como ração para aves pode ser transformado em pó para utilização na melhora da higroscopia do trigo de origem argentina e brasileira e em fibras dietéticas, para alimentação humana. Tratam-se de subprodutos de expressivo valor comercial por estarem adequados ao novo padrão de consumo alimentar.

As agroindústrias do Piauí vinham funcionando como intermediárias no processamento do produto final. Faziam o tratamento inicial de cozimento e seleção e repassavam às grandes agroindústrias do Ceará, que embalavam e encaminhavam o produto ao mercado consumidor “global”, ficando com a maior fatia da renda gerada ao longo da cadeia (Paula Pessoa e Leite, 1998). Recentemente, o governo estadual adotou uma política de incentivo ao beneficiamento da castanha dentro do próprio estado, através de barreiras tarifárias, o que tem dinamizado significativamente a atividade no âmbito estadual. Por outro lado, após verificar sua viabilidade econômica, os bancos oficiais passaram a financiar a produção do cajueiro anão, melhorado geneticamente – em um contexto em que cerca de 90% dos produtores da região ainda utilizam o cajueiro arbóreo (nativo).

3.2.2.2. Criação de pequenos animais

O consumo da carne de carneiro (cordeiro) e de cabrito já se está tornando comum nos médios e grandes centros urbanos, fazendo parte do cardápio e superando um certo preconceito em relação a elas, fruto de um hábito de consumo baseado não apenas na dieta “fordista”, mas também de um desconhecimento dos seus atributos nutricionais e até mesmo da baixa qualidade do produto ofertado. Recentemente, esse quadro vem-se alterando, resultado, em grande parte, da própria mudança no padrão de consumo em direção aos *health foods*, e do esforço de produtores e instituições no sentido de conhecer, melhorar e divulgar as características próprias dos seus produtos. A carne caprina, por exemplo, é a que contém o menor índice de “colesterol” (gorduras saturadas), quando comparada a outras, típicas do cardápio da maioria da população (Tabela 6).

Tabela 6. Quantidade de colesterol por 100 gramas de carne.

Espécie	“Colesterol” (%)
Caprina	0,85
Avícola	1,07
Bovina	7,27
Ovina	7,85
Suína	9,32

Fonte: Dados anotados em palestra de Antônio Nogueira Filho, técnico do Banco do Nordeste, em Fortaleza-CE.

Além da carne, são explorados o leite e o couro. Segundo estudos da Embrapa Caprinos, a pele desses animais é de excelente qualidade e pode ser usada como fonte de couro, para a fabricação de inúmeros produtos. Ademais, o leite é mais rico em proteínas e sais minerais que o de vaca e é de mais fácil digestão, porque tem glóbulos de gordura menores e é desprovido de substâncias alérgicas.

Os reflexos no mercado já podem ser sentidos. Muitos restaurantes têm acrescentado ao tradicional churrasco de carne bovina (picanha, alcatra, cupim) a carne de carneiro (cordeiro) e a de cabrito. Também já estão sendo comercializadas nos supermercados e *boutiques* especializados peças congeladas de carne originárias de cortes especiais de caprinos, fornecidas pela empresa/cooperativa Baby Bode, de Feira de Santana-BA, segundo noticiaram o jornal *Gazeta Mercantil*, em reportagem de 4 de janeiro de 1999 e a revista *Globo Rural*, em reportagem de capa da edição de dezembro de 1997, dedicada a esse empreendimento.

O mercado externo também aponta para importantes perspectivas, destacando-se o Oriente Médio, principalmente os Emirados Árabes, que têm apresentado uma grande demanda por esses produtos, ainda não atendida por falta de estrutura de oferta dos criadores nordestinos. As informações colhidas junto a alguns interlocutores da pesquisa dão conta de que o potencial de importação de ovinos e caprinos, vivos ou abatidos, pelos Emirados, é de dez milhões de cabeças por ano, o que, curiosamente, representa mais ou menos a metade de todo o rebanho nordestino. Atualmente, os Emirados Árabes importam-nos da Austrália (US\$ 28 milhões), Índia (US\$ 25 milhões) e Nova Zelândia (US\$ 7 milhões), tendo o Brasil participação marginal nesse mercado, o que indica a existência de um grande potencial de incremento.

Não se trata, na verdade, apenas de um potencial para a região. Trata-se, sim, de uma realidade que já começa a viabilizar um grande número de pequenos empreendimentos em vários estados do Nordeste. Essa é outra importante marca dessa atividade, típica de pequenos produtores (criadores), principalmente porque tem como atributo a produção extensiva ou semiextensiva, demandando um aporte significativo de mão-de-obra. Mesmo no elo do processamento, os coeficientes de viabilidade são ainda maiores quando se utilizam os miniabatedouros e os minicurtumes, tendo em vista a segmentação do mercado e a pequena escala, outros aspectos característicos da atividade em questão.

Uma rápida comparação entre a produção de ovinos e a de bovinos de corte, segundo o estudo da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura⁽¹⁶⁾, mostra as vantagens desta atividade sobre aquela, principalmente considerando-se as condições agroecológicas do Nordeste. Com efeito,

- onde come um boi, comem 8 ovinos;
- um ovino (cruzamento de mestiço Dooper/Testel) atinge 40kg em 4 meses;
- em um ano, onde se cria um bovino, criam-se 24 ovinos;
- um boi com 4 anos equivale a 96 ovinos;
- um boi com 4 anos pesa em torno de 500 kg, enquanto 96 ovinos pesam, em média, 3.840 kg;
- um boi bebe 80 litros de água por dia e em um mês consome 2.400 litros, a mesma quantidade consumida por oitenta ovinos.

Dados do Banco do Nordeste⁽¹⁷⁾ informam que a região possui 12,3 milhões de caprinos e 8,2 milhões de ovinos, respectivamente 90% e 38,5% do rebanho nacional. A Bahia tem os maiores plantéis, com 5,4 milhões de caprinos e 3,3 milhões de ovinos. O Piauí é o segundo estado brasileiro em rebanho caprino (2,25 milhões) e o terceiro em ovino (1,27 milhões).

O foco desta pesquisa, no entanto, é *a apicultura, que tem crescido de maneira surpreendente no Piauí nos últimos dez anos, devido ao aumento da demanda e da capacidade de absorção do mercado, aliada às condições agroecossistêmicas do estado. Nos*

⁽¹⁶⁾ O estudo da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura foi realizado através de uma parceria entre várias instituições, como a Embrapa, o Banco do Nordeste, a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará e entidades privadas.

⁽¹⁷⁾ Dados anotados em palestra de Antônio Nogueira Filho, técnico do Banco do Nordeste, em Fortaleza.

capítulos seguintes, as análises serão centradas na produção de mel de abelhas no Piauí, visando precisar melhor, a partir de um exemplo concreto, como se dão as dinâmicas econômicas e sociais gestadas por produtos e territórios menos intensivos em capital.

Trata-se de importantes processos de reconversão produtiva e econômica, com reflexos nas formas de organizar a produção e nas relações sociais, espaciais e políticas dessas áreas. São alternativas fortemente atreladas a um mercado global, muitas vezes distante, o qual exige relações completamente diferentes das até então estabelecidas pelos produtos e atividades tradicionais. Não se está diante, certamente, de processos de fácil decisão e encaminhamento, haja vista o conjunto de limitações sociais, econômicas e políticas – particularmente de políticas públicas – com as quais esses grupos sociais se defrontam. É que as conjunturas econômicas dos últimos vinte anos têm trazido mais situações de crises e dificuldades que de oportunidades para tais grupos. Mesmo assim, eles têm criado e recriado alternativas, aproveitando um conjunto de transformações por que tem passado a sociedade.

A ATIVIDADE APÍCOLA NO ESTADO DO PIAUÍ: em busca de inserção no mercado global

A crise do modelo produtivista e do modelo socialista que se impuseram, um como o outro, como os modelos de referência para a maior parte dos agricultores mundiais, têm repercussões evidentes sobre os países em via de desenvolvimento, o que lhes obriga agora a buscar suas próprias soluções antes que continuar a copiar um ou outro desses modelos (Lamarche et alli, 1994).

Em qualquer estudo pioneiro, como este, há riscos de sub ou sobrevalorização de aspectos diversos, na análise do objeto de investigação. Por isso, o caminho metodológico escolhido estruturou-se em torno de dois procedimentos. O primeiro foi o da utilização do método de *estudo de cadeias produtivas*, visando a um levantamento macrodimensional da atividade, nas suas mais variadas nuances executada; através da consulta a dados secundários, porventura disponíveis em instituições públicas e privadas e por meio de consultas a interlocutores-chave (instituições representativas dos apicultores, IBGE, órgãos dos governos estadual e federal, ONGs, entre outros). O resultado desse procedimento foi a elaboração de um amplo quadro, com informações gerais a respeito de como a atividade está “estruturada” localmente (no estado), englobando as ramificações em relação ao mercado global. Além disso, também foi possível destacar uma ampla gama de questões carentes de aprofundamento, das quais parte foi enfrentada na pesquisa empírica e parte o deverá ser em investigações posteriores.

O segundo procedimento foi o de realizar uma *pesquisa exclusivamente qualitativa*, através de entrevistas com os próprios apicultores, comerciantes, distribuidores, industriais produtores de equipamentos e insumos, visando aprofundar questões emergentes no estudo da cadeia produtiva, além de outras surgidas no próprio campo teórico norteador da investigação. A pesquisa empírica teve como objeto central as famílias de apicultores, tendo em vista a sua predominância no conjunto dos grupos sociais envolvidos na atividade e a necessidade de verificar o grau de sucesso obtido até agora pelos que passaram pelo processo de reconversão das atividades agrícolas tradicionais.

Neste capítulo, serão explicitados os resultados do estudo da cadeia produtiva do mel e, no seguinte, discutidos os da enquete qualitativa e alguns dados quantitativos obtidos pela aplicação de questionários.

4.1. Características da Apicultura

Apicultura é o nome dado à atividade econômica de criação racional de abelhas do gênero *Apis*. São, principalmente, abelhas de origem italiana, africana, cárnica e caucasiana. Atualmente, em todo o Brasil, a apicultura é desenvolvida com abelhas africanizadas (mestiças das africanas com as demais, notadamente as italianas), que apresentam produtividade superior às demais, maior resistência a doenças e melhor adaptação às condições climáticas brasileiras. Apesar de mais agressivas, as abelhas africanizadas respondem docilmente a um manejo adequado, reservando o potencial de agressividade para os inimigos naturais.

A atividade melífera pode ser caracterizada em dois tipos: a extrativa (predatória) e a racional. A extrativa é praticada de maneira predatória, porque não adota nenhum tipo de manejo preservador das abelhas. Normalmente, esse tipo de produtor de

mel é emblematicamente chamado de “meleiro” e não de apicultor, por adotar um procedimento que mata ou espanta as abelhas, cuja colmeia é, em geral, encontrada em troncos de árvores no meio da mata. Já a “apicultura racional” é uma atividade econômica de criação de abelhas no seu próprio *habitat* natural ou em ambientes similares, em que se aproveita a capacidade desses insetos, estimulando-os a produzir mel e uma série de outros produtos, como resultado de seu labor cotidiano em busca da sobrevivência. A apicultura racional utiliza, como já foi dito, técnicas de manejo e insumos adequados, preservando o ambiente e as condições de reprodução das abelhas. Os principais produtos obtidos são o mel, a cera, o pólen, a própolis, a geléia real e o veneno (apitoxina).

A cera é secretada por quatro pares de glândulas localizadas no abdômen das abelhas operárias, sendo, assim, produto da metabolização do mel. É composta, basicamente, por ácidos graxos e vitamina A, sendo utilizada pelo homem para ativar a secreção salivar quando mascada com mel, combater o tártaro dentário e o acúmulo de nicotina nos fumantes, fabricar cremes e máscaras, na cosmetologia, além de servir como componente na produção de pomadas pela indústria farmacêutica.

O pólen é a célula sexual masculina das plantas superiores e uma parte essencial da dieta das abelhas. Na sua composição encontram-se proteínas, gorduras, minerais, água, carboidratos, antibióticos, enzimas, vitaminas e hormônios. É muito utilizado no tratamento de anemias, no estímulo ao apetite, na regularização da função intestinal, entre outros.

A própolis é uma substância produzida a partir de resinas vegetais, cera e pólen. Após mastigada e regurgitada pelas abelhas, a mistura toma a forma de uma pasta grossa e viscosa, com cheiro de bálsamo. É utilizada pelas abelhas para desinfetar a colmeia e os favos, além de tapar frestas e buracos para elevar a temperatura ambiente do enxame. Contém resina vegetal, cera, pólen, gordura, ácidos, sais minerais, vitaminas, enzimas e antibióticos. O

uso pelo homem visa aproveitar seu grande poder bactericida no tratamento de doenças respiratórias e urinárias, de feridas, queimaduras e micoses, entre outras.

A geléia real é o alimento secretado por glândulas da cabeça das abelhas operárias jovens, produzida em pequena quantidade na colmeia. É o alimento exclusivo da rainha e das larvas mais novas. Possui cor branca leitosa, consistência pastosa fluida e é composta de água, proteína, carboidratos, lipídios, cinzas, vitaminas e enzimas. O homem a utiliza na busca do rejuvenescimento celular e na terapêutica da arteriosclerose, cansaço mental, disfunção sexual, regulação da atividade endócrina, entre outras.

O veneno (apitoxina) é um produto elaborado pelas abelhas operárias com finalidade de defesa do enxame. É composto basicamente por aminoácidos, que desempenham papel alergênico nos organismos ferroados pelas abelhas, sendo, ainda, utilizado contra reumatismos, artrites e celulite.

Para o Piauí, o produto mais importante é o mel, devido à favorabilidade dos recursos naturais do estado para a sua produção. Os outros produtos apícolas ainda não possuem a mesma importância econômica, existindo, mesmo, uma carência significativa de informações tecnológicas dinamizadoras de sua produção, que demandam práticas de manejo muito mais especializadas e, conseqüentemente, intensidade e qualidade da mão-de-obra. Mas a tradição da produção melífera, aliada aos recursos naturais e às condições favoráveis do mercado, têm estimulado os apicultores a priorizarem o mel.

Assim, o destaque da atividade melífera se explica por ser ela absolutamente mais representativa das relações sócio-econômicas, objeto deste estudo. Os outros produtos são, evidentemente, considerados no contexto da atividade apícola, porém são tratados, ainda marginalmente, no que respeita ao seu processo produtivo e às relações daí derivadas.

4.2. Aspectos Históricos e Evolução da Atividade Melífera

A atividade apícola já é praticada, no Brasil, desde o início do século 20, quando os imigrantes europeus (italianos e alemães) trouxeram as conhecidas abelhas européias. Em 1957, foram introduzidas as abelhas africanas, que se multiplicaram rapidamente, cruzaram com as européias e alteraram suas características. Criou-se, assim, uma *raça mestiça de abelha*, portadora de maior rusticidade e resistência a doenças, característica herdada das africanas, aliada a uma maior capacidade produtiva, advinda das européias.

Esse processo de abandono do manejo das abelhas européias em busca de uma readaptação às necessidades das abelhas mestiças provocou mudanças bruscas na atividade, que contribuíram para um declínio da apicultura nos anos seguintes, culminando com o seu abandono, por alguns apicultores. Só após o desenvolvimento de novas técnicas de manejo, na década de 70, a atividade conseguiu se reerguer e tomar novo impulso.

De São Paulo vieram, para o Piauí, os primeiros apicultores, iniciando a exploração do mel de forma racional – a extração predatória do mel já se dava, como foi dito, muito antes desse período. Assim, no Piauí, a apicultura, como atividade empresarial, remonta à chegada das famílias Wenzel e Bende, que se instalaram na cidade de Picos, em torno de 1975, e começaram a praticar o modelo de apicultura profissional já por eles realizado em São Paulo. Este período marca o início da atividade *volta-d prioritariamente para o mercado*, em contraste com a pequena comercialização de excedentes praticada, até então, pelos “meleiros”.

O sucesso dos primeiros apicultores, imigrantes de outros estados, despertou o interesse dos habitantes locais e a apicultura despontou como uma atividade econômica nas diversas

microrregiões piauienses, desencadeando-se, a partir daí, algumas ações de governo. Com efeito, a CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Piauí), tomando conhecimento, em 1979, dos dados estatísticos do IBGE sobre a produção de mel no estado⁽¹⁾ designou um técnico para levantar informações sobre a atividade.

Foi constatado, então, que o Piauí detinha um grande potencial apícola, possuía várias espécies de plantas com potencial melífero, produzia mel de forma extrativista, as abelhas existentes eram as africanizadas e o mel extraído ocupava o 8º lugar na pauta de tributos do Estado.

As informações deram uma visão mais realista do quadro apícola piauiense e revelaram uma grande surpresa: a produção de mel no estado era bem mais intensa e importante do que se supunha, destacando-se, inclusive, em relação aos demais estados produtores. Em face disto, a direção da Fundação CEPA-PI procurou sensibilizar as autoridades para o fato, no sentido de criar um instrumento que concatenasse e viabilizasse ações dinamizadoras da atividade. A partir daí, o governo autorizou a elaboração de um documento específico para a promoção do desenvolvimento da apicultura, surgindo, então, o Projeto Apicultura – PROAPI.

O PROAPI foi elaborado pela Fundação CEPA-PI e publicado em abril de 1980, visando aproveitar o potencial melífero do estado, tendo em vista beneficiar 83 municípios, com a capacitação de 1.905 apicultores, para atingir um total de 89.550 colmeias num período de cinco anos (1981-1985), numa produção média de 3.582 toneladas a partir do último ano. Além disso, previa a instalação, em Teresina, de um entreposto de beneficiamento de mel e cera.

⁽¹⁾ O Piauí ocupava o 2º lugar no Brasil entre os estados produtores de mel, com 1.351 toneladas, no ano de 1978, seguido do Rio Grande do Sul, com 1.566, sendo esta produção somente de mel exclusivamente extrativista (apicultura predatória).

Ainda em 1980 foi aprovado outro projeto, também elaborado pela Fundação CEPA-PI, para o desenvolvimento racional da apicultura no estado, em convênio com a SUDENE, visando à instalação de núcleos demonstrativos apícolas em áreas de atuação do Projeto Sertanejo.

Surgiram, então, muitos outros trabalhos, como palestras de divulgação da importância sócio-econômica da atividade, em busca de respaldo junto à sociedade; solicitação, em 1980, do secretário da Agricultura, à Superintendência do Banco do Brasil - PI, de apoio financeiro, devidamente respondido; convênio assinado, em novembro de 1980, entre o Estado do Piauí e a SUDENE, para instalação de apiários familiares de demonstração, em áreas do Projeto Sertanejo; elaboração, em dezembro de 1980, pela Fundação CEPA-PI, de projeto que angariou recursos, junto ao CNPq, para a UFPI executar o projeto de pesquisa "Avaliação do Fluxo de Néctar das Principais Plantas Melíferas nas Regiões de Teresina e Campo Maior"; realização de Curso Intensivo de Apicultura, na cidade de Picos, em 1980, com a participação de técnicos da SUDENE e coordenação da Fundação CEPA-PI, tendo sido treinados 15 técnicos da área do Projeto Sertanejo; de Curso Intensivo de Apicultura, na cidade de Teresina, ministrado pela Fundação CEPA-PI, em 1981, do qual participaram 16 técnicos da CEPA, EMATER, CIDAPI, SAPI, BB, BNB, BNCC, BEP e FUFPI; de Cursos Intensivos de Apicultura, em 1982, para capacitação de técnicos; de cursos para apicultores ministrados em áreas do projeto Sertanejo; elaboração, em outubro de 1982, pela Fundação CEPA-PI, de documento com subsídios para o III PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos) do CNPq, através do Programa do Trópico Semi-Árido, em sua versão preliminar. Os subsídios foram elaborados no sentido de oferecer dados e informações para que a apicultura também fosse incluída nas linhas de pesquisa do CNPq;

Outros fatos importantes, no decorrer de 1982, acabaram levando, no ano seguinte, à elaboração do Programa Estadual de Apicultura – PROAPIS, elaborado pela Fundação CEPA-PI, e publicado em maio de 1983, com a previsão de três ações básicas:

-
- Inventário das principais plantas apícolas do estado;
 - Treinamento e aprimoramento de técnicos e agricultores em apicultura;
 - Organização, implantação e orientação de Unidades de Demonstração Apícola (U.D.A).

Em 1986, foi criado, pela Diocese de Oeiras-Florianópolis, o projeto “Criar Abelhas para Melhoria de Vida”, com o objetivo de complementar as atividades de apicultura do Centro Educacional São Francisco de Assis (CEFAS), promovendo o seu fomento através da distribuição de material apícola para grupos de famílias descapitalizadas das Comunidades Eclesiais de Base do Piauí e Maranhão. Essa distribuição era, e ainda é, realizada mediante devolução, em mel centrifugado, no valor correspondente, em até 3 anos. Foram distribuídas 4.200 colmeias até 1993 (quando praticamente não existia nenhum programa governamental para a apicultura), número que, em 1998, atingiu a 20.000. Conforme F. R. F., do CEFAS, a Diocese pretendia também, com essa iniciativa, despertar o interesse dos órgãos governamentais para essa importante atividade agropecuária, desprezada até o momento de início das ações da instituição nessa área, ressalvado um curto período na década de 70, quando a extinta CEPA desenvolveu um programa de fomento à apicultura no Piauí, sem grandes impactos.

Foi quase que acidentalmente. Não tava na programação da gente ser [a apicultura] o carro-chefe do Centro. Nunca se pensou que fosse a apicultura. Sempre se pensou que fosse o que a gente chamava aqui de roças alternativas. É a proposta de curvas de nível, agrosilvicultura, algo deste tipo. Mas foi pegando em função da resposta econômica e organizativa e daí a pouco virou quase que

moda, aquilo era novidade. Mesmo os bancos de semente que se imaginava que iria pegar não pegou tanto porque não era tanta novidade para os produtores e a apicultura era uma novidade na forma, no jeito de trabalhar, mas que todo mundo tinha uma certa vivência com abelha através do extrativismo. Aí a coisa foi tomando estas dimensões mais econômicas mesmo, daí a pouco começaram os próprios agentes financeiros a acreditar na atividade e aí, depois da entrada do Banco do Nordeste, a atividade despontou e teve uma facilidade de crescimento grande (F.R.F., agente do Cefas em Floriano).

P - Por que se tornou importante no Estado do Piauí a apicultura? Você entrou na área da apicultura quando?

R - Eu entrei em 82, mas as minhas colmeias mesmas eu comecei a trabalhar em 84, digamos assim. A importância da apicultura, o baque que ela causou no Estado do Piauí foi um coisa quase como uma invasão da abelha africanizada procurando espaço e as melhores condições, as condições mais aproximadas da realidade que ela vivia na região, nas regiões da África, então ela achou no Piauí, digamos assim, um habitat quase como o habitat natural dela. Elas migraram de São Paulo. Da África para o Brasil foi introduzida pelo Dr. Ker, em 56. Elas chegaram, os registros que eu tenho de pessoas na região Sul do estado é de 62 para cá, já viam os primeiros enxames dessa abe-

lha, que era uma abelha totalmente diferente por eles não conhecida, esses apicultores, na região de Paulistana, região de São Raimundo Nonato, têm mais ou menos essa data aproximada, entre 62 e 64. Eles contam até algumas histórias engraçadas a respeito disso. Eles não conheciam abelha com ferrão, eles só conheciam as abelhas nativas como a uruçú, mandassaia, e colhiam o mel sem nenhuma proteção. Então alguns deles começaram a observar, chegou essa nova espécie de abelha e que ela não fazia mel em favos, como eles chamam, que eles chamam os potes das abelhas nativas eles chamam de potes, de potes e de favos, e da abelha da ápices ele chama de capas, que são o que nós chamamos de favos. Então eles não conheciam a abelha fazendo dessa maneira, eles chamavam de maribondos, e eles contam as histórias assim, que eles tinham um ritual, eles chegavam e batiam no oco do pau e diziam: “bom dia, africana”, aí contavam uma história e diziam: “dá licença vê seus favos”, aí começava o trabalho com o machado, se ele não fizesse dessa maneira que a abelha atacaria ele, o meleiro, o chamado meleiro. Mas na realidade ele, fazendo isso, ele estava antecipando as esporadas, porque a partir do momento que você bate em uma superfície oca que dá vibração, alerta todas as abelhas que tem um

inimigo, então na verdade o que eles faziam era o contrário a que eles estavam querendo (A.L.M., apicultora e presidente da Feapi).

Outro momento importante e que deu uma nova dimensão à atividade apícola no Piauí foi o da criação da CAMPIL (Cooperativa dos Apicultores da Microrregião de Picos), no começo dos anos 80. Com ela, cresceu significativamente o interesse de um número maior de apicultores isolados e informais em entidades associativas na região de Picos. Foram, então, criadas outras cooperativas e associações por todo o estado, com crescimento regular, até 1995.

No entanto, só mais recentemente as ações de governo foram intensificadas nos níveis federal, estadual e municipal e no de organizações não governamentais, principalmente aquelas vinculadas à Igreja Católica, fator que tem contribuído, decisivamente, para a expansão da atividade apícola no estado.

O ano de 1995 é, com efeito, uma data muito importante, porque marca o início da participação do Banco do Nordeste como agente financiador da atividade apícola no Piauí. Iniciou-se, a partir daí, um verdadeiro *boom* da apicultura, podendo-se hoje perceber um crescimento geométrico do número de colmeias em produção e outro, relevante, em fase de início de produção. Este incremento se deu de maneira tão rápida e descontrolada que uma das preocupações atuais dos apicultores, conforme apurado neste estudo, é a superpopulação de abelhas em determinadas regiões (principalmente na microrregião de Picos) e a consequente limitação de pasto apícola, o que poderá se verificar nos próximos anos.

A fase atual é, ainda, de consolidação, em todo o Brasil, da apicultura como atividade econômica, observando-se, no momento, o aumento da produção, o desenvolvimento de novas empresas, o surgimento de um número cada vez maior de produtos deri-

vados e o início das exportações. No Piauí, em particular, o estágio da atividade é ainda rudimentar, tendo em vista o baixo índice das condições sociais e econômicas da esmagadora maioria dos apicultores, que só recentemente descobriram esse escasso veio de geração de ocupação e renda.

4.3. A Apicultura Piauiense no Contexto Mundial

4.3.1. Produção do mel no mundo

De acordo com Munguia Gil (1998), o mundo produz cerca de 1.100.000 toneladas de mel por ano (Tabela 7). Desse total, a Ásia contribui com cerca de 330.000 toneladas/ano, posicionando-se como o continente de maior produção. A América, por sua vez, reveza-se com a Europa, no segundo lugar, com uma produção de, aproximadamente, 300.000 toneladas/ano.

Tabela 7. Produção mundial de mel por continente, no período de 1994 a 1996.

Continente	1994 (mil ton)	1995 (mil ton)	1996 (mil ton)
Asiático	323	337	329
Americano	306	297	284
América do Norte	205	191	200
América do Sul	101	106	84
Europeu	297	300	294
Africano	131	135	137
Oceania	38	28	28
TOTAL	1.126	1.127	1.104

Fonte: Munguia Gil (1998)

Entre países, a produção melífera está distribuída, segundo Sommer (1998), de forma que, na América do Norte, que produz em torno de 200.000 toneladas/ano, os Estados Unidos guardam um papel preponderante, porque seu amplo território (9.000.000 km²) disponibiliza extensa área para o manejo da apicultura. No Mercosul, a Argentina é o maior produtor (Tabela 8), e o quarto lugar, em escala mundial. O Brasil, apesar de territorialmente três vezes maior, produz a metade do mel daquele país.

Tabela 8. Produção de mel dos países maiores produtores mundiais, no período de 1995 a 1997

País	1995 (mil ton)	1996 (mil ton)	1997 (mil ton)
China	177,7	146,8	149,8
EUA	95,3	89,8	89,9
Argentina	69,9	56,9	64,9
México	49,1	47,9	45,9
Brasil	34,3	34,9	28,0
Canadá	30,5	24,8	28,9

Fonte: Sommer (1998)

Do total da produção mundial, são comercializados, no mercado externo, cerca de 25% do seu volume, correspondendo a 285.000 toneladas/ano (Munguia Gil, 1998). Esse volume representa uma circulação de cerca de US\$ 385 milhões ao ano (Horn, 1998, Munguia Gil, 1998), sendo que a China, segundo estes autores, ocupa o primeiro lugar em exportações, com algo em torno de 90.000 toneladas, seguida pela Argentina, com cerca de 55.000, e pelo México, com 30.000.

Segundo Munhoz (1997), a Alemanha se destaca pela compra de 50% do mel exportado no mundo, produzindo, apenas, 33.000 t/ano. O Japão, por sua vez, tem-se transformado, também, num dos maiores importadores de mel, devido, principalmente, à

redução do número de apicultores, pela competição dos preços de importação e diminuição de áreas melíferas. Lá, 60% do mel consumido destina-se a usos na indústria e 40% à mesa, “in natura”.

De acordo com dados obtidos na internet, (na página <http://www.apiculture.com>), a produção de mel, nos seis países maiores produtores, estava prevista, em 1999, para algo em torno de 459.000 toneladas, um crescimento de 3% em relação a 1998. A alta produção esperada, da parte de dois dos maiores produtores mundiais, China e Argentina, tendia a compensar o declínio da dos Estados Unidos e Canadá. A expectativa era de um incremento em torno de 6% nas exportações de mel, para 1999, nos principais países exportadores, chegando perto de 215.000 toneladas.

A China, o maior produtor mundial de mel, contava com a recuperação da perda da safra de 1998, além de um aumento de 16% na sua produção, atingindo 180.000 toneladas. Esperava, assim, exportar em torno de 80.000 toneladas em 1999, 2% a mais que no ano anterior. Os maiores importadores do mel chinês são, diga-se, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e Espanha.

A Argentina esperava aumentar suas exportações, em 1999, para 75.000 toneladas, 8% a mais do que em 1998, já que era aguardada uma produção nacional recorde de 85.000, 13% acima do produzido em 1998. Os principais mercados importadores do mel argentino são os Estados Unidos e a Alemanha, que lhes compram cerca de 75% do mel exportado.

A expectativa para a produção nos Estados Unidos era de uma queda em torno de 10% sobre as 90.000 toneladas produzidas em 1998, devido a fatores climáticos desfavoráveis, em 1999. As exportações americanas de mel em 1999 estavam previstas em 4.000 toneladas, 15% a menos em relação aos anos anteriores. Os maiores mercados para o mel americano são a Arábia Saudita, o Yemen, o Canadá e a Alemanha. Já as importações americanas eram estimadas em 77.000 toneladas, um crescimento de 28% em relação aos anos anteriores.

Na Alemanha, mesmo com uma redução de 20% nos níveis da produção interna, que passou de 16.000 toneladas em 1998 para 13.000 em 1999, ocorreu redução significativa dos níveis de importação em 1999 (91.000 toneladas), em relação aos anos anteriores, devido aos altos níveis de estoque acumulados no país.

4.3.2. Produção de mel no Brasil

O Brasil, com 8.511.965 km², clima e vegetação nativa e cultivada, e potencial produtivo de até 180.000 toneladas anuais de mel, produziu, em 1995, segundo o Censo Agropecuário 1995-96, do IBGE, apenas 18.122 toneladas de mel, nível considerado muito baixo em relação ao potencial.

Para Sommer (1998), o Brasil tem oscilado entre o quinto e o sexto lugar no *ranking* dos países produtores de mel (Tabela 8), chamando, no entanto, a atenção a sua baixa produtividade. Com efeito, se considerada a média geral, este passa a ostentar o último lugar entre os selecionados, com produtividade de 15 kg/colmeia/ano (Tabela 9). É necessário, porém, observar que essa baixa produtividade brasileira (15 kg/colmeia/ano) é significativamente menor (a metade) da obtida no Estado do Piauí (30 kg/colmeia/ano, em média), quando considerado isoladamente⁽²⁾.

De todo modo, o crescimento da produção melífera brasileira é bastante significativo, tendo em vista que, no início da década de 70, o país situava-se em 17^o lugar na produção mundial de mel, chegando, em 1995, ao 5^o lugar.

⁽²⁾ Este número engloba o somatório das apiculturas fixa e migratória no estado. A variação vai de 18,5 kg/colmeia/ano, na apicultura fixa, praticada no Médio Parnaíba Piauiense, até 51,7 kg/colmeia/ano, na apicultura migratória, praticada na microrregião de Picos. O ano de 1998 deve ser considerado como exceção, tendo em vista que, nele, a produtividade foi prejudicada pelo fenômeno climático denominado *El Niño*.

Tabela 9. Produtividade dos países maiores produtores mundiais de mel.

País	Produtividade(kg/colmeia/ano)
Austrália	70
Canadá	65
Argentina	30
China	30
EUA	30
México	25
Alemanha	15
Brasil	15

Fonte: Munhoz (1997)

Apesar disso, as importações brasileiras ainda são maiores que as exportações: praticamente tudo o que se produz é consumido no mercado interno. Esse desempenho pode ser creditado, por um lado, aos altos custos de produção, e, por outro, ao preço praticado no mercado interno, relativamente melhor que o do externo. Aliás, segundo Munhoz (1997), a Argentina exporta cerca de 2,2% de sua produção para o Brasil (1.300t/ano) e o Uruguai 4% (350 t/ano). Chama, pois, a atenção o fato de que a área da Argentina (2.776.700 Km²) e a do Uruguai (176.200 km²), comparada à do Brasil (8.512.700 Km²), são, respectivamente, três e 48 vezes menores. Mesmo assim, no total, o Brasil importou, no ano de 1997, cerca de 6.000 toneladas de mel, de acordo com J. A. A., presidente da Cooperativa Nacional de Apicultura Ltda (Conap).

O consumo *per capita* interno gira em torno de 200g/ano, a metade do consumo uruguaio (Tabela 10). Isso significa dizer que ainda há grandes possibilidades de elástico da demanda interna, o que estimula o aumento da oferta porque garante o escoamento de toda a produção que vier a ser incrementada nos próximos anos.

Tabela 10. Produção e consumo *per capita* de mel no Mercosul, em 1996.

País	Produção (ton/ano)	Consumo <i>per capita</i> (g/pessoa/ano)
Argentina	56.900	350
Brasil	34.900	200
Paraguai	2.500	150
Uruguai	6.000	400

Fonte: Sommer (1997) e FAO, citado por Munguia Gil (1998)

O ritmo de crescimento da produção brasileira, nos anos recentes, é expressiva (Tabela 11), embora tenham havido oscilações, com queda na produção, de 1994 a 1997, devido às dificuldades climáticas na maior parte dos estados produtores. O Piauí, nesse período, foi exceção, porque esses foram os anos em que sua produção aumentou significativamente. De todo modo, há um incremento anual de cerca de 4,5%⁽³⁾.

Tabela 11. Produção de mel no Brasil, no período de 1985 a 1997.

Ano	Produção (t)
1985	28.000
1986	31.000
1987	30.500
1988	35.000
1989	37.000
1990	37.500
1991	38.200
1992	38.500
1993	39.000
1994	36.500
1995	34.500
1996	35.000
1997	28.000

Fonte: Sommer (1998)

⁽³⁾ Essa trajetória é produto exclusivo das iniciativas dos produtores, tendo em vista que não contavam, pelo menos até 1995, com nenhum tipo de política pública estimuladora da atividade.

Quando se analisa a produção brasileira (Tabela 12, dados de 1996), o Piauí aparece como 4º maior produtor nacional, tendo passado de 1.500 toneladas, na safra 1995/96 (Censo Agropecuário 1995-96), para 3.800, na de 1996/97 (Sommer, 1997). Estimativas de interlocutores-chave deste estudo, colhidas na pesquisa de campo, dão conta de que estes dados foram alterados, pela safra de 1997/98, para algo em torno de 4.000 toneladas.

Tabela 12. Produção de mel no Brasil, por Estado, em 1996.

Estado	Produção (t)
Santa Catarina	7.000
Paraná	6.800
Rio Grande do Sul	4.500
Piauí	3.800
Bahia	2.500
São Paulo	1.800
Pernambuco	1.500
Rio de Janeiro	1.350
Goiás	800
Minas Gerais	750
Outros	4.200
TOTAL	35.000

Fonte: Sommer (1997).

4.3.3. Produção de mel no Nordeste

A produção de mel na região está em constante crescimento. Em 1996, o Nordeste produziu cerca de 9.000 toneladas, destacando-se Piauí, Bahia e Pernambuco (Tabela 12).

Além da *flora diversificada e rica em pólen e néctar*, outras características ambientais favoráveis à apicultura são encontradas

no Nordeste, como *luminosidade média muito elevada*, em torno de 2.800 horas de luz solar por ano, *altas temperaturas*, com médias térmicas anuais entre 23 e 27° C, e *umidade relativa do ar*, em redor de 50% (Duque, 1973). Com isso, aos primeiros raios solares ultravioleta, a partir das 5 horas, as abelhas saem de suas colmeias em busca de alimentos, favorecendo-lhe uma maior atividade e, conseqüentemente, maior produtividade de mel.

As vantagens competitivas da apicultura nordestina já são reconhecidas por vários estudiosos. Para Ribeiro (1998), a região tem condições de produzir, anualmente, mais de 200.000 toneladas de mel, o que representa cinco vezes a atual produção nacional. Alcoforado Filho (1998) observa um escalonamento de floradas de espécies nativas durante o ano, nos ecossistemas do semi-árido, significando sempre haver alguma espécie em floração, independente da estação climática, condição raramente encontrada em outras regiões do país. Levy (1998), por sua vez, afirma que as floradas apícolas da região Nordeste são nativas, possibilitando a produção de méis totalmente isentos de qualquer produto químico. Segundo o autor, a crescente demanda por mel orgânico e a grande dificuldade de obtê-lo nas principais regiões de apicultura do planeta fazem do Nordeste brasileiro uma região extremamente competitiva na ocupação desse novo mercado.

É também notório, nos últimos cinco anos, o crescimento da produção de mel em vários estados da região. Dentre eles, destacam-se o Ceará e a Bahia, que incrementaram os investimentos na apicultura e, conseqüentemente, a produção. É que ambos descobriram, na apicultura, uma alternativa viável de geração de novas ocupações e de renda no meio rural para agricultores familiares cujas atividades profissionais já não mais respondem às suas necessidades de reprodução social.

4.3.4. Produção de mel no Piauí

Os dados levantados pelo Estudo da Cadeia Produtiva do Mel no Estado do Piauí (Vilela et alli, 2000) indicam um crescimento muito acentuado da produção entre 1995 e 1998, pelo que já se estima que o Piauí produza em torno de 4.000 toneladas por ano, algo em torno de 15 % da produção nacional, o que o coloca entre a segunda e a terceira posição entre os maiores produtores do Brasil. As projeções para meados da próxima década, considerando-se as colmeias já prontas para entrar em produção no ano de 2000, são de cerca de 10.000 toneladas de mel por ano, o que o tornará o maior produtor do Brasil.

As microrregiões maiores produtoras são, atualmente, as de Picos e do Alto Médio Canindé, com 3.350,2 toneladas na safra de 1997/98 (Tabela 13), o que corresponde a 72 % da produção estadual. Houve, observa-se, um incremento de cerca de 341 e 214 %, respectivamente, no número de colmeias e na quantidade de mel produzidos, de 1995/96 para 1997/98. Foi também verificado, na pesquisa, um aumento geral do número de colmeias e de produção em todas as microrregiões.

O Censo Agropecuário de 1995/96, realizado pelo IBGE, entrevistou 9.375 informantes produtores de mel no estado. As projeções baseadas no estudo da cadeia produtiva do mel são de que, para 2001, ano do novo censo agropecuário, já existam em torno de 20.000 informantes, manejando 282.000 colmeias e produzindo entre 5.000 e 6.000 toneladas de mel. Na pesquisa de campo, verificou-se que, do total de 282.474 colmeias (Tabela 13), na safra 1997/98, só estavam em produção 136.097 (Tabela 14). É que a maior parte das colmeias não produtivas foi adquirida fora do período ideal para o início da produção. Por isso, ficaram aguardando o começo da safra 1998/99, prejudicada pela forte estiagem de 1998, tendo sido protelada a sua utilização para a safra de 1999/2000.

Tabela 13. Número de Colmeias e quantidade produzida por Microrregião do Estado do Piauí, em 1995/96 e 1997/98.

Microrregião do Piauí	Nº de colmeias		Produção (t)	
	1995/96	1997/98	1995/96	1997/98
Médio Parnaíba Piauiense	367	16.100	6	87,6
Valença	1.715	21.029	17	304
Baixo Parnaíba Piauiense	1.686	16.350	32	105,5
Alto Médio Canindé	23.573	38.895	471	1.040,7
Picos	16.191	155.800	463	2.309,5
Alto Médio Gurguéia	562	17.870	15	60,1
S. Raimundo Nonato	7.429	16.580	228	717,4
Outras microrregiões	12.435	(*)	239	(*)
Total	63.958	282.474	1471	4.624,8

(*) Dado não disponível no momento da pesquisa

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 e pesquisa de campo (1997/98)

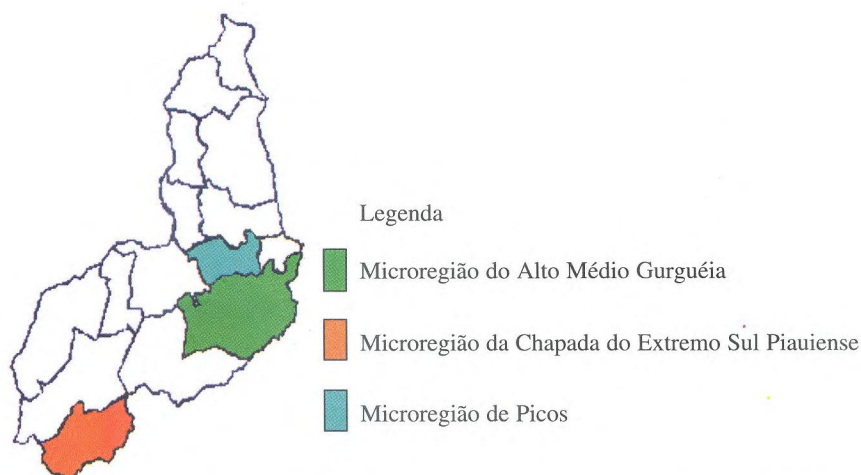
Tabela 14. Número de colmeias produtivas por Microrregião do Piauí, na safra 1997/98

Microrregião do Piauí	Nº de Colmeias produtivas
Picos	93.100
Alto Médio Canindé	18.952
Valença	9.800
Alto Médio Gurguéia	2.250
São Raimundo Nonato	4.385
Baixo Parnaíba Piauiense	3.310
Médio Parnaíba Piauiense	4.300
Outras	(*)
TOTAL	136.097

(*) Dado não disponível no momento da pesquisa

Fonte: Pesquisa de campo (1997/98)

Quanto à distribuição espacial dos apicultores no interior do Piauí, uma análise de apenas sete das quinze microrregiões do estado detectou 5.139 deles, concentrados, atualmente, nas microrregiões homogêneas do Alto Médio Canindé e São Raimundo Nonato, superando até a de Picos, a pioneira (Mapa 2). Isto demonstra a expansão da atividade pelo estado, com o aumento de sua importância econômica, social e ecológica.



Mapa 2. Microrregiões do Alto Médio Gurguéia, da Chapada do Extremo-Sul Piauiense e de Picos.

A Tabela 15 mostra o número de apicultores que a pesquisa localizou no campo. Diante das dificuldades de se percorrer todo o estado e encontrar a totalidade dos apicultores, os números dispostos na Tabela 15 foram projetados com base em informações fornecidas por vários interlocutores-chave.

Tabela 15. Número de apicultores por Microrregião do Estado do Piauí, em 1997/98.

Microrregião do Piauí	Nº de Apicultores
Alto Médio Canindé	1.663
São Raimundo Nonato	1.531
Picos	1.191
Valença do Piauí	215
Alto Médio Gurguéia	203
Médio Parnaíba Piauiense	187
Baixo Parnaíba Piauiense	145
Outras	(*)
Total	5.139

(*) Dados não disponíveis no momento da pesquisa

4.4. Aspectos Técnicos e Características Particulares do Mel do Piauí

O Piauí, em função das suas condições ambientais, é um dos poucos estados brasileiros que apresenta condição de produzir o mel “orgânico”⁽⁴⁾, porque a agricultura praticada na maior parte das áreas produtoras de mel desconhece o uso de agrotóxicos. Trata-se, em grande parte, de uma agricultura de base familiar na qual, de acordo com Vilela e Moraes (1998), a utilização de insumos químicos é bastante reduzida, devido ao seu alto custo financeiro e aos baixos índices de tecnificação da agricultura. Estas características não se verificam nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, cuja agricultura possui índices muito mais altos de tecnificação. Neste sentido, o “atraso tecnológico” da agricultura acaba sendo um fator benéfico para a apicultura do Piauí.

Mesmo assim, o estudo da sua cadeia produtiva revelou

⁽⁴⁾ O mel orgânico é desprovido de qualquer contaminação química, passível de ocorrer em vários momentos do processo produtivo, desde a área onde ocorrem as floradas, que poderá estar atingida por produtos químicos aplicados nas lavouras, até o processo de embalagem final, capaz de liberar gases tóxicos.

que o mel do Piauí, apesar de praticamente isento de contaminação com pesticidas, se comparado ao de outros estados e países, carece ainda de maior atenção dos apicultores com a totalidade do processo produtivo. Com efeito, observa-se, entre outras práticas inadequadas, o uso demorado da fumaça para amansar as abelhas e realizar a colheita, o que deixa o mel com resíduos de fuligem, um insuficiente cuidado com a proteção dos equipamentos (centrifugador, decantador) contra partículas indesejáveis do ambiente, lançadas pelo ar ou pelos próprios trabalhadores da área de processamento. Esse conjunto de procedimentos inadequados contribui, sem dúvida, para que o mel do Piauí não obtenha padrões de qualidade capazes de elevar seus níveis de competitividade em direção ao mel “orgânico”.

Os problemas de qualidade dos méis do Piauí estão, portanto, preponderantemente vinculados a uma maior profissionalização da atividade no estado. De certa forma, o amadorismo, ainda predominante, parece compreensível à medida que a apicultura, apesar de não ser nova no Piauí, só foi disseminada para todo o estado, como atividade profissional, a partir de 1995, com o início da participação do Banco do Nordeste como agente financiador, como já mencionado. Mas esse estágio de profissionalismo, ainda incipiente, não se limita ao Piauí, podendo ser verificado em todo o Brasil, como sugere o depoimento de J. A. A., em que ele diz que

o consumidor brasileiro tem uma imagem ainda negativa dos produtos apícolas brasileiros. [...] se alguém for vender esse pote de mel, a primeira pergunta íntima que vai

vir na cabeça do consumidor é: será que esse troço é puro mesmo? (J. A. A., presidente da Conap, Belo Horizonte-MG).

Os estudos do Grupo de Trabalho da Apicultura, GT-Apicultura, integrante do Fórum Nacional da Agricultura (FNA), concluíram que é significativa, ainda, a clandestinidade nos processo de produção, processamento e comercialização dos produtos apícolas. Assim, dos estimados 300.000 apicultores do Brasil (Sommer, 1997), apenas 120 estabelecimentos estavam registrados no Ministério da Agricultura, em 1997. É que, na prática,

[...] não existe a instituição 'apicultura', como instituição oficial e assistida pelo governo, o que põe em questão a qualidade dos produtos apícolas, à medida em que não há uma política efetiva de fiscalização e controle público da atividade (J. A. A., presidente da Conap, Belo Horizonte-MG).

4.5. Elos da Cadeia Produtiva do Mel: definição e análise dos gargalos

O estudo definiu *o apicultor e o consumidor como os dois atores mais importantes na estrutura da cadeia produtiva do mel*, em torno dos quais se encontra estruturado um conjunto de outros sujeitos com funções intermediárias, normalmente vinculadas a atividades de prestação de serviços, objetivando o aperfeiçoamento da qualidade do produto do apicultor ao consumidor final.

4.5.1. Qualificação, assistência técnica e extensão rural

O desenvolvimento mais consistente da apicultura no Piauí é muito recente. Com efeito, a sua massificação vem ocorrendo deste a última década quando, de um lado, acirrou-se a crise da agricultura tradicional e, do outro, iniciou-se um processo de crescimento da viabilidade econômica da atividade apícola.

Esse conjunto de fatos provocou um aumento significativo do número de apicultores e, em conseqüência, da produção de mel. Na sua maioria, os novos apicultores são *agricultores* que cultivam produtos alimentícios tradicionais (milho, feijão, arroz, mandioca) e, também, o algodão. Ao vislumbrarem na atividade apícola uma possibilidade de incremento dos níveis de ocupação e de renda da família, passaram eles a praticá-la, mesmo sem o mínimo de informações necessárias a um desempenho baseado nos parâmetros de qualidade requeridos, nem tanto pelo mercado consumidor, porém muito mais pelas instituições responsáveis pelo processo de normatização e regulação.

É que, a partir da metade da década de 90, aumentaram os níveis de exigência das instituições reguladoras e, portanto, a pressão sobre os apicultores. Com isso, cresceu, também, a **demand dos próprios apicultores por cursos de qualificação**. No entanto, como a atividade nunca fez parte do rol das prioridades das instituições públicas estaduais de qualificação e assistência técnica, carecem elas do número necessário de técnicos com treinamento nessa área. A pesquisa observou que o Emater-PI – instituição governamental de assistência técnica aos agricultores – dispunha, no momento da investigação, de um único técnico disponível para a realização de cursos de qualificação em apicultura. No mais, somente o esforço de algumas organizações não-governamentais, como o Senar e o CEFAS, que têm oferecido alguns cursos na área.

Tal despreparo tem acarretado uma forte insuficiência de cursos de qualificação, considerando-se o número de apicultores no Estado e, em conseqüência, deixado a grande maioria deles sem o devido preparo para o exercício da atividade nos padrões legais exigidos. A pesquisa observou que muitos apicultores não

conseguem obter o SIF (Selo de Inspeção Federal) devido a inadequações da sua infra-estrutura física ou instalações (a “casa do mel”) para o beneficiamento primário do mel.

Assim, torna-se indispensável e urgente um amplo programa de treinamento dos apicultores, visando ao aperfeiçoamento das técnicas de manejo das colmeias atualmente em uso. Este programa é tão importante que por si só impactará, imediatamente, a qualidade e a quantidade do mel produzido.

4.5.2. Agente financeiro

Situando a apicultura no rol das atividades agrícolas, a sua **relação com os agentes financeiros** tem-se se caracterizado por especificidades, decorrentes de recentes percepções, como a do Banco do Nordeste, em particular. Tida como uma atividade dotada de perspectivas de viabilidade econômica maior do que as tradicionais, o volume de recursos a ela destinados (R\$ 20.000.000,00, até junho de 1998) tem dinamizado significativamente o número de investimentos ou empréstimos solicitados.

No entanto, mesmo com esta especificidade, problemas históricos, que sempre permearam a relação das instituições financeiras com os agricultores, não deixam, neste caso, de estar presentes. O destaque fica por conta da deficiência no fluxo dos recursos após os contratos, cuja liberação se dá, também na apicultura, fora dos períodos ideais do ano agrícola, comprometendo os resultados do processo produtivo.

Já a **relação do agente financeiro com os projetistas** tem sido marcada não só pela ausência de um cadastramento dos profissionais habilitados a elaborar projetos na área, mas também por uma análise pouco criteriosa dos projetos submetidos ao banco. Isso tem levado, conforme já mencionado, a um superdimensionamento dos projetos, provocando, em consequência, a inviabilidade de muitos empreendimentos, o que torna recomen-

dável uma reavaliação dos mecanismos de aprovação dos referidos projetos.

Neste sentido, é importante contemplar recursos para financiamento da preparação técnica dos próprios projetistas, providência que permitirá ao banco contar com um cadastro dos técnicos treinados. Isto, além de garantir a melhoria da qualidade da elaboração, porá fim à atual “indústria de projetos. É que o “boom” na apicultura do Piauí, ocorrido a partir da segunda metade da década de 90 (ocasionado, principalmente, pela oferta de recursos financeiros pelo Banco do Nordeste, desde 1995), promoveu o aumento, por parte dos apicultores e suas organizações, da demanda **por projetos técnicos**, a serem submetidos à instituição financeira.

Isso mostrou às instituições governamentais e não-governamentais vinculadas à apicultura a insuficiência quantitativa de técnicos capacitados para a elaboração dos projetos demandados. Cabe ressaltar, mais uma vez, a incapacidade das primeiras em preparar os próprios técnicos e os das segundas para elaborar projetos de boa qualidade. Apesar disso, um número significativo deles foi submetido ao banco.

Mas a pesquisa constatou que a grande maioria dos projetos, mesmo após a elaboração e a implementação, estava fora dos padrões técnicos recomendados, por terem sido feitos por técnicos alheios à atividade apícola. Foram, por exemplo, identificados projetos superdimensionados, com requerimento de equipamentos desnecessários, em número e porte, o que acarretou aos apicultores endividamento além do suportável, levando muitos ao enfrentamento de grandes dificuldades para o solvimento de suas dívidas. É o caso da Associação dos Apicultores de Cristino Castro (AACRIC), no sul do Piauí, que, ao contratar um escritório para elaboração do projeto a ser submetido à instituição bancária, amargou um superdimensionamento do número de equipamentos (uma centrífuga e um decantador para cada sócio), não tendo sido incluída, na infra-estrutura da cooperativa, a construção da “casa do mel”, exigida pela legislação. Os apicultores só descobriram a

necessidade desta unidade quando solicitaram o SIF ao Ministério da Agricultura, para a comercialização do produto.

Nesse processo, observou-se, em muitos casos, uma relativa cumplicidade do apicultor com o técnico, tendo em vista a ânsia de obtenção do financiamento bancário. Em outros, o apicultor não estava devidamente preparado para a análise crítica da qualidade do projeto, considerando-se que a responsabilidade é exclusivamente dele. Dessa forma, muitos apicultores de boa-fé foram ludibriados por técnicos incompetentes, cujo intento único era receber a percentagem do financiamento destinada ao pagamento de seus serviços.

Além disso, registra-se a inobservância, por parte de alguns técnicos, de sua responsabilidade na prestação de assistência técnica ao apicultor, durante o processo de implementação dos projetos. Assim, mesmo quando estes estavam adequadamente elaborados, alguns dos técnicos abandonaram o apicultor em momento crucial do empreendimento, descumprindo o compromisso a ele incorporado e para o qual foi remunerado.

4.5.3. Indústria de insumos, máquinas e equipamentos

Existe, ainda, um grau significativo de despadronização dos equipamentos utilizados. Foi verificado, por exemplo, que algumas indústrias fabricam colmeias e equipamentos de beneficiamento de mel fora dos padrões tecnicamente recomendados e utilizando materiais (madeira e chapas metálicas) não condizentes com o exigido pelos órgãos regulamentadores.

A utilização de colmeias construídas com medidas diferentes das tecnicamente recomendadas altera o processo de produção das abelhas, que passam a despende esforços adicionais para, por exemplo, fechar espaços que não deveriam existir ou são

maiores que os devidos e regular a temperatura interna. Esse quadro propicia a diminuição da produtividade, pois desvia os esforços das abelhas da produção de mel para a de outros produtos que, no caso, cumprem uma função infra-estrutural na colmeia, e não a função produtiva pretendida.

Ocorre, ademais, uma elevação do custo de produção do mel, uma vez que os quadros (fora de padrão) de uma colmeia não se encaixam em outra, levando o produtor a perder muito tempo na devolução dos caixilhos, após a colheita. Assim, as laterais das colmeias sem a espessura recomendada (3 cm) possuem menor vida útil, precisando serem trocadas num menor tempo (Figura 1). Há, ainda, a suspeita de que o material despadronizado dificulta a manutenção da temperatura ideal interna da colmeia (em torno dos 24° C) e eleva o teor de hidrometilfurfural (HMF) no mel, o que diminui sua aceitação pelo mercado.



Figura 1. Equipamentos, fora dos padrões recomendados.

Por outro lado, a utilização de materiais metálicos (chapas) fora dos padrões legalmente exigidos (inox) inviabiliza a obtenção do SIF e termina por colocar o empreendimento na ilegalidade, concorrendo para a sua inviabilização, a longo prazo. Não bastasse, equipamentos e colmeias ociosas são, muitas vezes, postas em ambientes impróprios ou abandonados pelo campo, acelerando o processo de deterioração.

Na verdade, algumas indústrias agem com má-fé (negligência/ irresponsabilidade) quando produzem equipamentos fora dos padrões tecnicamente recomendados ou, mesmo quando legalmente aceitos, os fazem de baixa qualidade e sem bom acabamento, procedimento que reduz custos apenas para elas. É que, para o apicultor, o valor dos equipamentos, constante do projeto técnico submetido ao banco, é definido com base no preço do fabricado com os materiais recomendados e aceitos.

As alegações dos fornecedores são as de que o alto custo da matéria-prima, a falta de perspectiva de mercado e os elevados investimentos, como, por exemplo, a aquisição de uma estufa para secagem da madeira, contribuem para a utilização, pelo empresário, destas artimanhas de manutenção de preço. Entretanto, o fornecedor de colmeias com espessura recomendada é o mesmo que as fabrica padronizadas para o Projeto Rainha, no Ceará.

A falta de perspectiva ou o desconhecimento das inovações tecnológicas não podem ser alegadas como causas do problema, já que, na pesquisa, somente 13,3% das empresas afirmaram que sua capacidade produtiva diminuiu, no último ano, enquanto 66% disseram ter conhecimento das inovações no setor.

A falta de visão empreendedora e administrativa parece ligada ao problema, pois 73% das empresas entrevistadas não treinam ou capacitam seus funcionários e 33% não controlam a qualidade dos insumos. A maioria delas, segundo observação direta, não possui equipamentos próprios para a produção (Figuras 2, 3 e 4).

É importante, por isso, alertar as instituições financiadoras para que tomem medidas asseguradoras da qualidade dos projetos através do cadastramento não só de projetistas, mas também de empresas idôneas.



Figura 2. Colmeias fora de padrão, com redução de sua vida útil.



Figura 3. Informalidade no empreendimento de produção de colmeias.



Figura 4. Falta de estruturação física e pessoal na produção de equipamentos apícolas.

4.5.4. Pesquisa agrícola

A relação entre a apicultura e a pesquisa agrícola no Brasil é de pouca aproximação, quando comparada a outras atividades no mesmo setor. Importantes centros têm desenvolvido estudos relevantes sobre aspectos específicos da apicultura, mas são iniciativas muito recentes, ainda não integrantes de um programa nacional de pesquisas sobre o tema. No Piauí, a relação é ainda mais recente, não tendo a pesquisa sobre apicultura no Estado passado do estágio das intenções, excetuando-se a que deu origem à presente obra e algumas iniciativas de pequeno porte desenvolvidas pela UFPI.

Em 1993, a Embrapa Meio-Norte realizou um levantamento de demandas sobre temas prioritários para a pesquisa agrícola. Para surpresa da instituição, a apicultura apareceu em primeiro lugar entre os temas mencionados nos questionários. A partir daí, tomaram-se iniciativas no sentido de articular técnicos de outras

instituições, visando à elaboração e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa. No entanto, apenas em 1997 foi aprovado o primeiro projeto (financiado pelo Banco do Nordeste), com o objetivo de estudar a flora apícola do Estado, e, mais precisamente, determinar a capacidade de suporte da caatinga para a produção de mel. O referido projeto foi executado pela Embrapa, no Centro Nacional de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte (Embrapa Meio-Norte).

Em 1999, o CNPq aprovou o segundo projeto de pesquisa, que visava estudar a cadeia produtiva do mel no Estado do Piauí, cujo relatório final é, aqui, desenvolvido. Foi ele executado em parceria com a UFPI, o Emater-PI e a Fapepi e se encerrou em julho de 2000, devendo servir de base para a definição de novas investigações. Além desses, coordenados pela Embrapa Meio-Norte, outras iniciativas têm sido desenvolvidas por profissionais da área, que fizeram cursos de pós-graduação.

Mais recentemente, propôs-se a criação de um Núcleo de Referência Nacional em Pesquisa do Agronegócio Apícola. Caso a proposição seja encampada pelo Ministério da Agricultura, uma significativa infra-estrutura física e de recursos humanos (pesquisadores especialistas em apicultura) será disponibilizada na Embrapa Meio-Norte, o que dinamizará significativamente as atividades de pesquisa não só no Estado, mas também Nordeste e, mesmo, no Brasil.

A relação entre a pesquisa agrícola e a assistência técnica também tem-se caracterizado por uma baixa aproximação, fruto da insuficiência de técnicos especialistas em apicultura na Emater-PI e na Embrapa Meio-Norte. Algumas iniciativas têm sido postas em prática pela Embrapa Meio-Norte e o CEFAS (ONG vinculada à Igreja católica que desenvolve atividades de qualificação, assistência técnica e fomento, em diversos municípios do Estado), que realizam, atualmente, trabalhos de campo para determinação da capacidade de suporte da caatinga na produção de mel.

4.5.5. Flora apícola

O Piauí vive uma situação preocupante quanto à **preservação da flora apícola**. Com efeito, em algumas regiões do Estado, importantes para a apicultura, ocorre um processo de desmatamento da flora apícola nativa, que para o aproveitamento da madeira, quer para a substituição da vegetação nativa por culturas cultivadas, como é o caso da monocultura do caju, muito incentivadas pelo governo estadual.

Para amenizar essa situação indesejável, criada pelo desmatamento, faz-se necessário proceder ao zoneamento apibotânico e criar, em consequência, zonas de proteção para espécies nativas melíferas. Assim, garante-se a preservação dessas espécies, cuja preservação geram ocupação de mão-de-obra, renda para os agricultores e mais divisas para o estado que a produção de combustível vegetal.

É preciso, ainda, repensar com urgência a política de incentivo à substituição de espécies nativas melíferas pelo caju. É que, embora este figure na lista das espécies melíferas e sua floração ocorra em período crítico para a sobrevivência das abelhas, a sua qualidade e produtividade na produção de mel é baixa, em relação a outras espécies nativas. Na verdade, as abelhas visitam mais a Vassourinha de Botão, planta rasteira que cresce embaixo do cajueiro e ocorre com maior densidade no Ceará, nas áreas utilizadas pelos apicultores do Piauí na realização da apicultura migratória. Na insuficiência do florescimento desta planta no atendimento das necessidades das abelhas, estas procuram a flor e o pseudofruto do cajueiro, que costuma produzir um mel escuro, de pouco valor comercial.

Por isso, o zoneamento apibotânico se faz necessário, pois ajudará a delimitar, de forma mais técnica, as áreas de produção de caju e de mel, possibilitando, assim, a otimização dos dois sistemas, incluindo a própria consorciação, defendida pela Secretaria de Agricultura do Estado.

Outra carência, identificada pela pesquisa, diz respeito ao desconhecimento do manejo da flora apícola visando à produção

de mel, o que requer, também, cursos de qualificação aos apicultores. Isso favorecerá o desenvolvimento da consciência de que a flora nativa melífera deve ser tratada como uma fonte de matéria-prima para a produção de mel e que, portanto, carece de manejo adequado, muito além da simples sobrevivência, a depender das condições climáticas.

Com efeito, as espécies nativas poderiam receber, em determinadas épocas do ano, o benefício da realização de algumas práticas agrícolas garantidoras de sua sobrevivência em boas condições e até mesmo serem aproveitadas, nestes períodos críticos, para a produção de outros produtos apícolas, como o própolis, gerando novas oportunidades de renda e mantendo a mão-de-obra ocupada.

Além da adoção de práticas de manejo do que já existe, começa a se tornar premente, em função do desmatamento, a definição de um programa de reflorestamento de algumas áreas críticas, tanto do ponto de vista ambiental quanto da disponibilidade de espécies melíferas, usando, para isso, a flora nativa melífera. A implementação de um programa dessa natureza não só favorece a recuperação das áreas degradadas, mas oportuniza o desenvolvimento de uma atividade extremamente eficiente na geração de ocupação e de renda aos agricultores residentes nestas áreas.

Todos esses fatores tornam mais lamentável a *ausência quase total* de **projetos de pesquisa da flora apícola do estado**. Mas três aspectos fundamentais carecem de estudos, neste campo.

O primeiro, já comentado, diz respeito à **realização de um zoneamento apibotânico** do estado, de forma a permitir uma melhor definição de políticas de exploração da atividade apícola, bem como buscar a compatibilidade entre esta e outras atividades agrícolas, nem sempre possível.

O segundo refere-se à necessidade de **determinação da capacidade de suporte dos diversos ecossistemas** do estado. Tal informação permitirá aos apicultores distribuir suas colmei-

as no campo de modo a otimizar a produtividade dos enxames, evitando, assim, competição entre as abelhas por um pasto apícola escasso.

O terceiro aspecto se vincula à necessidade de **conhecimento das características botânicas das espécies nativas** utilizadas, pelas abelhas, para a produção de produtos apícolas. Tal saber permitirá aos apicultores e instituições especializadas identificar a origem do mel e de outros produtos apícolas em relação à espécie fornecedora da matéria-prima (néctar, pólen e outras resinas). Este aspecto é muito importante na diferenciação da qualidade e das propriedades dos produtos apícolas oferecidos ao mercado e, portanto, na adoção de uma política de marketing e comercialização mais eficiente, que envolva o mapeamento estratégico da preferência dos mercados consumidores.

4.5.6. Entidade representante dos apicultores

Uma das lacunas mais lamentáveis na atuação das entidades apícolas no Piauí é a **inexistência de identidade institucional**. Tanto é assim que a diferença de atribuições entre as cooperativas e as associações não é perceptível pelos apicultores nem pelos dirigentes das entidades. Por isso é que, talvez, sua ação tenha-se restringido a questões pontuais e conjunturais, o que revela a *ausência de planejamento de longo prazo*.

Muito menos perceptível é o papel da FEAPI (Federação das Entidades Apícolas do Estado do Piauí) cuja existência, física e política, era meramente virtual, no momento da pesquisa. A FEAPI não tem sede, infra-estrutura de escritório (computador, telefone, fax, móveis, secretária) nem base financeira propiciadora do deslocamento dos seus dirigentes para uma atuação adequada junto aos filiados.

Aliás, o número de filiadas (associações e cooperativas) à FEAPI é ainda muito pequeno, representando aproximadamente 17% do total das entidades existentes no estado. Destas, poucas

contribuem financeiramente com a federação, o que contribui para a virtualidade mencionada.

Com efeito, além das deficiências infra-estruturais referidas, não foi detectado, pela pesquisa, nenhum documento da FEAPI, associações ou cooperativas, que oriente uma atuação política, ou configure um programa de trabalho. Esse quadro limita enormemente a eficiência e a importância dessas entidades, transferindo para o poder estatal algumas responsabilidades que deveriam ser exclusivas delas, como as reivindicações por políticas públicas favoráveis aos apicultores.

No entanto, a FEAPI é uma das poucas federações de apicultores existentes no Nordeste, o que denota claramente a fase embrionária que a apicultura brasileira, em especial a nordestina, vive no momento, como atividade econômica. No Brasil, existe uma confederação, a CBA, e 14 federações, quatro no Nordeste, uma no Norte, três no Sudeste, três no Sul e três no Centro-Oeste (Quadro 1).

Quadro 1. Federações apícolas do Brasil.

Estado	Presidente	Endereço	Fone/Fax
Rio Grande do Sul	Silvio Lengler	Santa Maria - RS	0xx(55) 226-1113
Santa Catarina	Eloy Puttkammer	Florianópolis-SC	0xx(48) 238-1066
Paraná	Sebastião R. Gonzaga	Curitiba-PR	0xx(41) 256-0504
Mato Grosso do Sul	Altair P. de Oliveira	Campo Grande-MS	0xx(67) 726-6890
Rio de Janeiro	Pomplílio Vieira de Souza	Rio de Janeiro-RJ	
Espírito Santo	Marcus Vinicius Samdoval Paixão	Santa Teresa-ES	0xx(27) 729-3138 Cel. 9987-1819
Minas Gerais	Sem Presidente		
Distrito Federal	Guaracy Telles dos Santos	Brasília-DF	0xx(61) 485-3027 Cel. 9987-5837
Bahia	Manoel do Bomfim Dias Ribeiro	Salvador-BA	0xx(71) 370-2705
Tocantins	Mulbert Fumagali	Palmas-TO	0xx(63) 215-3193 / 99781239 0xx(71) 218-3110
Sergipe	Marcos Barbosa	Aracaju-SE	0xx(79) 219-1069
Pernambuco	Fase Fundação		
Rio Grande do Norte	Elídio Francisco Dias	João Dias-RN	0xx(84) 315-3065 0xx(83) 441-1616 Cel.(83) 961-2281
Piauí	Adriana Lago Mello	Teresina-PI	0xx(86) 232-1064
Pará	Gerson de Moraes Ferreira	Belém-PA	0xx(91) 223-6429 / 272-9663 Cel. 9603-0080

Fonte: Boletim Informativo da FAABA "Momento Apícola", 2001

4.5.7. Inspeção sanitária

A legislação sanitária e a regulamentadora da identidade e qualidade do mel padecem a falta de amadurecimento. O fato de a apicultura só ter sido reconhecida no Brasil como atividade econômica muito recentemente provocou uma certa corrida em busca da regulamentação da produção e comercialização dos seus diversos produtos.

Até 1997, a apicultura fazia parte do Departamento de Inspeção Sanitária do Leite e seguia a mesma legislação regulamentadora da atividade leiteira. Com o advento do Fórum Nacional de Agricultura (FNA), no interior do qual existia um Grupo de Trabalho de Apicultura (GT-Apicultura), iniciou-se um debate para uma regulamentação específica.

Após três anos de debates e de evolução e consolidação da apicultura como atividade econômica, um certo volume de orientações se foi acumulado, culminando, recentemente, com a submissão, a consulta pública, das normas de identidade e qualidade para mel, própolis, apitoxina, pólen e cera, as quais, em breve, deverão estar definidas, apesar da polêmica já levantada pela proposição normatizadora do Ministério da Agricultura. Esse é um passo decisivo para a organização e o conseqüente desenvolvimento da apicultura brasileira em âmbito mundial, tendo em vista que o Brasil será o primeiro país a criar um arcabouço jurídico regulamentador dos seus diversos produtos apícolas.

No entanto, vive-se ainda um paradoxo entre a aceitação, pelos apicultores, da atual legislação sanitária e o seu comum descumprimento, pois não têm eles questionado as normas reguladoras dos procedimentos e técnicas empregadas nos processos de beneficiamento dos produtos (entrepasto, casa de mel ou unidade apícola). É que a baixa capitalização, a incipiente qualificação técnica e a deficiência de infra-estrutura física tem, na grande maioria, inviabilizado o cumprimento, na íntegra, da legislação em vigor.

Assim, como já demonstrado, muitos apicultores do Piauí não possuem casa de mel, conforme exige a legislação. E outros tantos, quando a possuem, pouco a utilizam, por despreparo técnico e desconhecimento da repercussão negativa que isso provoca, no âmbito do mercado consumidor. A ação fiscalizadora do Ministério da Agricultura, embora deficiente, devido à falta de infra-estrutura, tem sido, contudo, rigorosa, dificultando a obtenção do SIF por muitos apicultores e entidades da categoria (cooperativas e associações). Com efeito, no final de 2000, apenas 22 estabelecimentos (associações, cooperativas e empresas) que operam com a atividade de produtos apícolas no estado estão Registrados e Relacionados no Serviço de Inspeção Federal (DFA/PI, 2001). Esses números tendem a crescer em função do investimento que vier a ser feito em qualificação técnica e gerencial e da disponibilidade de linhas de financiamento acessíveis aos pequenos apicultores.

4.5.8. Mercado interno

A fase embrionária pela qual ainda passa a apicultura piauiense termina em produzir alguns percalços e paradoxos importantes, limitadores do desenvolvimento da atividade. Um deles reside no fato de **as entidades associativas, na maioria dos casos, possuírem uma existência meramente formal.**

O início da atividade apícola profissional no estado se deu com a constituição, em 1983, de uma cooperativa, a Campil, no município de Picos, passando a falsa idéia de que a apicultura já nasceu associativamente organizada. No entanto, até o momento da pesquisa, em 1999, inúmeros problemas, afeitos a uma certa ausência de espírito cooperativo dos apicultores, estavam ainda sendo enfrentados pelos dirigentes daquela cooperativa, considerada a maior do Estado. Dos mais de 250 sócios, apenas pouco mais de 70 eram efetivos, levando em conta a adimplência e a fidelidade, para com a cooperativa, na destinação do produto. Os

outros apicultores, mesmo registrados como sócios, não têm honrado os pagamentos das mensalidades nem adotado uma conduta de fidelidade do repasse do produto para a cooperativa proceder à comercialização. Tem prevalecido, de fato, a venda ao atravessador, sob a alegação de falta de capital de giro para satisfazer as necessidades financeiras do apicultor.

Outro percalço, normalmente enfrentado pela grande maioria das cooperativas e associações, diz respeito à **deficiência de gestão administrativa**, o que não é uma dificuldade particular das entidades apícolas. Ao contrário, trata-se de um empecilho comum à maioria das cooperativas no Brasil, e até nos países desenvolvidos, como pôde ser observado por pesquisadores piauienses em visita a três países da Europa (França, Inglaterra e Alemanha). Trata-se de um campo de conhecimento extremamente complexo, haja vista a necessidade de acomodação de interesses de diversos atores sociais, aparentemente unidos em torno de um mesmo objetivo.

Neste sentido, administrar conflitos coletivos, às vezes gerados pelo comportamento de apenas um dos membros do grupo, é muito difícil. Por outro lado, criar as condições sócio-políticas adequadas ao bom funcionamento de um ambiente complexo, como uma cooperativa ou associação, não é tarefa fácil, nem uma característica comumente encontrada nos profissionais disponíveis no mercado.

Este conjunto de fatores gera a complexidade da existência e sobrevivência de uma entidade associativa, em qualquer lugar do mundo. Na apicultura do Piauí tais dificuldades são agravadas pelo imediatismo factual das necessidades dos cooperados ou associados. Os níveis significativamente baixos de disponibilidade de capital dos associados provocam uma pressão maior por resultados de curto prazo, retirando das entidades a possibilidade da adoção de estratégias de mercado de longo alcance, que redundariam em benefício dos próprios associados e cooperados.

Ao final, a entidade é vista como ineficiente, o que tem gerado um círculo vicioso no qual esta suposta ineficácia é utilizada para justificar a inadimplência do associado com a mensalidade e a venda aos atravessadores. Tal comportamento dos associados tende, por sua vez, a promover um enfraquecimento constante da entidade, levando-as, em muitos casos, à extinção.

As lacunas detectadas pela pesquisa, e já aqui destacadas, revelam a existência de uma “bola-de-neve” no que se refere à baixa qualidade do produto ofertado ao consumidor final. As deficiências se iniciam no momento em que o homem inicia sua participação no ciclo produtivo.

A qualidade das fontes de matéria-prima, como néctar, pólen e resinas (as plantas melíferas) e os atributos genotípicos das abelhas são indiscutíveis. Trata-se de plantas nativas que dispensam aplicação de produtos químicos de qualquer natureza e de abelhas altamente resistentes a patologias por microorganismos, o que evita o uso de antibióticos, prática muito comum à grande maioria dos países produtores.

No entanto, a partir do momento em que se torna necessária a intervenção humana no processo produtivo, o baixo nível de qualificação técnica dos apicultores para o manejo das colméias termina por deteriorar **a qualidade do produto final ofertado às indústrias de beneficiamento**. Estas, por sua vez, ainda adotam processos igualmente lesivos à qualidade do mel, como mecanismos de filtragem provocadores do aquecimento do mel acima da temperatura recomendada e de bombeamento com níveis de pressão também acima do prescrito, além da utilização de materiais, em equipamentos e em embalagens, fora dos padrões legalmente permitidos, sem falar nas condições inadequadas de armazenamento, entre outras práticas irregulares, promotoras da deterioração da qualidade do produto final.

Outro entrave de significativa importância neste elo da cadeia produtiva se relaciona ao baixo preço do mel pago, pela indústria, aos apicultores. Conforme já mencionado, a diferença en-

tre o preço pago ao apicultor (R\$ 1,30/kg, em média) pelos “corretores” ou diretamente pela indústria e o pago pelo consumidor do produto final (R\$ 9,00/kg, em média) chega, em muito casos, a quase mil por cento. Significa dizer que o apicultor está retendo a menor parte da renda gerada ao longo da cadeia produtiva.

Assim, sob o ponto de vista da noção de cadeia produtiva, um dos elos está em desvantagem, mecanismo tendente a promover o rompimento de um deles, num processo que vai-se refletir em outros elos subseqüentes, em determinadas épocas do ano ou em situações conjunturais de mercado.

Dois tipos de reflexos podem ser, de imediato, esperados. Um se consubstancia na redução do número de produtores, devido à inviabilidade financeira do negócio, quase sempre provocada pela inadimplência do produtor junto às instituições cooperativas ou financeiras. O outro se dá na diminuição dos níveis de investimento do produtor, com repercussão negativa na qualidade do produto ofertado.

Deduz-se disto a importância do estabelecimento de um Fórum Comum de produtores, processadores, distribuidores e varejistas, no sentido de possibilitar o debate dos pontos de estrangulamento da cadeia, aqui apontados, de forma a encontrar respostas às necessidades dos diversos grupos sociais e econômicos integrantes da cadeia produtiva, tendo, como objetivo final, a satisfação dos consumidores.

A **relação**, observada pela pesquisa, **entre as entidades cooperativas dos apicultores e as indústrias de beneficiamento** tem sido marcada por tensões, porquanto as duas instituições se tratam como detentoras de interesses opostos. Por um lado, as cooperativas e associações buscam preços compensadores para o produto dos apicultores, sob sua responsabilidade mercadológica. Por outro, as indústrias adotam estratégias de depreciação do preço do mel adquirido das cooperativas e associações, por perceberem, nelas, uma frágil estrutura organizacional para a comercialização.

Esse quadro suscita, mais uma vez, a necessidade do estabelecimento de uma **relação de parceria entre estas instituições**, a fim de que se ganhem condições de lucratividade maior para os dois elos da cadeia produtiva. Estas residem, basicamente, na transferência de lucratividade no processo de intermediação, cuja intervenção poderá reduzir-se com mais facilidade no momento em que a parceria indústria – entidades for estabelecida.

A exemplo do que vem ocorrendo, desde o início da década de 90, com a maioria das atividades econômicas de origem agrícola, na apicultura praticada no Piauí a maior parte da renda gerada ao longo da cadeia produtiva tem também sido retida nos elos da distribuição e logística. Na prática, **um número significativo de atacadistas ou “corretores” de mel (os intermediários) implementam uma política agressiva de compra direta ao apicultor**. Ademais, essa ação favorece a estes por se apresentar como uma alternativa concreta e de efeito imediato de aquisição do seu produto.

A outra alternativa do apicultor é a de entregar o produto à cooperativa, pagando as taxas de administração, comuns a este tipo de mecanismo de comercialização, e esperar pelo resultado da venda para ter acesso aos recursos financeiros decorrentes. Mas quase sempre os prazos de consumação do processo de comercialização são longos e os apicultores do estado, na grande maioria estruturalmente muito pequenos, não têm condição de aguardar os resultados finais.

No entanto, o preço pago pelos “corretores” é sempre muito baixo, em relação às condições do mercado. Essa prática gera, em consequência, uma situação paradoxalmente difícil para os apicultores quanto à viabilização do negócio.

Com uma eficiente infra-estrutura de logística e distribuição, os intermediários repassam o mel para indústrias de beneficiamento das regiões Sul e Centro-Sul do país que, após envazá-lo, distribuem-no para os pontos de comercialização em todo o país, inclusive, em alguns casos, para o próprio Estado do Piauí.

Assim, pelo mecanismo de depreciação do preço pago ao produtor, viabiliza-se o processo de retenção da renda gerada, ao longo da cadeia produtiva, no elo da distribuição e da logística. A pesquisa detectou casos em que o mel, vendido pelo apicultor a R\$ 1,00, chegava às gôndolas dos supermercados ou às prateleiras das farmácias a R\$ 10,00, um incremento de 1.000%.

Observa-se, então, de forma bastante evidente, uma danosa falta de estrutura de comercialização por parte dos apicultores, traduzida no desconhecimento das características dos mercados, na ausência de uma política de marketing, na inexistência de capital de giro, na não organização estratégica de uma escala de produção, no despreparo técnico e financeiro dos produtores para agregar valor ao produto “dentro da sua própria porteira” e no desacompanhamento da conjuntura mercadológica.

É, pois, neste cenário de debilidade comercial que emerge um ator relativamente estranho à estrutura da cadeia produtiva, o atacadista ou corretor. Trata-se de um componente que, se sair de cena, nenhum prejuízo causará ao processo de produção, mas, ao contrário, seria a eliminação do elo que, no momento, tem retido, parasitariamente, a maior parte da renda gerada ao longo da cadeia produtiva.

Assim, o preenchimento das lacunas mencionadas poderia promover uma maior retenção da renda no elo da cadeia verdadeiramente responsável pela produção do mel: o apicultor.

Já a **relação atacadista-indústria de beneficiamento**, aquele, na maioria dos casos, cumpre o papel de fornecedor de matéria-prima para esta, conforme observado pela pesquisa, encontrado-se, no campo, basicamente dois tipos.

Um é o atacadista de fato, ou seja, aquele que possui seu próprio capital e obtém resultados financeiros no processo de intermediação propriamente dito. Ele compra o mel diretamente do apicultor, sempre a preços inferiores aos de mercado e o revende à indústria de beneficiamento, agregando o diferencial necessário para reproduzir, de forma ampliada, o que foi inicialmente investido.

O outro tipo não chega a ser, na verdade, um atacadista, mas um comprador de mel, a serviço de uma indústria determinada, instaurando-se, quase sempre, uma relação trabalhista entre os dois elos. Esse “atacadista” é contratado pela indústria, principalmente as localizadas nos estados do Sul e Sudeste do Brasil, para contactar os apicultores que dispõem de mel e necessitam da venda para o cumprimento de compromissos imediatos. Nestes casos, o capital necessário ao pagamento dos apicultores é fornecido pela indústria de beneficiamento. Este tipo de intermediário não se beneficia, portanto, da intermediação, ainda que sempre se apresente como dotado de meios próprios para a realização dos negócios.

As conseqüências provocadas pelos dois tipos de intermediários, no que se refere aos apicultores, já foram analisadas quando se tratou da relação entre apicultores e atacadistas. No que tange à indústria de beneficiamento, o primeiro tipo – o atacadista propriamente dito – gera conseqüências negativas para ela, a partir do momento que é agregado ao valor do produto um diferencial de preço, relativo ao custo do capital investido, acrescido do lucro que este ator, constituinte da cadeia produtiva, realiza.

Já o segundo tipo – o funcionário da indústria que se apresenta como atacadista independente – gera conseqüências positivas para ela a partir do momento que elimina a figura do verdadeiro atacadista, fazendo com que o produto lhe chegue a um custo significativamente menor. Ao mesmo tempo, tal processo promove a transferência da renda, que ficaria retida no elo da intermediação, para a própria indústria. Esta obtém, assim, os lucros decorrentes do processo de agregação de valor ao produto após seu beneficiamento, somados aos obtidos no próprio processo de intermediação da compra da matéria-prima.

Por um lado, este quadro aponta, mais uma vez, para a necessidade de adequação da infra-estrutura de comercialização dos

apicultores e de suas entidades associativas no sentido de reforçar seu poder de barganha no mercado. Por outro, como já dito, requer a criação de um fórum de discussão dos diferentes atores da cadeia produtiva, na busca do equilíbrio da distribuição da renda gerada ao longo da cadeia entre todos os segmentos, eliminando aqueles cuja atuação é dispensável ao seu funcionamento.

A relação entre o consumidor e o comércio varejista é, por seu turno, marcada por muita de desinformação. Com efeito, de 35% dos 115 consumidores entrevistados informaram que consomem mel como apiterápico, basicamente influenciados por crenças, repassadas por antepassados ou por propagandas das próprias indústrias beneficiadoras de méis misturados com extratos de própolis e de plantas “medicinais”, como a romã, o alho, o agrião, o limão, a acerola, entre outros.

Embora os pesquisadores esperassem um percentual menor, o número dos consumidores entrevistados que consomem mel como alimento foi de 36%. Este dado indica um crescimento importante desta categoria, tendo em vista a visão inicial de pesquisadores e técnicos da área, vigente antes da pesquisa, de que o mel era consumido majoritariamente com objetivos terapêuticos.

Essa concepção, no entanto, não estava totalmente equivocada. Dos entrevistados, 14% consomem mel para fins terapêuticos e alimentícios, ao mesmo tempo. Somado este índice ao dos que o consomem apenas com fins terapêuticos (35%), 49% o fazem com esta última finalidade. Do restante, apenas 1% consome o produto como cosmético. Os outros 14% responderam não consumir mel de nenhuma maneira.

Atualmente, a maioria dos consumidores de mel integra as classes sociais de poder aquisitivo mais elevado. Entretanto, é um produto que se vem tornando acessível, cada vez mais, a maiores parcelas da população, faltando, apenas, as condições adequadas para que esse acesso seja ampliado ao longo do tempo. As

medidas mais urgentes passam pela elaboração de uma política de promoção do produto, enfatizando suas qualidades alimentícias, sendo igualmente eficaz sua inclusão na merenda escolar, o que contribuiria não só para o aumento do consumo do produto, mas também para a melhoria nutricional das crianças.

No que se refere à população em geral, relevante seria a adoção de uma política de marketing que tornasse o mel um produto com propriedades alimentícias e terapêuticas menos desconhecidas, sem mencionar a versatilidade de seu uso, que vai desde o adoçante natural à preparação de alimentos sólidos diversos, como bolos, biscoitos e pães.

No comércio varejista, predomina a venda direta do apicultor, opção escolhida por 58% dos entrevistados que declararam consumir o produto. Já 19% o compram em supermercados, 9% no comércio especializado, 5% em farmácias e 9% em estabelecimentos variados. Faz parte, também, do circuito de comercialização, o mercado informal (ambulantes), apontados por 25% dos entrevistados (Figura 5).

O **comércio informal** ainda ocupa um espaço relativamente importante na comercialização do mel. A pesquisa identificou que existe, para alguns consumidores, uma imagem de que o mel legítimo (sem adulteração) é o vendido pelo próprio apicultor, em garrafas de vidro de um litro, sem rótulos e com tampa improvisada, feita de sabugo de milho ou material similar (Figura 6).

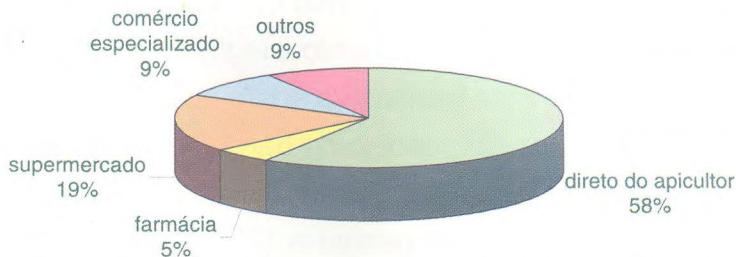


Figura 5. Locais de compra de mel pelo consumidor final.



Figura 6. Venda de mel no litro, à margem das estradas.

A idéia do mel resultante de um processo industrial de envase nem sempre ser o de melhor qualidade, representa a opinião de 25% dos consumidores, que preferem comprá-lo dos ambulantes. Aliás, 57% dos entrevistados não sabem diferenciar o mel centrifugado do espremido (Figura 7).

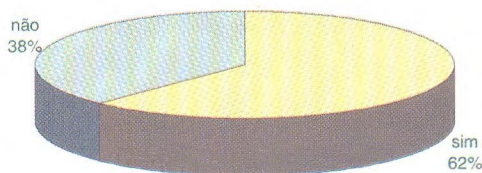


Figura 7. Diferenciação, pelos consumidores, de mel centrifugado e espremido.

No entanto, este canal informal de comercialização, além de ilegal, apresenta limitações quanto à legislação sanitária, pois não atende às exigências básicas de adequação da embalagem, rotulagem, carimbo do SIF, código de barras, data de fabricação e validade, entre outras. Aliás, a preferência por embalagens de vidro, conforme apurado pela pesquisa (Figura 8), mesmo sendo a mais recomendada pela instituição reguladora e fiscalizadora, está, provavelmente, ligada mais à compra direta do consumidor ao apicultor que à adequação do material às condições de melhor preservação do produto.

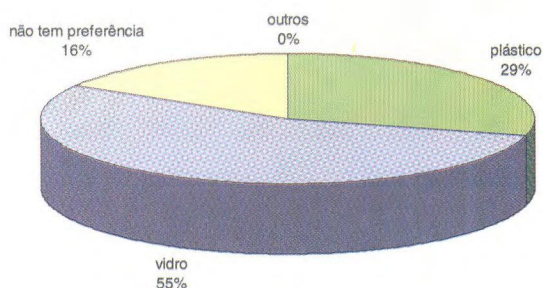


Figura 8. Tipo de embalagem preferida pelos consumidores de mel.

A persistência desta forma de comercialização se vincula à existência de uma clientela que procura o produto quase sempre por causa do preço mais acessível (Figura 9) ou ao desconhecimento dos atributos a ele inerentes, o que significa, por sua vez, ignorância dos riscos à saúde, evidenciados na falta de condições de higiene durante o processo de envase do mel.

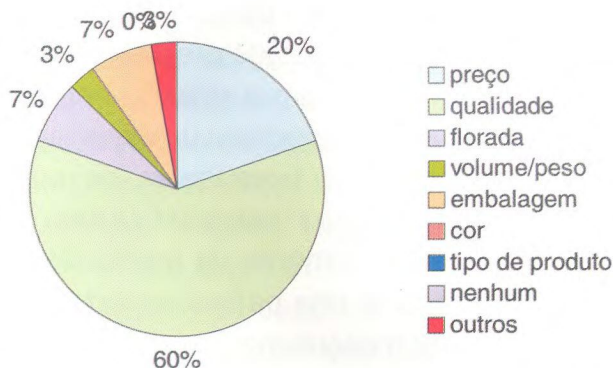


Figura 9. Motivos do consumidor na compra do mel.

4.5.9. Mercado Externo

O **mercado externo internacional** ainda é significativamente desconhecido pela maioria dos apicultores e suas instituições, no Piauí. Não foi encontrado, pela pesquisa, nenhum apicultor ou entidade apícola que tivesse passado por alguma experiência de exportação de mel.

Em viagem prospectiva de dois pesquisadores da equipe à Europa (França, Inglaterra e Alemanha), as impressões colhidas indicam este mercado como complexo e relativamente dominado por algumas empresas de importação e exportação de produtos apícolas, cujo principal trunfo é o conhecimento de sua diversidade, relacionada às diferentes preferências dos consumidores de mel, variáveis de país para país. Em alguns, como na Inglaterra, a opção recai sobre o mel claro, em outro incide sobre o produzido numa determinada região, de um determinado país, como é o caso dos franceses, com o mel de Lavanda, originário da região de Provence. Já na Alemanha, o mercado consumidor de mel orgânico é mais importante que nos demais países europeus.

Ao lado dessa diversidade de características dos mercados, há mecanismos de formação de preços com forte variação ao longo do ano, de acordo com a relação entre oferta e demanda. Com efeito, quando os principais exportadores (China, Argentina e México) têm safras excedentes, os países importadores, através das empresas especializadas, optam pelo parâmetro do preço, em detrimento da qualidade. No entanto, quando o excedente ocorre nos países importadores, passam os exportadores a utilizar mecanismos excessivamente rigorosos de controle de qualidade, o que reduz as importações e prioriza consumo da produção interna.

O conhecimento dos mecanismos de funcionamento do mercado internacional é, portanto, fundamental para um desempenho satisfatório das instituições brasileiras vinculadas a este agronegócio. Observou-se, na etapa internacional da pesquisa, que o mel orgânico, assim como os outros produtos apícolas, estão menos suscetíveis a estes mecanismos de manipulação mercadológica, em função do seu menor grau de presença na oferta mundial. É que são poucos os países com recursos naturais favoráveis à apicultura orgânica e esta vantagem competitiva deve ser utilizada, de maneira mais eficaz, no âmbito das relações comerciais.

Na mesma direção, **o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos apícolas convencionais** é condição indispensável e estratégica para enfrentar os desafios e as manipulações do mercado internacional. A estratégia de redução dos custos de produção praticados atualmente no Brasil não pareceu, no contexto da pesquisa, eficiente, haja vista os baixíssimos custos havidos nos principais países exportadores. Dificilmente os apicultores do Piauí e, mesmo, de outros estados do Brasil conseguirão competir, com os referidos países, em termos de preços. Porém, no sentido inverso, é improvável que eles superem o Brasil na qualidade dos produtos.

Há, portanto, grandes perspectivas para os produtos apícolas brasileiros no mercado internacional, mas o conhecimento das suas características e estruturas é crucial para a definição de uma estratégia mercadológica eficiente.

Por isso, uma relevante polêmica tem sido subliminarmente estabelecida entre os “experts” das apiculturas piauiense e brasileira, alguns deles aqui entrevistados, servindo como interlocutores do estudo da cadeia produtiva do mel no Estado do Piauí. Ela diz respeito à definição da melhor estratégia a ser adotada pela apicultura brasileira para adquirir **competitividade no mercado nacional e internacional de mel convencional**.

Parte desses interlocutores defende que a competitividade deve ser buscada, fundamentalmente, através da redução do custo de produção do mel, como ocorre nos principais países exportadores, Argentina, China e México. Tal redução de preços deve, segundo essa corrente, ser perseguida em duas frentes básicas de atuação: a via da tecnologia, pelo aumento da produtividade, com a adoção de um manejo adequado, o uso de rainhas geneticamente melhoradas e outras técnicas recomendadas, e a via das políticas públicas de diminuição do “custo Brasil”, (conjunto de impostos e taxas oneradores da circulação e da comercialização de bens no mercado nacional, e em especial, na exportação), pela minimização dos tributos existentes e a concessão de crédito diferenciado e incentivos fiscais aos apicultores e empresas ligadas ao setor.

Mas a outra corrente de pensamento entrevistada defende que a competitividade deve ser buscada, fundamentalmente, através da **melhoria da qualidade do produto**. Para esses interlocutores, a diminuição do custo de produção do mel brasileiro, mesmo com a participação do poder público via redução da carga tributária, não conseguirá atingir os níveis de custo e preço do produto nos principais países exportadores. É que as desvantagens comparativas da apicultura brasileira se concentram basi-

camente nos recursos naturais. A dependência de plantas melíferas nativas e silvestres eleva muito os custos da produção, quando comparadas às plantas cultivadas, utilizadas por esse países, pois os custos de deslocamento de colméias na apicultura migratória é, relativamente, muito alto, e dificilmente reduzível por políticas públicas ou tecnologias.

Ademais, os incentivos oferecidos pelos governos dos países mencionados, aliados à redução da carga tributária para exportação, apresentam-se com muita significância, sendo improvável sua adoção pelo governo brasileiro. Recentemente, os EUA, por exemplo, decidiram processar a Argentina junto à Organização Mundial do Comércio porque o mel daquele país estava chegando ao mercado norte-americano a preços mais baixos que o produzido por eles próprios.

No entanto, os aspectos e parâmetros definidores da qualidade do produto, quando aplicados ao mel produzido nos três mais importantes países exportadores, revelam ser este muito inferior ao mel brasileiro, principalmente no que se refere à presença de contaminantes (antibióticos usados para combater patologias de abelhas e outros produtos químicos utilizados na agricultura). Com efeito, o mel oriundo daqueles países é produzido a partir de plantas cultivadas, com o objetivo principal de obter o produto resultante da atividade agrícola, e não o da atividade apícola. Assim, a utilização de produtos químicos contra pragas e doenças das plantas, também aproveitadas na apicultura, ocorre de acordo com a necessidade da produção agrícola, trazendo, sempre, conseqüências indesejáveis para a atividade apícola.

Tomando por base as duas posições, acima delineadas, delimitadoras do campo do debate a respeito da estratégia a ser adotada pela apicultura piauiense (e, por que não dizer, da brasileira) em busca de competitividade nos mercados diversos, o que parece mais adequado é mesmo **a adoção, simultânea, das duas vias postuladas.**

É que a redução dos custos de produção, através do aumento da produtividade das colméias pelo uso de tecnologias, e a implementação, pelo poder público, de políticas de incentivo e desoneração do setor, constitui-se um caminho extremamente profícuo, porém insuficiente para atingir o objetivo maior, a competitividade.

A busca da melhoria da qualidade, aliada a uma política de promoção do produto, é também uma estratégia central no conjunto das políticas de competitividade da apicultura piauiense. Porém, assim como a primeira estratégia é isoladamente, ineficaz para o alcance dos objetivos delineados, esta segunda, se adotada também isoladamente, padeceria da mesma limitação.

A proposta é, portanto, o delineamento de uma estratégia que incorpore de maneira articulada, as duas vertentes. Entretanto, esta pesquisa tende a indicar que **a capacidade de resposta da segunda vertente (a busca da competitividade pelo incremento da qualidade) é maior que a da primeira,** tendo em vista o conjunto de dificuldades ligadas às condições sócioambientais da apicultura praticada no Piauí.

Com efeito, o abaixamento dos custos de produção estaria vinculado à ultrapassagem das dificuldades infra-estruturais de exploração dos recursos naturais disponíveis. Nas condições atuais, a prática da apicultura no Estado torna-se relativamente dispendiosa devido às carências de estrada, energia elétrica, saneamento, assistência técnica, entre outros. Tais fatores, se disponíveis, reduziriam significativamente os atuais custos da atividade.

Quanto à melhora da qualidade, as ações a serem desenvolvidas independem de investimentos muito altos em infra-estrutura, já que mais afetas a atividades de qualificação dos apicultores e de suas instituições, visando capacitá-los para atender às exigências da legislação e dos mercados. Ao mesmo tempo, as entidades deveriam ser preparadas para conhecer e monitorar as

características particulares de cada um desses mercados, a fim de estabelecer um processo de coordenação do processo produtivo, de acordo com o destino da produção.

Daí a importância de se tratar, aqui, da **relação entre os apicultores e a instituição certificadora do mel orgânico**. No Brasil, até o momento, apenas uma instituição, o Instituto Biodinâmico de Botucatu (IBD), em São Paulo, detém reconhecimento internacional para certificar o mel orgânico.

Mas, segundo concluiu a pesquisa, as normas do IBD para a certificação do mel orgânico são, aparentemente, complexas, rígidas e polêmicas. Assim como a própria apicultura, carecem elas de maior amadurecimento, pois se encontram ainda em nível muito teórico. No momento da pesquisa, apenas uma empresa, no Estado de Minas Gerais, fora certificada em todo o Brasil, o que indica que a viabilização prática das referidas exigências ainda será submetida a experimentações em diferentes regiões do país, devendo sofrer pressões geradas pelas especificidades locais.

O Ministério da Agricultura, por sua vez, ainda não elaborara nenhum tipo de regulamentação, até o momento da pesquisa. Aliás, a ausência dessa normatização impede a qualquer empresa utilizar a palavra “orgânico” no rótulo dos seus produtos, mesmo que já certificado pelo IBD. A alegação oficial para a proibição é a de que sem a regulamentação o órgão não pode atestar a correspondência entre o rótulo e o conteúdo da embalagem. Surge, assim, a necessidade de deflagração de um processo de definição dos parâmetros técnicos para o reconhecimento do mel orgânico, a ser coordenado pelo próprio Ministério.

No Piauí, algumas empresas começam a se estruturar para solicitar a certificação do IBD. Existe a possibilidade de algumas utilizarem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), propriedades privadas que obtiveram, por decreto presidencial, a condição de áreas protegidas contra prática de qualquer atividade

agrícola comercial, com poucas exceções, entre as quais a da apicultura. São, portanto, áreas isentas de contaminação por produtos químicos ou similares, tóxicos para o ser humano, constituindo-se, a princípio, em áreas próprias para a produção de mel orgânico.

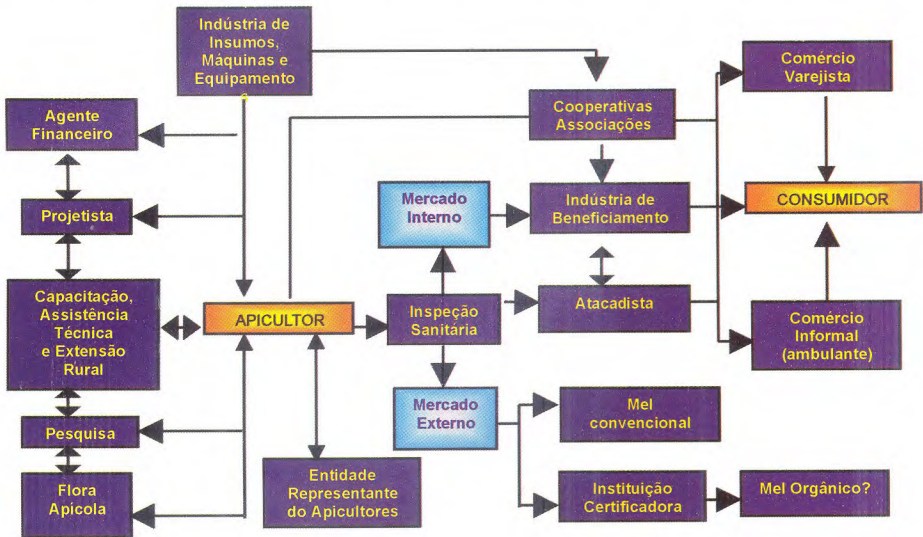
O Piauí é, diga-se, um dos poucos estados do país que reúne as condições de recursos naturais e de exploração agrícola ideais para a produção do mel orgânico, que deve ser, como já aludido, completamente isento de produtos químicos, microorganismos ou partículas sólidas, transportadas pelo ar ou pelos manipuladores da colheita e do processamento.

A isenção de contaminação com agrotóxicos está diretamente relacionada ao tipo de agricultura praticada no Estado. É que, ao manter contato com as flores ou ao beber a água de fontes contaminadas com produtos químicos, as abelhas acabam transportando partículas destes produtos para o mel. Como já mencionado, no Piauí, a agricultura caracteriza-se, no geral, por um nível tecnológico com baixo índice de utilização de insumos químicos, o que favorece a produção de um mel sem contaminação.

Outro aspecto favorável, no Piauí, à produção do “mel orgânico”, é a quase inexistência de doenças das abelhas, em função da carga genética das africanizadas, muito resistentes às patologias mais comuns nas abelhas européias, como a “varroatose”, tornando desnecessários os medicamentos, principalmente antibióticos e acaricidas, muito usados em grande parte dos países produtores.

Estas condições específicas indicam que as perspectivas econômicas da produção de mel orgânico no Piauí são muito promissoras, considerado o somatório das condições agroecológicas do estado e os preços diferenciados obtidos pelo produto em sua crescente demanda.

4.6. Fluxograma da Cadeia Produtiva do Mel



4.7. Outros Gargalos Não Tecnológicos

Além dos gargalos não-tecnológicos ligados diretamente aos elos da cadeia produtiva do mel, já analisados, há outros, mais vinculados à viabilidade econômica da atividade (preços recebidos pelos produtores), às políticas agrícolas (fomento e agentes financeiros), e a aspectos infra-estruturais (estradas, energia elétrica e saneamento). Com isso, completa-se o quadro analítico da cadeia produtiva.

O apicultor tem recebido, no Piauí, um preço lucrativo pelo mel. Esse preço variou, em 1997, de R\$ 1,30, na apicultura fixa, a R\$ 2,00, na migratória, oscilando, assim, de região para região, dentro do estado. Em 1998, chegou a R\$ 3,00, devido aos baixos níveis de oferta causados pela seca prolongada, na safra 1997-98. Em 1999 e 2000, o preço variou de R\$ 1,00 a R\$ 1,80, queda atribuída ao aumento da oferta, provocado pela recuperação dos enxames perdidos na seca de 1998.

A apicultura migratória impõe custos mais altos que a fixa, em função, principalmente, das despesas de deslocamento dos enxames para outras áreas e das relativas à mão-de-obra, tendo em vista a necessidade de os trabalhadores permanecerem longe do seu domicílio, manejando as colméias, nestas áreas, até o fim das floradas. Mas o mel oriundo da apicultura migratória é ofertado em período de escassez do produto, o que permite a elevação do preço, compensando, assim, o aumento dos custos.

A margem de lucro na apicultura é, porém, em todos os casos, relativamente alta, quando cotejada a outras atividades, como mostram as simulações do CEFAS, na comparação com a pecuária, paralelo apresentado mais à frente.

A atividade apícola cresceu, muito e rapidamente, na década de 90, no Estado do Piauí. Com efeito, menos de 200 toneladas produzidas em 1985 e menos de 1.500, em 1995-96, segundo o IBGE, esta pesquisa estima que o Piauí já produza além de 3.500 toneladas de mel, incremento impulsionado, em grande parte, pelos incentivos financeiros para investimento.

O principal agente financeiro da apicultura no Piauí é o Banco do Nordeste, que na década de 90 a apoiou de forma decisiva. Dest'arte, a partir de 1995 houve um crescimento geométrico do número de colméias em produção e outro número importante, em início de produção, coincidindo com a explosão de financiamento da atividade (Tabela 17), que chegou a R\$ 20.554.672,00 até julho de 1998, passando para R\$ 36.000.000,00 em 2000, quase dobrando em apenas dois anos.

Outros agentes de crédito e comercialização operaram no setor, no Piauí, mas com menor volume de recursos, como o Banco do Brasil, através do Pronaf, a Cáritas, o CEFAS e o PCPR, antigo PAPP do governo estadual.

Discute-se, atualmente, a redução do ritmo de concessão de empréstimos, visando ao refinanciamento dos apicultores em dificuldades para honrar seus compromissos com os agentes financeiros.

ros. Dados mais recentes (Banco do Nordeste, 2001) informam que, dos R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) concedidos em forma de financiamento aos apicultores do Nordeste, até o final do ano 2000, R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões) foram contratados por apicultores do Piauí, representando mais de 50% dos recursos financiados no Nordeste. E, como já analisado, a concessão de financiamentos para projetos mal elaborados tem dificultado a viabilidade de muitos empreendimentos.

Tabela 17. Crédito do Banco do Nordeste para produtores de mel no Piauí, no período de 1995 a 1998 (até julho).

Agência	No. Beneficiários	No. De colmeias	Valor (R\$ 1,00)
S. R. Nonato	576	14.400	9.457.000
Picos	470	55.000	6.500.000
Bom Jesus	64	5.280	1.045.748
Água Branca	74	7.400	1.013.042
Oeiras	562	4.800	939.915
Valença	75	10.119	939.757
Piripiri	10	2.310	254.535
Paulistana	35	1.430	190.000
Araripina	127	1.537	151.427
Teresina	26	01	63.248
TOTAL em 1998	1.993	102.276	20.584.672
TOTAL em 2000			36.000.000,00

Fontes: Banco do Nordeste (1998), tabulação especial do autor, 2001; Banco do Nordeste (2001).

No que tange às *questões de infra-estrutura pública*, o pasto apícola do Piauí é constituído por plantas nativas que se localizam em áreas de difícil acesso, normalmente no interior de matas virgens. Mesmo que as regiões produtoras de mel no Piauí estejam sendo servidas de estradas federais e estaduais, há necessidade de apoio do poder público na *construção de estradas municipais (vicinais)*, para melhor distribuição, nas matas, dos apiários. A construção de estradas vicinais nestas regiões viabilizará a ampliação da atividade porque aumentará a disponibilidade de pastos, princi-

palmente nos períodos de escassez de chuvas, evitando a necessidade de migração dos enxames para outros estados e, em consequência, reduzindo os custos de produção.

A importância das estradas vicinais está, também, relacionada ao escoamento da produção. Observou-se, durante a pesquisa, que algumas cooperativas e associações estavam em dificuldade para transportar o mel até o comprador, por falta de estradas. O caso mais grave foi o da COASP (Cooperativa dos Apicultores do Município de Socorro do Piauí), que necessitou alugar um caminhão $\frac{3}{4}$ para transportar o mel até a estrada principal (asfaltada), tendo em vista a recusa do comprador em usar a estrada vicinal “existente”, devido à total falta de condições de tráfego para um caminhão de três eixos. Casos como este também se deram em outros municípios, onde até os pesquisadores enfrentaram dificuldades para a eles chegar.

Com grau de importância semelhante, chama atenção a significativa insuficiência de infra-estrutura de energia elétrica e de saneamento detectada pela pesquisa. No caso da apicultura, são aspectos fundamentais para o funcionamento adequado das casas de mel e mesmo para a permanência dos apicultores no campo durante os períodos de manejo das colméias e colheita do mel. Trata-se, na verdade, de dotar as áreas rurais de infra-estrutura mínima que, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, possibilita que atividades econômicas sejam desenvolvidas em patamares de qualidade competitivos no mercado global, tendo em vista que estas condições infra-estruturais fazem parte das exigências legais impostas pelos órgãos normatizadores de atividades como a apicultura.

A importância das estradas vicinais está, também, relacionada ao escoamento da produção. Observou-se, durante a pesquisa, que algumas cooperativas e associações estavam em dificuldade para transportar o mel até o comprador, por falta de estradas. O caso mais grave foi o da COASP (Cooperativa dos Apicultores do Município de Socorro do Piauí), que necessitou alugar um caminhão $\frac{3}{4}$ para transportar o mel até a estrada principal (asfaltada), tendo em vista a recusa do comprador em usar a estrada vicinal “existente”, devido à total falta de condições de tráfego para um caminhão de três eixos. Casos como este também se deram em outros municípios, onde até os pesquisadores enfrentaram dificuldades para a eles chegar.

Com grau de importância semelhante, chama atenção a significativa insuficiência de infra-estrutura de energia elétrica e de saneamento detectada pela pesquisa. No caso da apicultura, são aspectos fundamentais para o funcionamento adequado das casas de mel e mesmo para a permanência dos apicultores no campo durante os períodos de manejo das colméias e colheita do mel. Trata-se, na verdade, de dotar as áreas rurais de infra-estrutura mínima que, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, possibilita que atividades econômicas sejam desenvolvidas em patamares de qualidade competitivos no mercado global, tendo em vista que estas condições infra-estruturais fazem parte das exigências legais impostas pelos órgãos normatizadores de atividades como a apicultura.

4.8. A Percepção dos Consumidores Entrevistados

A pesquisa da cadeia produtiva do mel procurou investigar todos os seus elos conhecidos, como previsto na metodologia, elegendo como *atores principais os apicultores e os consumidores*. Esta escolha partiu da concepção de que estes são, socialmente,

os grupos sociais essenciais para a própria existência da cadeia produtiva e da atividade. Neste sentido, todos os elos intermediários entre estes dois atores participam como prestadores de algum tipo de serviço, que procura melhorar o funcionamento da cadeia, cada um com seu nível de importância relativa.

Em função dessa importância, foram entrevistados 115 consumidores, nos 30 municípios visitados, sendo que, por motivo de factibilidade, a maioria dos entrevistados (60) reside em Teresina, conforme distribuição já apresentada no capítulo 1. Houve ainda a preocupação em estratificar os entrevistados quanto ao nível social através da faixa de renda mensal (Figura 10).

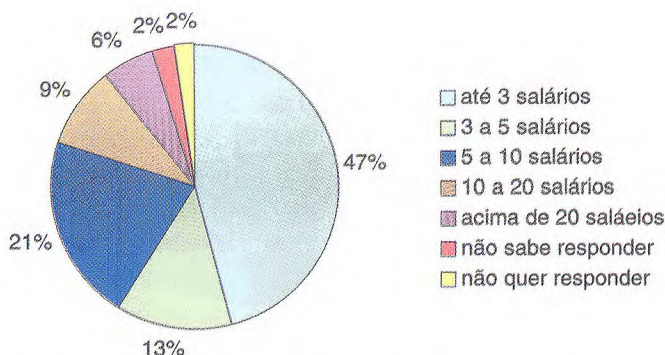


Figura 10: Faixa de renda mensal dos entrevistados sobre o consumo de mel no Piauí em 2000 (valor do salário mínimo R\$ 151,00).

A maioria dos entrevistados (69%) afirmou ter o hábito do consumo de mel (Figura 11), o que exige a revisão da imagem contrária até então prevalecente. Além disso, a demanda pelo produto vem crescendo, não só nos outros países e nos estados brasileiros entre os consumidores de maior poder aquisitivo, mas também em estados tidos como de consumidores mais pobres, como o Piauí.

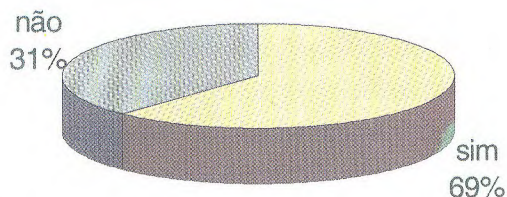


Figura 11. Consumidores com hábito de consumo de mel (%).

Não se pode afirmar, porém, que estes níveis sejam satisfatórios, haja vista que só 34% dos que declaram consumir mel o fazem diariamente. A maioria (66%) disse consumi-lo apenas ocasionalmente (Figura 12). De toda maneira, é impróprio continuar afirmando que o consumo continua excessivamente baixo (2% do mel produzido no Estado), como era concebido por alguns técnicos “experts” no assunto.

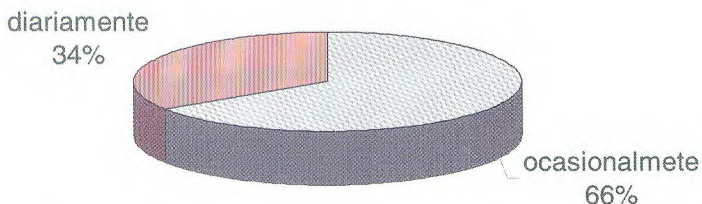


Figura 12. Frequência de consumo de mel (%).

Os entrevistados que afirmaram não ter hábito de consumir mel totalizaram 31%. Destes, 66% declararam que não o fazem por achar o sabor demasiadamente doce e desagradável; (17%) por serem diabéticos e (17%) simplesmente por não terem o hábito (Figura 13). Estes dados demonstram que, embora seja possível aumentar o número de consumidores de mel no estado, o incremento seria de apenas 17% da população. Sendo **mais factível trabalhar com o aumento do consumo “per capita”** através de campanhas publicitárias que incentivem o uso freqüente do produto, gerando novos mercados consumidores e reduzindo um dos maiores problemas da cadeia produtiva: a comercialização.

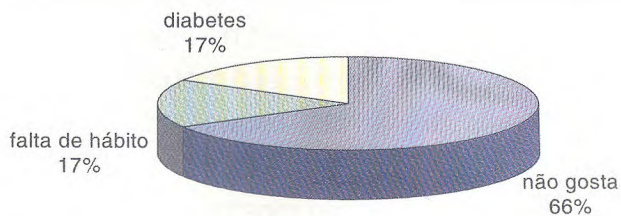


Figura 13. Motivos do não consumo de mel (%).

Entretanto, campanhas publicitárias só obtêm resposta no longo prazo, enquanto o problema da comercialização necessita de soluções no curto prazo. Uma sugestão é a inclusão de mel na merenda escolar de colégios municipais e estaduais. Desta forma, além de se oferecer um produto de reconhecido valor nutricional aos estudantes, se ampliaria o mercado para o mel instantaneamente, resolvendo o problema dos apicultores no curto prazo, e se criaria o hábito do consumo de mel entre os estudantes, ampliando o mercado no longo prazo. Para que isto ocorra, no entanto, se faz necessário a união, organização e mobilização por parte dos apicultores, pressionando as instituições públicas responsáveis.

Com efeito, além dos que têm carências nutricionais, os que crêem no poder terapêutico do produto também a ele recorrem, com muita freqüência, visando debelar patologias para as quais o mel tem eficácia reconhecida ou presumida. São crenças e experiências, passadas de pai para filho e construídas a partir ou da inexistência, em outras épocas, de medicamentos, ou da inacessibilidade a eles mesmo nos dias atuais. Por isso é que talvez pouco menos da metade tenha declinado recorrer ao mel como elemento terapêutico (Figura 14).

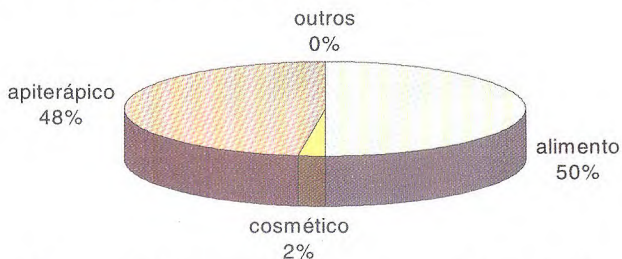


Figura 14. Finalidades do consumo de mel (%).

Era esperado, no entanto, um nível significativo de consumo de mel com misturas, em especial o mel com própolis e extratos de plantas medicinais, devido ao percentual de consumidores que declararam consumi-lo com fins terapêuticos, hipótese que, no entanto, não se confirmou. Como mostra a Figura 15, apenas 21% dos que declararam consumir mel o fazem com algum tipo de mistura, sendo o produto consumido mesmo “in natura” (79%).

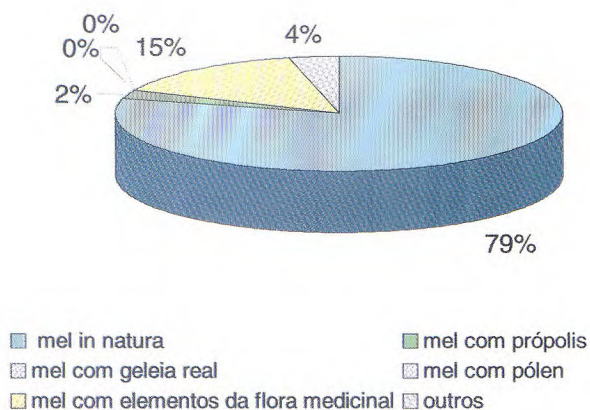


Figura 15. Tipos de mel consumidos (%).

Uma das explicações pertinentes para este fato está no custo significativamente mais alto do mel com misturas, quando comparado ao do mel “in natura”. Com efeito, esta diferença, em alguns casos, chega a 200% e, como mostra a Figura 13, a maior parte dos entrevistados (60%) situa-se na faixa dos que ganham até 5 salários mínimos, dos quais 47% auferem até 3 salários.

ATORES SOCIAIS NA ATIVIDADE APÍCOLA: busca de novas oportunidades de inclusão social

Eles continuam desenvolvendo essas atividades. Ele continua plantando seu arroz, seu milho, seu feijão, continua zelando seu cajueiro e a apicultura que entrou como sendo um paliativo, um complemento de renda, hoje se tornou uma atividade principal (F.R.F., agente do CEFAS, em Floriano-PI).

Após a montagem do quadro geral da atividade apícola, no capítulo anterior, cabe verificar, neste, como os atores sociais nela envolvidos reagem e estabelecem suas estratégias de reprodução e como a relação “atividade econômica-atores sociais-cenários” dialoga com a teoria. A ênfase é dada para os apicultores familiares haja vista a sua predominância quantitativa na apicultura piauiense, como mencionado à frente.

O caminho metodológico utilizado para expor os resultados da enquête qualitativa foi o de definir temas considerados capazes de organizar sua explanação permitindo, ao mesmo tempo, o diálogo com a teoria. Assim, os principais temas propostos foram *os impactos econômicos da atividade no âmbito das famílias, a organização do trabalho familiar, as mudanças relacionais (com o mercado, o meio ambiente, a sociedade local e a global), os reflexos nas formas de organização e as expectativas.*

Os dados apresentados foram levantados em fontes primárias (entrevistas de campo com dirigentes de cooperativas e de associações de apicultores, produtores apícolas independentes, industriais produtores de equipamentos para a atividade apícola,

dirigentes de ONG's, comerciantes e distribuidores, representantes de entidades representativas, como a Feapi, a Conap e o Conabee) e em fontes secundárias (CBA, IBGE, Emater, Ufpi, Embrapa, entre outras).

5.1. Os Apicultores do Piauí

Como em toda a atividade econômica, na apicultura também existe uma certa estratificação dos produtores. O critério básico de classificação em pequeno, médio e grande apicultor é a quantidade de colméias que cada um possui, dimensão esta determinante de um conjunto de outras necessidades, como a contratação de mão-de-obra, por exemplo. Os pequenos apicultores têm, normalmente, até 150 colméias, os médios, de 150 a 1.500 e os grandes, de 1.500, a 2.500, quantidade acima da qual um único proprietário não consegue administrar. No Piauí, a grande maioria é de “pequenos” apicultores, que trabalham em base familiar e contratam mão-de-obra (temporária) apenas nos períodos de colheita ou de migração⁽¹⁾.

Além disso, os pequenos apicultores normalmente dedicam-se a outras atividades agrícolas e não-agrícolas. Os médios, por sua vez, também praticam, na maioria, outras atividades agrícolas e não-agrícolas, mas estas são, em geral, ligadas ao processamento do mel e, excepcionalmente, a atividades não-agrícolas de caráter urbano. Já os grandes apicultores, devido ao volume de colméias e, em consequência, ao tamanho do empreendimento, geralmente

⁽¹⁾ Migração é o ato de deslocar as colméias da área de instalação originária do apiário para outras, dentro ou fora do estado, em busca de floradas disponíveis para a produção melífera. Ocorre normalmente em alguns meses do ano nas regiões mais atingidas por estiagens prolongadas, que provocam o abortamento dos botões florais das principais espécies de plantas melíferas típicas dessas regiões.

não podem dedicar-se a outras atividades fora das de produção e beneficiamento do mel.

É que a apicultura é uma atividade econômica que demanda uma intensa presença do proprietário do estabelecimento, existindo, portanto, muita dificuldade em delegar responsabilidades de supervisão e controle. Assim, os grandes apicultores normalmente reinvestem seus lucros no melhoramento da infraestrutura de beneficiamento e distribuição do mel, tendo mais oportunidades de agregar valor ao produto, diferentemente dos pequenos que, na maioria das vezes, vendem o mel para intermediários individuais ou cooperativas, sem realizar as etapas do beneficiamento, que exigem capacidade financeira para montagem da infra-estrutura necessária.

Um terceiro aspecto importante é que os médios e grandes apicultores necessariamente contratam mão-de-obra permanente e temporária⁽²⁾ e trabalham individualmente, enquanto *os pequenos usam exclusivamente mão-de-obra familiar e fazem parceria no pico laboral*, como nas fases de colheita e de migração. Neste caso, a contratação de mão-de-obra, quando ocorre, é temporária.

P- No caso do médio apicultor, aquele que faz a migratória, ele contrata mão-de-obra?

R- “Com certeza. Esses pequenos [médios] que têm de 100 a 500 ou 1.000 colméias, ele já tem uma estrutura melhor. Ele já tem

⁽²⁾ Essas contratações não obedecem à legislação trabalhista em vigor, ou seja, dificilmente um operário apícola tem carteira de trabalho assinada, embora sejam ocupações que requerem remuneração maior que a das atividades agrícolas tradicionais, devido à habilidade técnica proporcionalmente exigida. “O salário que essas pessoas contratadas recebem, comparando com o cara que é contratado para trabalhar em outras culturas, é bem melhor. Em média geral as pessoas que trabalham na apicultura recebem dois salários. Tem pessoas que recebem três, quatro, até cinco salários mínimos. Quer dizer que se não tivesse essa atividade essa pessoa estaria lá no campo ou parado ou ganhando meio salário mínimo” (A.A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

um caminhão transporte, o setor de extração do mel, como chamamos aqui: o setor de operações. Seria o barracão para a extração do mel. Essas pessoas já empregam. Ele já precisa de um motorista, de um ajudante, de um técnico (um garoto que a gente treina e ele participa de cursos que a cooperativa oferece, embora sejam poucos ou ele vai aprendendo nos nossos meios). O certo é que hoje tem uma participação muito boa com relação a esse número de pessoas que a apicultura emprega” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

P- A contratação é temporária, apenas no período da migração?

R- “Não. Como no Nordeste a gente trabalha com apicultura migratória os 12 meses do ano: Picos, de janeiro a maio; a região do litoral do Ceará, nós trabalhamos de junho a setembro; e de outubro a dezembro, aqui na serra do Araripe, divisa de Pernambuco com o Ceará. Então, como isso envolve o ano todo, essas pessoas trabalham com a gente o ano todo, é permanente. O que acontece é quando chega a época de colheita requer mais mão-de-obra – no meu caso, eu tenho três funcionários, mas quando eu vou colher mel, preciso contratar mais dois pra ajudar, às vezes três. Quando tem

um bom inverno pode ser mais (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

P- E no caso do pequeno (até 100 colméias), como é que ele faz? Ele se junta com outro para ir para Pacajus [destino da migração]? Como é que ele faz?

R- “No caso aqui da cooperativa, eles juntam dois, três produtores e trabalham em parceria. Dividem o transporte, o barracão pra extração de mel. Cada um tem seu negócio separado, mas trabalham em parceria” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

5.2. Impactos Econômicos da Atividade nas Famílias

A esmagadora maioria dos apicultores consultados informou estar, até o momento, muito satisfeita com os resultados da atividade. Do total de 151 informantes – representando as mais variadas regiões do estado – 55% afirmaram ter na apicultura a principal fonte de renda. Alguns, dentre estes, abandonaram mesmo as atividades tradicionais para dedicarem-se apenas à apicultura, enquanto outros passaram a considerar as antigas atividades como secundárias. Esse resultado indica que, no Estado do Piauí, a atividade apícola tem gerado impactos significativos, quer sobre a renda obtida, quer sobre as oportunidades de ocupação dos membros das famílias dos apicultores.

Já é, aliás, do conhecimento de grande parte dos produtores que a atividade agrícola tradicional, baseada na produção de

grãos, vive uma profunda crise, traduzida na queda dos preços e, portanto, da rentabilidade, com reflexos diretos nos níveis de ocupação. Com efeito, culturas tradicionais tiveram baixas significativas dos seus preços na década dos 90, enquanto o mel de abelha teve o preço pago ao produtor elevado em mais de 30% na primeira metade da mesma década, contrastando a tendência declinante da maioria das referidas culturas, como milho, feijão, arroz e algodão (Tabela 18).

Tabela 18. Preços recebidos pelos agricultores, com valores em reais (R\$), de novembro de 1997/unidade (média brasileira).

Anos/Produtos	Milho (kg)	Mandioca (t/raiz)	Soja (kg)	Leite (kg)	Feljão (kg)	Algodão caroço (kg)	Arroz casca (kg)	Mel abelha (kg) (*)
90	0,20	59,58	0,24	0,39	0,89	0,58	0,30	3,90
91	0,21	71,36	0,29	0,37	0,88	0,59	0,38	4,56
92	0,19	80,66	0,31	0,35	0,69	0,52	0,28	2,94
93	0,20	80,04	0,30	0,36	0,86	0,59	0,28	3,06
94	0,17	57,49	0,26	0,32	1,04	0,60	0,27	3,55
95	0,14	81,09	0,20	0,34	0,62	0,52	0,22	6,03
96	0,16	84,90	0,25	0,30	0,68	0,54	0,23	5,94
97	0,13	79,02	0,27	0,26	0,61	0,58	0,24	5,06

Fonte: Monteiro (1998)

(*) Esses valores representam uma média nacional. No Piauí, os preços do mel de abelhas, apresentados na última coluna, só são recebidos pelo produtor nos valores indicados quando eles mesmos processam, envazam (embalam) e distribuem para os pontos de venda final. Caso o mel seja vendido em lata, sem nenhum tipo de beneficiamento, o preço recebido pelo produtor varia de R\$ 1,00 a R\$ 2,50 por kg. Quanto aos outros produtos citados, não há diferenças importantes em relação ao Piauí.

O declínio da agricultura tradicional se torna mais grave no Nordeste, onde essas culturas são muito praticadas e as limitações climáticas reduzem dramaticamente as alternativas. Nesse cenário, a apicultura surge como uma das atividades capazes de criar uma nova dinâmica de geração de ocupação e de renda nessas regiões – na maioria dos casos, as mais secas porque tem, paradoxalmente, nas limitações climáticas, um dos seus principais aliados.

Esse fenômeno tem, no Estado do Piauí, o melhor exemplo. As condições climáticas, como a má distribuição de chuvas, peculiares ao Nordeste, aliada às temperaturas elevadas⁽³⁾ e a existência de uma florada diversificada e rica em pólen e néctar, típica do Piauí, favorecem a disponibilidade de alguns tipos de plantas melíferas em florescimento durante todo o ano, o que faz com que o estado tenha condições privilegiadas para o desenvolvimento da apicultura, notadamente a migratória.

P- Nessa migração, considerando o calendário de migração que você já citou, existe variação na produção do mel (a produção em Picos é maior do que fora ou não)?

R- “Nós classificamos em três períodos. Do Piauí: janeiro a maio, eu considero o período mais importante porque é o período que os enxames vêm saindo do período de verão, onde os enxames estão fracos porque estavam inativos, aí pega o período do Piauí onde você tem uma diversidade enorme, você tem uma pastagem apícola com um escalonamento de florada, onde você começa com a Canelinha, o Marmeleiro, o Angico, o Mufumbo, o Bamburral, tudo em quatro meses e é um período muito importante porque nunca falta florada, então a abelha está sempre em atividade, então fortalece os enxames e é a região que a gente percebe que produz mais mel, a produtividade é sempre maior e a qualidade do mel também é exce-

⁽³⁾ As temperaturas elevadas estimulam as abelhas a sair mais cedo das colméias do que nos lugares onde as temperaturas são baixas, haja vista a necessidade delas permanecerem juntas em busca de aquecimento. Ao saírem mais cedo, permanecem mais tempo em regime de produção.

lente. O importante também é que são floradas nativas. Nós não trabalhamos com culturas. São floradas nativas. Aí vem o segundo período: Pacajus. Aí a coisa já é diferente um pouco porque já trabalhamos naqueles projetos onde já plantaram cajueiros, aquelas reservas de caju. Então nós aproveitamos o início de uma florada que dá embaixo do caju. É uma plantinha, um pasto rasteiro que chamamos de vassourinha de botão. Então a gente aproveita essa vassourinha, que é uma florada nativa mas só dá onde tem o caju. Quando termina a vassourinha é que entra a flor do caju, mas é um mel que é bom, mas tem problemas com relação ao mercado porque é um mel escuro e nós sabemos que o mel mais claro tem uma melhor aceitação no mercado, embora nas análises que a gente mandou fazer nunca tem dado nenhum problema [o mel mais escuro é até mais rico em ferro e sais minerais], mas o consumidor tem uma preferência pelo mel mais claro. Na terceira etapa é lá na serra do Araripe: de outubro a dezembro. Lá só tem cipó-uva. Aí vêm os problemas: a área é muito limitada. Hoje ela já está tendo um superpovoamento de colméias, então a capacidade de suporte está estrangulada e vem havendo, lá na região, um crescimento enorme da atividade, já tem o pessoal que faz a migração daqui pra lá. Outra: apesar de ser uma florada que produz um mel de excelente qualidade, o tempo é muito curto: nós só temos trinta dias de floradas

e as abelhas têm que chegar forte, preparadas pra produzir esse mel. Então é uma alternativa porque nós levamos a abelha pra lá no período mais crítico aqui no Nordeste, que é o período de verão, quando há muita escassez de alimento pra elas, mas a gente vê isso aí com bastante desconfiança porque nós estamos vendo que vai ser o grande problema da apicultura, o grande desafio porque a tendência é desaparecer essa terceira etapa, até mesmo porque outras pessoas da região estão ingressando na apicultura e não vão deixar mais a gente entrar” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, em Picos).

Essa particularidade do Nordeste e, dentro dele, mais forte ainda, do Piauí, aliada ao aumento da demanda proveniente de nichos importantes do mercado consumidor, que hoje preferem produtos mais saudáveis e isentos de agroquímicos, úteis para determinados fins terapêuticos, faz com que os preços dos produtos apícolas estejam em alta e com tendência a assim se manter, ao contrário dos grãos. São fatores que ajudam a explicar o *boom* da atividade nos últimos 5 anos.

P- Qual a outra atividade que dá esse rendimento?

R- “Só maconha enxertada em bananeira, mas dá cadeia também. A gente agora criou essa mania meio covarde de fazer, nos cursos, a comparação da abelha com vaca. Então a gente fez agora mesmo nesse curso, em Jacobina. Pegamos vinte novilhas a

duzentos reais e um reprodutor a duzentos e cinquenta. Aí botamos pasto, botamos ração, remédio, tudo o que precisava, aí deu um valor X de dinheiro. Aí fomos ver pra apicultura: botamos logo as outras casas: casa do mel rústico, as outras coisas. O que sobrou compramos de caixa e jogamos pra seis anos. Aí botamos zero, mortalidade zero para o gado porque é uma região de onde saiu o algodão e eles ficaram sem alternativa e criaram a ilusão de que só enricavam se criasse gado. Resultado: quando terminou os seis anos nós vendemos o rebanho todinho, inclusive as vinte iniciais. Aí deu a metade da receita da apicultura. É certo que é hipotético, mas nós botamos lascando as abelhas e colocando o gado numa situação que não existe” (F.R.F., agente do CEFAS em Floriano).

Na base de todo esse quadro positivo está o processo de valorização logrado por um produto não-tradicional (*uma especificidade*), demandado por nichos importantes de mercado e adequado às características de um novo padrão de consumo cada vez mais consolidado socialmente.

5.3. Organização do Trabalho Familiar

A atividade apícola mundial representa uma fonte importante de ocupação. Na grande maioria dos países do terceiro mundo a apicultura é exercida em apiários familiares relativamente pequenos, com o componente mão-de-obra familiar ou subcontratada revelando-se um insumo fundamental.

O Piauí contava, em meados da década de 90, com 9.375 famílias trabalhando diretamente na atividade apícola (Censo Agropecuário, 1995/96). Com o “boom” da apicultura piauiense, na segunda metade da década de 90, estima-se, com base na pesquisa de campo, que este número tenha dobrado até 1998 (aproximadamente 18.000 famílias). Quando se considera cada família com pelo menos duas pessoas envolvidas na atividade, eleva-se o número de pessoas ocupadas, em 1998, para cerca de 36.000 pessoas no segmento “agrícola” (produção direta de mel).

“A mão-de-obra é familiar, quase que totalmente familiar. Agora, lá pela região de Picos é que se usa muita mão-de-obra contratada. Um fato interessante é a valorização da mão-de-obra. Normalmente a diária de um apicultor é caracterizada como um serviço de artífice: se a diária do agricultor for dez reais, a do apicultor é vinte reais. Então é uma boa, mas pode não ser muito. O ideal é que cada trabalhador tivesse as suas caixas. Mas, de qualquer maneira, é uma fonte de renda também para quem não vai conseguir. Normalmente a diária é cinco reais para trabalhar na agricultura e na apicultura é dez reais, porque é uma arte. Pra região de Picos isso é freqüente, Itainópolis... Mesmo quem tá na cooperativa e é pequeno absorveu essa idéia de contratar mão-de-obra mesmo mantendo a mão-de-obra familiar. Geralmente, eles pegam para as atividades mais pesadas. A mão-de-obra familiar fica pras atividades mais leves. Pra captura de enxame, transporte de caixas no dia da co-

lheita são contratados: acrescenta mão-de-obra de fora. A etapa em que se contrata mão-de-obra é na captura e na colheita” (F.R.F., agente do CEFAS, em Floriano-PI).

Quanto aos empregos indiretos, a apicultura mobiliza, no Piauí, um grande número de pessoas na fabricação de equipamentos, materiais, indumentárias e máquinas para a produção e beneficiamento do mel, além de representantes comerciais. A indústria de beneficiamento de mel e de outros subprodutos (mel composto com pólen, com própolis, com geléia real, ou com misturas de outras essências, como guaraná, eucalipto, romã, aroeira, alho, etc.) envolve outro número importante de postos de trabalho, tendo em vista que, para o beneficiamento do produto e dos demais subprodutos, cada empresa individual, cooperativa ou associação adquire vários materiais, possuindo ainda, normalmente, uma rede de distribuição e venda com motoristas, representantes, atacadistas e varejistas, contingente este sem quantidade precisa.

“A gente costuma dizer, nos cursos, que aqui no estado e pelas regiões que a gente conhece há, pelo menos, uns cem anos não surgia uma atividade do campo que gerasse tanto emprego e tanta oportunidade. Eu tenho dúvidas se a ocupação na atividade agrícola não decresceu, mas eu sei que se tiver se mantido é às custas mesmo da apicultura, um pouco da castanha de caju. A apicultura eu tenho certeza que fez crescer muito, um pouco da castanha também, mas fora disso eu não vejo outras atividades. Realmente se se manteve ou se teve um crescimentozinho estas duas levaram um bocado aí nas costas” (F.R.F., agente do CEFAS, em Floriano-PI).

No segmento industrial, referente à fabricação de equipamentos, materiais e indumentárias, o Piauí contava, em 1998, com 11 empresas, empregando diretamente 220 pessoas. Já a indústria de beneficiamento de mel tinha 39, com o emprego direto de 145 pessoas. No segmento Mercado, devido à sua dispersão, não foi possível precisar o número de empregos gerados⁽⁴⁾.

P- E do ponto de vista de ocupação de pessoas?

“Gera muito emprego. Não vou dizer que absorveu todas as pessoas das outras culturas, mas absorveu uma grande parte. O que é mais importante na apicultura é que é uma atividade em que o Piauí cresceu em toda a sua cadeia. Quer dizer, você tá numa atividade hoje no Nordeste de uma forma geral que quando comparada com outras culturas, como o algodão, que as máquinas são compradas fora, já a apicultura nós temos indústrias aqui na região que é o contrário e que atende toda a cadeia da apicultura, indústrias que nasceram junto com a apicultura e que hoje tá fabricando máquinas e tá mandando pro Sul do país. Tá gerando emprego direto e indireto. Isso pra um estado como o Piauí é uma coisa única, inédita nesse estado. É uma atividade que trouxe uma indústria que tem essa tecnologia e que hoje o Piauí tá exportando” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

⁽⁴⁾ Esses números são parciais porque não foi possível contactar todos os estabelecimentos do estado.

A magnitude do impacto da atividade na geração de novas ocupações no meio rural confirma as hipóteses levantadas no capítulo 3, que analisou os dados das PNADs de 1981 a 1997. Ou seja, a apicultura, utilizada neste estudo como exemplo do vigor das novas atividades agrícolas, tem produzido uma dinâmica muito significativa na geração de novas ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural. É, com efeito, um fenômeno de extrema importância porque surge em um momento de crise aguda das atividades agrícolas tradicionais em todo o mundo, agudeza particularmente mais intensa em regiões como o Nordeste do Brasil, onde as alternativas de desenvolvimento econômico são extremamente restritas aos vales úmidos, como o do rio São Francisco ou às fronteiras agrícolas recém abertas, como as regiões de cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão.

Essas são, porém, em grande parte, ocupações em tempo parcial, principalmente no que se refere aos apicultores. Como já foi dito, os produtores de mel trabalham, em geral, com mão-de-obra familiar e, além da apicultura, exploram outras culturas, como arroz, milho, feijão, mandioca, caju, e criam animais, especialmente caprinos. Desenvolvem, também, atividades não-agrícolas (Vilela, 1998).

P- Esses produtores pequenos pararam de plantar arroz, milho e feijão?

R- “Não, eles continuam desenvolvendo essas atividades. Ele continua plantando seu arroz, seu milho, seu feijão, continua zelando seu cajueiro e a apicultura, que entrou como sendo um paliativo, um complemento de renda, hoje se tornou uma atividade principal” (F.R.F., agente do CEFAS, em Floriano-PI).

Um dos reflexos sociais mais importantes, observado pela pesquisa, é o da *coesão familiar*. Os membros das famílias dos apicultores encontraram um motivo para não abandonarem o meio rural em busca de ocupação e renda no meio urbano das maiores cidades. Dos apicultores que responderam ao questionário, 88% afirmam ter a atividade apícola evitado o êxodo de parte da família para a cidade, no que se pode chamar de *processo de redução do êxodo rural*. Não há, evidentemente, uma eliminação do êxodo, mas uma diminuição, à medida que a demanda por novas ocupações tem se mantido superior à oferta, através dessas novas atividades agrícolas, ainda que somadas à oferta de atividades não-agrícolas em alguns setores, como também já discutido no capítulo 3.

P- Este impacto da apicultura na criação de empregos tem diminuído o êxodo rural?

R- “É difícil de dizer mas a gente tem exemplos isolados porque quem tá na apicultura diminuiu bastante, mas tem muita saída de gente ainda, de pessoas que não estão na apicultura. Uma saída violenta mesmo, então talvez esse freio da apicultura e de outras atividades não tenha conseguido ainda neutralizar a arrancada porque continuam vários outros fatores ainda chamando muito para o êxodo. Então você tem poucos fatores freando. Agora, quem tá na atividade apícola, das famílias que tem apicultura, o número de jovens que sai é muito pequeno, comparando com as que não tem, dá uma diferença muito grande. E essa é uma coisa

interessante que a gente tem percebido: você levava todo tipo de trabalho, por exemplo: agora nós vamos plantar jojoba, agora nós vamos fazer não sei o que... Por mais que tivesse resistência dos velhos, quem mais se interessava era a população mais madura. Na hora que a gente entrou com apicultura, interessou a muitos jovens. Tem muita gente que ainda não constituiu família, que são apicultores e que tão se estruturando economicamente, tirando essa ilusão das grandes cidades. Então, é uma atividade que chamou a juventude também. Você vê também pelos Congressos, pelos Encontros. No Encontro nosso, da Rede [Rede Abelha] – nos Congressos nem tanto porque já tem gente aposentada, que se aposentou com um salário e quer ter a apicultura como um *hobby*, mas nos Encontros nossos, você vê claramente o peso dos jovens” (F.R.F., agente do CEFAS, em Floriano-PI).

5.4. Mudanças Relacionais com o Mercado, o Meio Ambiente, a Sociedade Local e Global

5.4.1. Relação com o mercado

O fenômeno da crise dos produtos tradicionais (*commodities*) e o crescimento da importância dos “novos” produtos (*especialidades*) tende a criar uma nova dinâmica no campo, a partir de formas outras de ocupação da mão-de-obra, necessida-

des tecnológicas novas e relações diferentes com o mercado, agora mais exigente em relação à qualidade e procedência dos produtos. Estes passam, na verdade, a articular-se a toda uma cadeia produtiva que lhes impõe um conjunto de requerimentos técnicos e qualitativos baseados, principalmente, na eliminação de procedimentos agressivos ao meio-ambiente e ao ser humano.

Para Watts e Goodman (1997), esse é um processo que denota a construção de um novo paradigma no campo da produção de alimentos, o dos *High Value Foods (HVF)*, já discutido no capítulo 2. Assim, uma das características mais importantes do atual momento do agronegócio é a *busca da agregação de valor ao produto básico*. É que, hoje, apenas produzir não é suficiente e nem mesmo gera a renda necessária à sobrevivência do negócio.

Urge, pois, transformar o produto, dando-lhe uma “roupagem” que lhe assegure *praticidade no momento do consumo* (alimentos pré-processados facilidades, por exemplo, do seu preparo ou uso direto, como o mel composto e em bisnagas ou sachês), *higiene no processo de manipulação, uso de embalagens com materiais atóxicos e hermeticamente fechadas, rótulos que o vinculem à natureza e incorporem desenhos artísticos* (vegetação, flor, abelha, pessoa com aparência saudável), enfim, a *construção de uma marca* que consolide o reconhecimento do mercado, pela garantia da qualidade prometida⁽⁵⁾. Além disso, é extremamente importante que traga um apelo tipo *health food*, ou seja, ofereça total isenção de aditivos químicos ou artificiais e contenha propriedades terapêuticas, como é o caso do mel de abelhas.

⁽⁵⁾ Quando o mel é beneficiado, embalado e rotulado convenientemente e comercializado diretamente do entreposto da entidade dos apicultores (cooperativa ou associação), estes atributos lhe conferem a *agregação de aproximadamente 250% sobre o preço*.

Na maior parte dos casos, esse fenômeno implica uma significativa quantidade de mão-de-obra nas tarefas de produção, incrementando, ao mesmo tempo, a sua valorização, com o caráter “neoartesanal” do processo produtivo tendendo a agregar valor ao produto final.

Tais características e exigências são próprias do que se convencionou chamar de “mel orgânico”, completamente isento de contaminações por produtos químicos, microorganismos ou partículas sólidas transportadas pelo ar ou pelos manipuladores da colheita e do processamento. **O Piauí é, repita-se, um dos poucos estados do país com condições de recursos naturais e de exploração agrícola ideais para a produção do mel orgânico.**

A isenção de contaminação com agrotóxicos está diretamente relacionada ao tipo de agricultura praticada no estado. Ao manter contato com as flores ou ao beber a água de fontes contaminadas com produtos químicos, as abelhas acabam transportando partículas destes produtos para o mel. No Piauí, a agricultura se caracteriza, no geral, por um nível tecnológico com baixo índice de insumos químicos – aspecto já discutido -, o que favorece a produção de um mel sem contaminação.

Esse é um debate que se inicia no âmbito da atividade apícola do Piauí, haja vista a necessidade de torná-la mais próxima do padrão e da evolução da demanda. Trata-se, portanto, de uma mudança substancial na relação dos agricultores apicultores com o mercado, tendo em vista que o tema não era objeto de discussão na esfera da produção agrícola tradicional (milho, feijão, arroz, mandioca, algodão e gado), levada a cabo por estes mesmos produtores.

A pesquisa empírica identificou uma preocupação muito intensa desses agricultores/apicultores pelo conhecimento dos mecanismos de funcionamento do mercado e a atualização dos eventos informadores da evolução da conjuntura da atividade produtiva. (o interesse deles em participar de congressos, cursos, seminári-

os e reuniões ligados ao assunto corroboram essa afirmativa). Até então, o mercado dos produtos tradicionais era o local, com raras exceções para a mandioca e o algodão. No caso do mel, o mercado é praticamente extralocal, relevando a necessidade de os produtores atentarem para aspectos como *o atendimento às exigências da legislação sanitária, pagamento/isenção de tributos, mecanismos de transporte, obtenção de melhores preços e qualidade do produto comercializado*. Trata-se, em suma, de uma aproximação muito mais complexa com o mercado, o que denota a particularidade da relação desses produtores com esse mesmo mercado.

5.4.2. Relação com o meio ambiente

Como já comentado, uma das principais diferenças entre o Piauí e o resto do Brasil é que as suas formações vegetais sofrem influência dos domínios da floresta amazônica, do planalto central e do trópico semi-árido, formando *áreas de transição* formidáveis para a apicultura, já que propicia um escalonamento de floradas garantidoras da existência, durante todo o ano, de algumas espécies em fase de floração, independentemente da estação, mesmo que em regiões diferentes dentro do estado. Essa peculiaridade do estado o eleva à condição de espaço privilegiado para a atividade apícola. No entanto, traz, ao mesmo tempo, uma decisiva preocupação com a preservação dos ecossistemas, condição *sine-qua-non* ao bom desempenho da atividade produtiva. Na pesquisa de campo, detectou-se que a totalidade dos apicultores entrevistados consideram a preservação ambiental uma ferramenta do seu próprio processo produtivo, sem a qual a produção apícola torna-se inviável.

P- Houve alguma mudança com relação ao desmatamento? Algum impacto em relação ao meio ambiente?

R- “Mudou. Vou dar um exemplo: o cara que tinha cem hectares de terra, todo ano ele desmatava 5 ha. pra plantar caju, tinha feito uns quatro a cinco plantios, aí ele atingiu 25 a 30 ha de caju e só tinha 70% da área de reserva. A partir do momento que ele começou a criar abelha, ele desistiu de desmatar pra plantar caju. Ele tá é querendo conservar sua área pra produzir seu mel e a castanha que ele já tem já passou a ser suficiente” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

P- Algum sócio comprou propriedade para mantê-la como está?

R- “Nós temos vários casos de sócios que compraram e continuam comprando propriedades só pra criar abelhas e o principal objetivo é não degradar o meio ambiente. Isso é uma coisa que serve até prá o marketing do produto. O apicultor, antes de tudo, ele é um ecologista” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, Picos).

Ademias, além da atividade lucrativa de produção de mel, as abelhas desempenham um papel fundamental como agentes de polinização, fator importante para o cruzamento das plantas e contributivo para o aumento da diversidade biológica do ecossistema. Por sua própria natureza, a apicultura é uma atividade conservadora das espécies, não sendo, como a maioria das atividades no meio rural, destrutiva. Assim, como diz Alcoforado Filho (1998), é uma das poucas atividades agropecuárias preenchedoras dos principais requisitos da sustentabilidade: o *econômico*, porque gera renda para os agricultores, o *social*, porque ocupa a mão-de-obra familiar no campo, diminuindo o êxodo

rural, e o *ecológico*, porque não se desmata para criar abelhas (muito ao contrário, as abelhas necessitam das plantas vivas para retirarem o pólen e o néctar de suas flores – fontes básicas de seus alimentos).

P - Qual a importância da apicultura nesse contexto da atividade da fazenda em si?

R- “No início nós não tínhamos observado a importância da apicultura nessa área, nós tínhamos a apicultura como para obter o produto principal, o mel. Só a partir mais ou menos de 88, 89, é que nós observamos que além da parte de produção de mel a gente tinha incremento na produção. Nós conseguimos na nossa região, em condições de bons tratamentos culturais, uma média de produtividade para milho e feijão superiores às fazendas vizinhas, vamos dizer assim. Então como nós observamos isso daí a gente passou a preservar até mais as abelhas, porque o maior inconveniente da agricultura e a apicultura é a aplicação de agrotóxicos, então nós começamos a observar que nós perdíamos algumas abelhas quando aplicávamos inseticidas para controle de pragas das lavouras, em momentos inadequados, então passamos a observar melhor isso aí e ver que realmente a nossa produtividade aumentou consideravelmente, então a apicultura passou a ser uma atividade, não a atividade principal da propriedade, mas quem dá o maior avanço, maior produtividade, maior ganho (A.L.M., apicultora e presidente da Feapi).

Esse é, portanto, um aspecto fundamental dessas novas atividades agrícolas no contexto do “clima de época”, criado nos últimos 20 anos, que valoriza a preservação ambiental, parâmetro cada vez mais socialmente incorporado à decisão dos consumidores. Trata-se de um fenômeno de dupla repercussão: por um lado, figura como um atributo do produto desde o momento em que é enquadrado na categoria dos *health foods*, agregando, assim, valor elevando, em consequência, a renda na cadeia produtiva, constituindo, como já dito, o que Watts e Goodman denominam de *High Value Foods (HVF)*. Por outro, impacta positivamente a qualidade de vida social ao preservar a vegetação, revertendo o benefício à sociedade e à natureza.

P- A relação dos apicultores com o meio ambiente mudou?

R- “Mudou. Depois da fruticultura todos nós conseguimos entender que o fruticultor é um ecologista, pelo menos quando comparado com o lavrador: o fruticultor não queimava, adubava suas fruteiras. O pomar dele era emendado na casa, então ele pensava duas vezes antes de botar veneno. Depois dele o apicultor é o de maior consciência e nós temos tido muito problema de morte de abelhas por intoxicação com veneno, então tá claro pra ele e a gente faz questão de dizer, de mostrar pra ele que de fato é mesmo e tem aí umas conversas de umas plantas tóxicas, mas ninguém vai me convencer que tudo isso é veneno e tão botando a culpa em barbatimão e em outras. Agora eu vim de

Itainópolis, não tem barbatimão lá, morreram vinte e dois enxames do mesmo apiário, aí fui em cima, fui em baixo, o cara disse: aqui mais em cima botou um Tordon, deu uma chuva, desceu uma agüinha aqui e acumulou um pouquinho aqui bem pertinho do apiário. Então é lógico que com aqueles sintomas, um monte de abelhas pertinho ali, morrendo na caixa, é noventa por cento dos casos. Você pode levar pro laboratório que é intoxicação mesmo. A situação da percepção do apicultor com relação ao ambiente aqui é boa, embora ainda não é a que a gente espera, deseja, mas tem reflexos: ele pensa duas vezes antes de queimar, antes de aplicar veneno” (F.R.F., agente do CEFAS, em Floriano).

5.4.3. Relação com as sociedades local e global

A pesquisa revelou uma maior preocupação dos apicultores com o “local”, definido por eles como *toda a área de influência da produção de mel*. Os aspectos mais citados nas entrevistas vinculam-se à melhoria da infra-estrutura física, predominando a demanda por estrada e energia elétrica, afeitas ao próprio desenvolvimento da atividade. A abertura de estradas facilitaria a exploração de áreas de difícil acesso, normalmente muito ricas em espécies melíferas, porque preservadas, e a energia elétrica criaria condições infra-estruturais para a instalação de equipamentos mais modernos, necessários à viabilização do processamento local do mel.

Essa demanda pela melhoria das condições de infra-estrutura local acabam por estabelecer um senso de revalorização, o que reflete em outras atitudes culturais e políticas necessárias à própria conquista das reivindicações. Assim, o crescimento da busca de organização em entidades associativas que possam dar condições institucionais de aproximação com os poderes públicos é um processo perceptível nas comunidades visitadas. Nessa mesma direção, a pesquisa detectou uma maior preocupação dos apicultores em exaltar e divulgar o perfil das condições e das características naturais do seu município ou microrregião, de forma a valorizar o mel ali produzido. Em suma, o surgimento de uma atividade econômica profundamente vinculada às características naturais particulares de um determinado local tende a revalorizá-lo e dinamizá-lo, até mesmo pelo estímulo a outras atividades econômicas decorrentes desse dinamismo, como ocorreu em algumas regiões da Itália, conhecidas como “Terceira Itália”.

Na sociedade local, também passou a ocorrer uma maior abertura ao exterior, devido à necessidade de um vínculo mais estreito com o mercado, o que provoca, ao mesmo tempo, uma maior aproximação com o meio urbano por ser este, na maior parte dos casos, o *locus* de realização dos negócios. A necessidade de contração de empréstimo bancário e da compra de equipamentos para montagem da infra-estrutura de produção (colméias e equipamentos de extração e beneficiamento do mel), e de insumos (cera e pólen), além da participação nos destinos da associação ou cooperativa, nos encontros da categoria, na comercialização do produto, entre outros, são procedimentos que demandam um contato mais intenso com pessoas e, principalmente, com instituições do meio urbano. Exige, também, um certo nível de informação, quase sempre fornecido pelos mediadores, importante para a defesa de seus interesses.

No que se refere à sociedade global, essa maior abertura para o exterior (extralocal) acaba por criar a necessidade de acesso aos equipamentos urbanos, corroborando a tese de Rémy (1993), sobre a tendência ao crescimento da demanda por melhor qualidade de vida (“semelhança” com o urbano), nesse primeiro estágio de aproximação. Assim, a instalação de uma antena parabólica na casa do apicultor foi identificado, pela pesquisa, como um dos seus maiores sonhos de consumo, bem como os requerimentos advindos do próprio empreendimento, como de rede de telefonia para viabilização do contato (via fax ou telefone) com o mercado, frequentemente localizado fora do estado. A partir daí, passam a surgir oportunidades de viagens de trabalho em que se contactam outras experiências, em outros municípios, outros estados e até outros países, as quais são, na maior parte, financiadas pelas entidades associativas dos próprios apicultores ou por órgãos governamentais. Isso representa, em todos os casos, uma inserção na sociedade global, incluindo o ônus que o fato acarreta, como, por exemplo, a convivência com os procedimentos burocráticos e normativos institucionais, tão caros ao mundo urbano moderno.

5.5. Reflexos sobre a Identidade Sócio-profissional⁽⁶⁾

Há uma disposição muito grande desses produtores de se identificarem com a profissão de apicultor, suplantando uma certa desconfiança, até então existente, da viabilidade econômica da atividade. Esse ceticismo diminuía sempre a importância da apicultura, vista apenas como complementar da renda ou mecanismo de autoconsumo.

⁽⁶⁾ Uma análise mais apurada desse tema demandaria uma pesquisa mais exaustiva, ancorada em bibliografia de cunho mais antropológico, o que não foi possível, nesse trabalho. No entanto, alguns aspectos chamaram a atenção e merecem ser tratados, ainda que não aprofundados, ficando como sugestão para outras investigações.

O quadro atual, nitidamente percebido pela pesquisa, já é outro. Com efeito, para 77% dos informantes, a estratégia é a de reinvestir os lucros, obtidos pela apicultura, nela própria, de forma a construir uma infra-estrutura capaz de realizar as etapas de beneficiamento do mel no próprio estabelecimento, agregando, assim, mais valor ao produto final pela redução dos custos de intermediação, historicamente dilapidadores dos resultados dos empreendimentos agrícolas no Nordeste.

Esse processo tende a enquadrar os agricultores acostumados a produzir para a subsistência na lógica do conhecido *tread-mill*⁽⁷⁾. Isso se dá à medida que ocorre um esforço de montagem de uma infra-estrutura possibilitadora do desenvolvimento da maior parte das etapas de produção e beneficiamento no próprio estabelecimento, evitando-se a recorrência a serviços externos.

Um aspecto, no entanto, demarca a particularidade dessas novas atividades agrícolas. Enquanto a produção de *commodities* procura recorrer, cada vez mais, à terceirização de parte significativa das tarefas necessárias ao processo produtivo – como mostrou Laurenti (1996) –, os produtores das “especialidades” têm buscado o caminho inverso, ancorando-se na importância da *artesanalidade* como atributo, aspecto já discutido. Significa porém dizer que quanto mais artesanal for o processo produtivo, mais valor é incorporado ao produto final, o que se coaduna com a necessidade das famílias produtoras de ocupar a mão-de-obra familiar, até então sempre mais ociosa.

O conjunto dessas particularidades do processo produtivo (necessidade de uma maior aproximação com o mercado, conhecimento e utilização das suas estruturas, equipamentos e estratégias) ao mesmo tempo em que tende a induzir os apicul-

(7) “Tread-mill” é a metáfora de uma pessoa andando na direção contrária ao de uma esteira rolante. Ela tem que andar cada vez mais rápido para ficar no mesmo lugar. Significa dizer que o produtor tem que modernizar constantemente o seu processo produtivo para não ficar defasado em relação aos concorrentes.

tores, assim como os produtores de outras especialidades, para a lógica do *tread-mill*, submetendo-os às regras do mercado capitalista moderno, o faz de forma *apenas parcial*. É que, simultaneamente à procura da modernização da sua base técnica, essa atualização não vem necessariamente acompanhada de uma redução de mão-de-obra nem da terceirização das atividades, propriamente agrícolas, realizadas no interior do estabelecimento.

Para um grupo histórica, social e economicamente tão marginalizado quanto os pequenos agricultores do Nordeste uma aproximação intensa e concreta com o mercado – como tem proporcionado a apicultura –, bem como a possibilidade de acesso a outros bens, equipamentos e serviços típicos do meio urbano – também propiciada por esta atividade econômica e pela própria aproximação do meio urbano com o rural –, causa-lhe um certo deslumbramento. É o que se poderia caracterizar como a constituição de um “novo” agricultor, gestado a partir de uma “nova” atividade agrícola. Como, porém, defini-lo?

A utilização de determinados conceitos e categorias não é um procedimento arbitrário: exprime e traduz tanto perspectivas analíticas quanto construções diferenciadas do objeto, remetendo, inclusive, à busca e manutenção de espaços teóricos hegemônicos (Kuhn, 1975) e a momentos e conjunturas não propriamente teóricas, mas também empíricas, como fatos sócio-políticos que se mesclam e muitas vezes atravessam as análises teóricas. Para Brandão (1984), categorias de sujeitos do mundo rural aos poucos emergem para as ciências sociais não apenas como uma “questão” ou aspectos de processos, mas como uma cultura, presença que fala de si, ascendendo a dado e podendo, então, ser apreendida como *um momento de uma ideologia*.

Assim, nomeações de populações rurais, inclusive com a participação das instituições públicas, são captadas pela análise e elaboradas como conceitos que, não raro, passam a ser

reincorporados pelos próprios sujeitos investigados. A análise acadêmica, ao racionalizar as ideologias e noções (dos próprios sujeitos sociais e das produzidas por imagens institucionais), transformando-as em conceitos (construtos por meio dos quais se pretende dar conta do real⁽⁸⁾), reincide, muitas vezes, na construção de identidades dessas categorias das quais ou para as quais se está falando. O que dará substância àquela racionalização será o seu reconhecimento pelas próprias categorias sociais⁽⁹⁾.

O processo de desconstrução/reconstrução conceitual referente às populações rurais, no Brasil, parece pretender a uma nova síntese teórica, perceptível a partir do final dos 80, recolocando-as vinculadas ao trabalho agrícola – agora como agricultores familiares – como objetos autônomos de reflexão e pesquisa e não mais diluídos em outras temáticas, como ocorreu na referida década, no âmbito dos novos movimentos sociais. Nesse sentido, as categorias sociais identificadas, nos anos 50, como “camponeses”, após serem vistas como “pequena produção” nos anos 70 e, nos 80, como “assentados”, “invasores”, “sem-terra”, “barrageiros”, “bóias-frias”, etc., reaparecem em cena, nos 90, sob o rótulo de “agricultura familiar” ou “produção familiar agrícola” (Vilela e Moraes, 1997).

Mas o que significa, teoricamente, “agricultura familiar”? Em primeiro lugar, essa categoria parece não invalidar conceitos anteriores (camponês e pequena produção agrícola), mas absorvê-los. Embora literalmente traduza um dos aspectos considerados essenciais ao campesinato pelos estudos da década de 70 – o trabalho familiar –, ela pode ser vista como uma nova síntese que abarca conceitos como campesinato e pequena produção para nomear a heterogeneidade de formas como faces diversas de um

⁽⁸⁾ Conceito não é algo atemporal, indo mesmo no sentido do argumento de Thompson (1981) que, com referência em Sartre, diz da natureza aproximada e provisória dos conceitos históricos quanto à sua elasticidade e generalidade e ao seu caráter de expectativas, mais que de regras.

⁽⁹⁾ Uma discussão mais profunda sobre a trajetória da construção das categorias teóricas (camponês, pequeno produtor, etc.) que designaram as populações rurais no Brasil pode ser encontrada em Vilela e Moraes, 1997.

mesmo objeto sociológico⁽¹⁰⁾. Parece encontrar-se aí a tentativa de retomada de um certo caráter sintético do qual o conceito de camponês fora portador, denotando, agora, uma identidade mais contemporânea de um campesinato que se metamorfoseia em “profissão de agricultor”, no contexto da globalização.

Uma referência importante para esta reflexão, no Brasil, é a pesquisa de comparação internacional (Lamarche et alli, 1993, 94)⁽¹¹⁾, acerca da “agricultura familiar”, realizada na França, Polônia, Tunísia, Canadá e Brasil, com participação de pesquisadores dos referidos países, sob a coordenação de franceses, a qual buscou, através de uma tipologia, expressar mudanças e permanências observadas nas populações consideradas, nesses países, como originalmente camponesas. Formulou-se, assim, um conceito elástico o bastante para se pensar tanto o camponês, com seu *princípio de alternatividade* em relação ao mercado – na expressão de Garcia Júnior (1990) – quanto a empresa familiar, já a ele bastante vinculada e dependente.

Essa elasticidade conceitual oferece uma interessante ancoragem teórica para o presente estudo, tendo em vista que o grupo social pesquisado, os apicultores, encontra-se em um impor-

⁽¹⁰⁾ No caso brasileiro, por exemplo, Maria Nazareth Baudel Wanderley observa que “o conceito de agricultura familiar engloba características e traços predominantes da agricultura camponesa, em seu sentido típico clássico e em suas transformações. Reconstroem-se conceitos anteriores, de forma mais abrangente e permanecem algumas dimensões irredutíveis: a organização do trabalho, predominantemente familiar, e a relação com a terra como meio de trabalho e constituição do patrimônio”. (Anotação de fala proferida durante debate no Seminário “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o papel da Extensão Rural”, na CATI, Campinas-SP, de 22 a 24/05/96, na Mesa “Organização dos Agricultores familiares e sua representação”, no dia 24/05/96). Cf., ainda, Wanderley (1995), em *Agricultura familiar, um espaço em construção* (Vilela e Moraes, 1997).

⁽¹¹⁾ Não se utilizou, nesta investigação, a metodologia proposta pelo autor para a pesquisa de campo, porque não era objeto de estudo a elaboração de uma tipologia dos produtores. Esse recurso aparece no trabalho muito mais no plano teórico, em função de uma certa analogia entre um dos tipos sugeridos pelo autor e o grupo social pesquisado. Obviamente, esse é um tema polêmico, que merece um olhar criterioso quanto ao uso dessas categorias, o que não invalida a tentativa de aproximação com uma determinada proposição teórica, ainda que não se tenha realizado todos os procedimentos metodológicos que a constituem. É, pois, uma questão que fica como sugestão de tema para futuras pesquisas nessa linha.

tante estágio de transição sócioeconômica, que o instiga a sair da condição de “camponês”, produzindo quase exclusivamente para o autoconsumo, para a de uma certa “exploração familiar moderna”, em busca de inserção no mercado. No entanto, ainda resguardam eles uma grande importância para a produção para o autoconsumo e, conseqüentemente, uma inserção mercadológica bastante parcial, já que muitos desses apicultores, mesmo vinculados a uma entidade cooperativa, não raro driblam o caminho institucional e procedem a processos de comercialização menos formais, *recriando a lógica camponesa, embora, o façam, também, parcialmente.*

Trata-se, portanto, de um *estágio transicional* cujas dimensões foram consideradas pela pesquisa (de comparação internacional) citada. De acordo com as características do grupo social estudado e as particularidades da atividade econômica por ele desenvolvida, é possível admitir uma tendência de evolução do modelo “camponês” para o da “exploração familiar moderna”. Esta referência diz respeito, aqui, particularmente aos pequenos e médios apicultores, que têm procurado, progressivamente, abrir mão da sua autonomia ou autarquia para integrar-se mais efetivamente na economia de mercado, através do desenvolvimento de produções comercializáveis (como a de mel), preservando, porém, uma certa independência em relação ao exterior.

5.6. Reflexos nas Formas de Organização

As formas de organização desses grupos sociais sofrem, assim, progressiva institucionalização. Na verdade, não havia demanda por uma organização mais formal ou complexa, como a que passou a existir com o crescimento da importância da apicultura. Havia, antes, uma organização mais informal, na maioria dos casos vinculada à Igreja Católica, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais ou à Associação dos Produtores, com pouca ligação ao mercado extralocal. Hoje, o mercado é, na prática, totalmente

extralocal, o que tem exigido formas organizadas mais complexas, sem mencionar a também maior complexidade da relação com o Estado, quer devido às políticas creditícias, quer à normatização da atividade econômica, quer às reivindicações por outras políticas de incentivo.

Assim, em face do custo, relativamente elevado, de implantação de um pequeno projeto de apicultura, os candidatos carecem, na grande maioria, de recorrer a empréstimos bancários para a aquisição dos equipamentos necessários ao início das atividades. Daí que uma relação se estabelece com o sistema financeiro, o que pode ser feito individualmente ou, o que é mais comum, via cooperativa ou associação, sendo fundamental, para isso, uma cooperativa ou associação devidamente institucionalizada e com ativos capazes de cumprir as exigências do agente, geralmente o Banco do Nordeste.

Ademais, amplia-se a necessidade de participação e influência no processo de elaboração e execução da legislação sanitária, uma luta extremamente árdua para as entidades de apicultores, dado o seu baixo grau de representatividade e respaldo no âmbito da categoria, além do desconhecimento técnico, ainda existente, sobre o tema.

Há, além disso, as reivindicações por incentivos e suprimento das deficiências da infra-estrutura pública, dirigidas às diversas instâncias estatais. A pesquisa identificou a não existência de um movimento reivindicatório da categoria quando se trata deste assunto, o que reflete a incipiência de organização. Na verdade, existem apenas manifestações isoladas de médios e grandes apicultores, mais vinculados a uma visão empresarial urbana.

De todo modo, a organização dos apicultores brasileiros obteve rápidos avanços nos últimos cinco anos, estando estruturada, basicamente, em torno das suas próprias associações e cooperativas. No Brasil, a entidade representativa, de fato e de direito, dos interesses dos apicultores, é a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), sediada em Curitiba-PR. Recentemente, foi criado o Conabee (Conselho Nacional do Agronegócio Apícola),

com sede em Olímpia-SP, que objetiva representar os interesses dos intermediários junto aos poderes públicos. É o que se poderia chamar de “lobbie” da intermediação da atividade apícola.

No Piauí, as cooperativas e associações que contam com apicultores são, hoje, em torno de 200, das quais 184 já receberam algum tipo de financiamento do Banco do Nordeste. Trata-se, na grande maioria, de entidades mistas, que congregam produtores, em tempo parcial, de vários produtos. O número de cooperativas e associações exclusivamente de apicultores gira em torno de 35, das quais 17 reunidas em torno da Feapi (Federação das Entidades Apícolas do Piauí), atualmente com sede em Teresina-PI, que os representa no estado e se constitui, também, na representação estadual da CBA.

Se, por um lado, este um número é ainda baixo em relação ao total de entidades existentes (menos de 10% do total das mistas e específicas), o que poderia traduzir uma pequena representatividade da entidade, por outro, quando consideradas apenas as entidades exclusivamente de apicultores, atinge-se o índice razoável de quase 50%. É claro que muito pode ser esperado deste processo de organização, tendo em vista o estágio ainda imaturo de desenvolvimento da apicultura no Piauí.

Já é possível, também, identificar grupos que procuram se diferenciar politicamente dos que são, no âmbito da categoria, majoritários, passando a idéia de que um certo grau de conflitualidade tende a se estabelecer à medida que a organização dos apicultores evolui, num de processo positivo para qualquer atividade profissional, pois estabelece um campo de debates das questões de interesse da categoria. De todo modo, esse conjunto de entidades, aliado a outras ONGs ligadas às atividades de assistência técnica, comercial, jurídica e política tem cumprido, nas últimas décadas, um papel determinante na dinamização da vida social no meio rural.

Mais recentemente foi criado, pelo próprio poder público (CNPq e Banco do Nordeste), um fórum de discussão sobre as questões da apicultura no estado. Recebeu o nome de Plataforma de Articulação da Apicultura, é formado por 28 instituições públicas e privadas e se propõe a estabelecer parcerias entre estas diversas entidades e instituições vinculadas, de alguma maneira, ao agronegócio apícola, visando ao encontro de soluções para os problemas mais importantes da atividade.

É o que se poderia caracterizar como um *mecanismo prático de coordenação da cadeia produtiva*, à medida os problemas identificados são resolvidos pelas instituições públicas ou privadas com maior aproximação das respectivas soluções. Assim, se existe, por exemplo, uma dificuldade vinculada ao agente financeiro, este se compromete, junto ao próprio fórum, a procurar a solução mais adequada. Mas se o obstáculo estiver ligado do preço do produto, a iniciativa privada (a indústria beneficiadora, por exemplo) integrante do fórum buscará a solução, mesmo tendo de envolver alguma instituição do poder público.

5.7. Expectativas dos Apicultores

Dos apicultores que responderam ao questionário, 62% consideram que houve uma substancial melhora na qualidade de vida da família, enquanto 77% têm como expectativa poder investir mais na atividade apícola, como referido em item anterior. Tudo indica que a auferição de resultados positivos confira tal esperança a esses agricultores.

Além disso, a experiência histórica desses grupos sociais, como produtores de grãos, nunca lhes permitiu lograr uma condição de vida minimamente estável e segura. Ao contrário, houve sempre muito sacrifício nas estratégias de sobrevivência, que sempre incluíam a migração de parte da família para os grandes centros urbanos. Com a incorporação da apicultura e de outras atividades de produção de especialidades no circuito de um am-

plo mercado consumidor e com as oportunidades de geração de ocupação e renda que têm disponibilizado, a expectativa desses atores sociais é o incremento de seus investimentos nessas atividades, para que possam apropriar-se de bens e serviços até então inacessíveis.

P- Como vocês avaliam o ritmo de crescimento da atividade na região (só a Campil administra oitenta a cem mil colméias). Isso não vai trazer problemas, tem para onde crescer mais?

R- “Tem. Eu diria que tem. A gente não pode ser egoísta de dizer que queremos a coisa só pra nós. O Piauí tem uma área enorme, tem que fazer, inclusive, um mapeamento dessa região. Mas é uma questão de planejamento e esse planejamento tem que nascer até mesmo do agente financeiro onde ele tem que separar o apicultor profissional, aquele que faz apicultura migratória porque você sabe que diante da questão da estia-gem no Nordeste uma apicultura empresari-al tem que ser migratória, porque de outra forma não funciona – pode ser até que apa-reça outra alternativa, mas são alternativas isoladas – então tinha que ter dois tipos de produtor: aquele produtor rural que vai entrar na atividade como complemento de renda, aí sim, nós temos uma área enorme pra essa atividade – a potencialidade do Piauí é tão grande que ele vai se tornar o maior produ-

tor nacional de mel, sem sombra de dúvida - agora, daí dá pra todo mundo trabalhar com essa apicultura migratória, dá pra todo mundo fazer uma apicultura empresarial? Não dá! Porque pra migração as áreas são restritas e até mesmo porque a migração é interestadual onde nós vamos ter problemas legais porque esses governos de outros estados vão criar barreiras. O Ceará mesmo já tá começando. Então, o melhor mesmo é todo mundo se unir. Nós temos que pensar apicultura hoje como apicultura no Nordeste. É uma das atividades viáveis do Nordeste. Então, era importante que já houvesse um trabalho de base, o governo do Estado do Piauí, do Ceará e de Pernambuco, pra que não atrapalhasse e sim que eles organizassem a coisa, porque se eu sou apicultor do Piauí e tô produzindo no Ceará, eu tô gerando divisas também pro Ceará, porque eu tô pagando os impostos” (A.L.D.F., apicultor e diretor da Campil, em Picos).

Esta fala levanta questões muito importantes para o desenvolvimento futuro da apicultura, entre elas a de que *não é possível, para todos os apicultores, praticarem um apicultura de caráter empresarial no Piauí, porque faltaria espaço para o funcionamento adequado do empreendimento*. Em outras palavras, à medida que a atividade se consolida economicamente, mais produtores vão surgindo e, em consequência, ocorre uma maior ocupação dos pastos apícolas naturais porque, como disse um dos interlocutores,

“a abelha não respeita cerca,” necessitando-se de uma área aproximada de 800 metros de raio por apiário para a obtenção de uma produtividade tecnicamente aceitável.

Isso indica, ainda, que o “caráter social” intrínseco apicultores, consubstancia-se na democratização do seu espaço que é, ao mesmo tempo, substrato produtivo, denotando uma das suas principais especificidades. Por um lado, tal caráter social deverá ser mantido e regulado pela própria atividade em função do seu modo particular de funcionamento e, por outro, os órgãos reguladores públicos terão que enfrentar o desafio da regulação interespacial/territorial, e modo a administrar conflitos entre produtores de áreas/estados diferentes, em busca da exploração das mesmas áreas nos processos de migração. De todo modo, o tema é bastante fecundo e urge ser abordado, em maior profundidade, por investigações futuras.

CONCLUSÕES

O desemprego tem-se apresentado como a face mais evidente e perversa do mundo globalizado. Mesmo que avanços tecnológicos e novos processos de gestão empresarial apareçam como aspectos positivos dessa nova configuração social, os resultados têm beneficiado apenas grandes grupos econômicos, provocando uma histórica exclusão social. Neste contexto, o conhecimento detalhado a respeito de “novas” atividades econômicas, capazes de contrarrestarem a tendência declinante do emprego e da renda, possui extrema relevância.

Dois aspectos, no entanto, ampliam este grau de relevância para o caso aqui estudado: o primeiro se refere ao fato de essas atividades terem, como substrato agroecológico principal, a região semi-árida do Nordeste brasileiro. Trata-se, como se sabe, de uma região triplamente marginalizada – social, econômica e ecologicamente – no projeto modernizador que ora dá sinais de esgotamento.

O segundo ponto está ligado à questão da perda de importância da agricultura familiar na produção de grãos. Com a modernização tecnológica e a redução das políticas de suporte à agricultura familiar, até o cultivo de grãos para alimentação básica (arroz e feijão) tornaram-se atrativas aos grandes produtores, que passaram a neles investir e a competir, com mais eficiência, devido à escala de produção.

Não são, porém, nesse novo padrão de modernidade, apenas os grandes empreendimentos que logram vantagens competitivas, como ocorreu no padrão da “Revolução Verde”, no qual a escala e a indiferenciação da produção garantiam a competitividade

pela redução dos custos, criando o fenômeno do *tread mill*. Nesse novo padrão – cujos contornos ainda não estão completamente definidos –, pequenos empreendimentos, desde que estrategicamente direcionados para nichos de mercado, poderão alcançar viabilidade econômica, com reflexos socioambientais positivos aos grupos sociais direta ou indiretamente envolvidos.

Essas novas oportunidades diversificaram as formas de inserção produtiva dos estabelecimentos agroalimentares na “sociedade global” – e não só no mercado global. Têm Incorporado, assim, desde os que se aproximam de uma caracterização de firma global, nos moldes industriais urbanos típico-ideais, até os que, por natureza, demandam processos de organização do seu processo produtivo e estratégias de competitividade significativamente incompatíveis com os padrões da referida firma, estando mais próximas de um empreendimento baseado, de alguma forma, em uma *especialização flexível*.

Os resultados deste estudo indicam que as tendências de mudanças globais nos padrões de produção e de consumo alimentar têm facilitado o surgimento de “novas” demandas por produtos mais afeitos a um certo ideário de “geração saúde”, potencializando, assim, *novas dinâmicas econômicas no meio rural, que podem favorecer grupos sociais até então desfavorecidos*. Nesse cenário, a “natureza” ocupa lugar de destaque, quer do ponto de vista abstrato, no imaginário dos atores sociais, quer do concreto, com produtos do tipo *health food* passando a contribuir, de certa forma, para a edificação de um *novo paradigma no setor agroalimentar*, o dos *high value foods* (HVF), cuja dinâmica é dada, agora, pela *agregação de valor*, e não mais pelos mercados de massa, indiferenciados ou padronizados. Talvez esteja mesmo a caminho *uma nova fase do desenvolvimento*

agrícola e rural na qual a relevância dos aspectos da preservação ambiental e da saúde do consumidor emirjam como elementos centrais.

Nesse sentido, a apicultura do Piauí apresenta-se, em especial, como um bom exemplo no contexto da *multiplicidade de formas geradoras de novas dinâmicas econômicas no meio rural*. Com efeito, milhares de famílias estão direta e indiretamente envolvidas nos elos da produção e processamento da cadeia dos produtos apícolas, ao mesmo tempo em que, por ter características próprias de agricultura familiar, vem ela cumprindo papel importante na fixação de homens e mulheres (notadamente dos jovens) no meio rural, já que apresenta rentabilidade superior à maioria das atividades agropecuárias exercidas por esses mesmos agricultores.

Nesta perspectiva, esta investigação mostrou que *é possível pensar novas formas de inserção de grupos sociais, mediada pela sua efetiva participação na estrutura do mercado global*. Deste modo, o exemplo dos apicultores do Piauí é mesmo especial por se tratar, na maioria das vezes, de grupos sociais extremamente marginalizados nos padrões “produtivistas” da modernidade, ainda vigentes, situados em áreas também deprimidas sob o ponto de vista do referido padrão. Esses grupos estão conseguindo estabelecer novas, e qualitativamente melhores, relações com o mundo extralocal, a partir da *superação paulatina de sua histórica condição de produtores para o autoconsumo*.

Assim, à proporção que ocorre um significativo processo de desprivilegiamento das culturas tradicionais (milho, feijão, arroz, mandioca, algodão), observam-se novas aberturas para culturas, criações ou produtos voltados predominantemente para nichos de mercado de alto valor agregado (apicultura, criação de peque-

nos animais, produção de frutas, nozes, entre outras), o que se tem refletido, de maneira relevantemente positiva, nas condições de vida desses agricultores.

Trata-se, porém, de uma *transição negociada* pela modernização parcial dessas atividades econômicas e sistemas de produção. É que os referidos agricultores não passam, imediatamente, à condição exclusiva de apicultores, pois continuam apegados à produção de subsistência, o que lhes permite a *preservação de uma certa autonomia em relação ao mercado*. Isto confirma a posição de outros autores, segundo os quais, nesse novo padrão, *economias de diversificação* podem oferecer mais flexibilidade de adaptação a mercados menores, mais facilidade para reconversão e, relativamente, menos risco produtivo, ao contrário das *economias de escala*, tão caras ao padrão anterior.

Em consequência, a busca de novas abordagens para o enfrentamento desse novo quadro faz-se extremamente necessária, uma vez que tais mudanças imprimem implicações sobre as formas de ver e analisar um conjunto importante de relações sociais e determinados instrumentais teórico-metodológicos. Neste estudo, por exemplo, a relação local-global, em suas determinações para o meio rural, foi a dimensão privilegiada. Aliás, alguns autores afirmam que produtos e processos participantes do mercado de alcance global que, ao mesmo tempo, possuem uma integração interfirmas localizada têm logrado competitividade por meio de vantagens comparativas a eles atribuídas por fatores espaciais (locais/regionais).

As metamorfoses na relação local-global, vistas a partir do meio rural piauiense, apresentam, de fato, magnitude e importância impreviáveis às teorias até então formuladas. Trata-se de impactos extremamente significativos nos níveis *social* (ocupação de mão-de-obra), *econômico* (rendas geradas pelos produtos desti-

nados a nichos de mercado, muito superiores à dos produtos tradicionais) e *ambiental* (valorização da preservação da natureza para o próprio sucesso do empreendimento). Tal conjunto de transformações evidencia que *não é mais possível analisar uma ou outra dessas dimensões de forma isolada.*

Tendo em vista a rusticidade técnica remanescente e a insuficiência de informações tecnológicas ainda subsistentes na atividade apícola do Piauí, aliados à disponibilidade de recursos naturais do estado, a pesquisa observou inúmeras oportunidades para o setor nos próximos anos. Duas delas podem ser consideradas as mais importantes: *a produção do “mel orgânico” e a ampliação da produção dos outros produtos apícolas de maior valor agregado que o mel, como, entre outros, o própolis, o pólen, a cera e a geléia real.*

Muitas dificuldades precisam, no entanto, ser superadas para que a atividade se desenvolva nos níveis de eficiência e qualidade requeridos pelo mercado. Nesse sentido, as principais limitações da apicultura piauiense, detectadas pela pesquisa, foram

- *a necessidade de adequação do nível tecnológico às exigências da cadeia produtiva nas várias etapas do processo produtivo;*
- *as lacunas de conhecimento sobre a fenologia da flora apícola;*
- *reduzido número de pesquisadores e extensionistas especializados na atividade;*
- *a organização incipiente dos apicultores;*
- *a deficiência de qualidade e de padronização de materiais e equipamentos;*
- *a fragilidade do sistema de comercialização;*
- *despreparo para a produção de outros produtos apícolas, além do mel, com alto poder de agregação de valor.*

Convém observar, por fim, que a defesa profícua da *condição paradigmática* desse “novo modelo” ainda carece, certamente, de um amadurecimento teórico e de um acúmulo de conhecimentos sobre experiências práticas enriquecedoras da argumentação usada em seu próprio favor. Assim, a limitação do presente estudo por esta condição de imaturidade realça-lhe, na verdade, a finalidade de contribuir, a partir de um estudo de caso, para que essa noção pretensamente paradigmática adquira estatuto teórico e logre satisfazer a maturidade pretendida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, R.B.A.; BARROS SILVA, P.L. org. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995. 340 p.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999. p.

ALCOFORADO FILHO, F. G. Sustentabilidade do semi-árido através da apicultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 12., 1998, Salvador. **Anais . . .** Salvador: Confederação Brasileira de Apicultura, 1998. p. 61.

ALLAIRE, G.; BOYER, R. **La grande transformation de l'agriculture**. Paris: Economica, 1995. 444p.

ANDRADE, M. C. de **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Recife: Ipespe, 1995. 135 p.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A; SILVA, P. L. B., org. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995 p. 125-36.

BANCO DO NORDESTE. Programa regional de desenvolvimento da apicultura. In: Seminário de Lançamento do Programa NORDESTEMEL. Teresina: Plataforma de Articulação da Apicultura, 2001. Palestra

BAUDRILLARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1972. 278p.

BOLETIM CONJUNTURAL NORDESTE DO BRASIL. Recife: Sudene, 1997. n. 5, 352 p.

BONANNO, A. **From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food**. Kansas: University Press, 1994. 294p.

BONANNO, A. **The globalization of the economy and society:**

fordism and post-fordism in the agro-food sector. Houston: Sam Houston State University, 1997. 26p. BOYD, W.; WATTS, M. Agro-industrial just-in-time: the chicken industry and postwar american capitalism. In: GOODMAN, D., WATTS, M. **Globalising food: agrarian question and global reestruturing**. London: Routledge, 1997. 192-225.

BRANDÃO, C. R. Ideologia das classes subalternas. PAULINO, A. Y. et alli, coord. **Seminário Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura**. São Paulo: ASESP/CEBRAP, 1984 p. 184-97.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

DEFAULD, P. **As teorias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DELGADO, G. da C. coord. **Previdência rural: relatório de avaliação sócioeconômica**. Brasília, IPEA. (1996. Projeto IPEA/MPAS - Avaliação Sócioeconômica da Previdência Rural - 1991/1995).

DFA/PI. Ministério da Agricultura. **Informações sobre registro de empresas e entidades associativas de apicultores no SIF/PI até janeiro de 2001**. Teresina, DFA/PI, 2001. 4p. (Informações cedidas via ofício)

DUQUE, J.G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Mossoró: ESAM- Fundação Guimarães Duque/Brasília: CNPq, 1973. 327p. (Coleção Mossoroense, 143).

FAABA. Boletim informativo "Momento Apícola". Salvador: FAABA, ano 2, nº 21, jan, 2001.

FAO (Roma, Itália). **PANUPS: Organic Opportunities**. panups@igc.apc.org. mensagem. 16 maio 1999.

FARINA, E. Tendências do agribusiness: commodities ou especialidades? **Informações FIPE**, São Paulo, p. 7-11, set, 1994.

FRIEDLAND, W. H. et alli. **Towards a new political economy of agriculture**. Oxford: Westview, 1991. 375 p.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p.93-117, 1989.

GARCIA JÚNIOR, A. A. **Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1990. 285 p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 177 p.

GIULIANI, G. M. Neoruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 14, p. 59-67, out, 1990.

GOODMAN, D., REDCLIFT, M. **Farm Crisis**. London: Macmillan, 1989. 296 p.

GOODMAN, D.; WATTS, M. Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalist restructuring and the global agro-food system. **The Journal of Peasant Studies**, v. 22, n. 1, p. 1-49, Oct, 1994.

GOODMAN, D.; WATTS, **Globalising food: agrarian question and global restructuring**. London: Routledge, 1997. 381p.

GREEN, R. Los aportes del marketing y del derecho al análisis de las cadenas alimentarias. In>CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas-MG. **Anais...** Poços de Caldas-MG: SOBER, 1998, p. 21-38.

HALL, S. **A questão da identidade cultural**. Campinas: Unicamp, 1995. 102p. (Textos Didáticos, 18).

HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Blackwell, 1989. 378 p.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 598 p.

HORN, H. The international honey market and its importance to Brazil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 12., 1998, Salvador. **Anais** . . . Salvador: Confederação Brasileira de Apicultura, 1998. p.30-37.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a. p.

Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b. p.

JOLLIVET, M. Le développement local, mode ou mouvement social? **Société Française d'Économie Rurale**, Paris, oct, 1984.

JOLLIVET, M., EIZNER, N, org. **L'Europe et ses campagnes**. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996. 399 p.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva. 1975. 257 p.

LAMARCHE, H coord.. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: . Unicamp, 1993. 336 p.

coord. **L'agriculture familiale**. Paris: L'Harmattan, 1994. 303 p.

LAURENTI, A. C. A terceirização da execução dos trabalhos diretos na agricultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju-SE. **Anais...**: Aracaju-SE: SOBER, 1996, p. 15-50.

LEVY, P.S. O desenvolvimento apícola no semi-árido do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 12., 1998, Salvador. **Anais** . . . Salvador: CBA, 1998, p. 169-70.

MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**: .32, n. 2/3, p. 209-30, 1992.

MARSDEN, T. Creating space for food: the distinctiveness of recent agrarian development. GOODMAN, D. , WATTS, M. **Globalising food: agrarian question and global restructuring.** London: Routledge, 1997, p. 169-91.

MARSDEN, T. Globalisation and sustainability: creating spaces for foods and nature. London: UCL, 1997. 12 p. Seminário Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas nas regiões frutícolas para exportação. Recife, 1997A.

MONTEIRO, M. J. C. Trinta anos de queda. **Agroanálisis**, v. 18, n. 2, p.26-7, fev, 1998.

MONTEIRO, M. J. C. Terra sem promessas. **Agroanálisis**, v. 19, n.4, p. 17-8, abr, 1999.

MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: JOLLIVET, M., EIZNER, N, org. **L'Europe et ses campagnes.** Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996, p. 161-76.

MOYANO, E. La agricultura entre el nuevo y el viejo corporativismo. In: GINER, S., YRUELA, M. **El corporatismo en España.** Barcelona: Ariel, 1989, p. 179-225.

MUNGUIA GIL, M. A. Apicultura mexicana, mercado mundial de miel y problemática ambiental; un enfoque prospectivo. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE APICULTURA, 1998, México. **Anais...** México: Educe Y Paul, 1998.

MUNHOZ, A. A apicultura brasileira no contexto mundial. Picos, 1997, (Resumo de Palestra apresentada no Seminário Piauiense de Apicultura, 4, Picos, 1997. 4P.)

NYGARD B., STORSTAD, O. De-globalization of food markets? Consumer perceptions of safe food: the case of Norway. **Sociologia Ruralis**, v.38, n. 1, p. 35-53, 1998.

PAULA PESSOA, P. F. A.; LEITE, L. A. Cadeia produtiva do caju: subsídios para pesquisa e desenvolvimento. In: CASTRO, A. M. G.

de et alli. **Cadeias produtivas e sistemas naturais**. Brasília: Embrapa-SPI/Embrapa-DPD, 1998, p. 275-301.

PINAZZA, L. A. A. Questão ambiental no agribusiness. In: SILVEIRA, M. A. da, VILELA, S. L. de O. **Globalização e sustentabilidade da agricultura**. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998. p.

RAYNOLDS, L. et alli. The “new” internationalization of agriculture: a reformulation. **World Development**, v. 21, n. 7, p. 1101-211, 1993.

REMY, J. Le rural e l’urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne. **Espaces et Sociétés**, n. 72, p. 31-47, Paris, L’Harmattan, 1993.

REZENDE, G. C. de. et alli. **Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (IPEA. Texto para Discussão, 498).

RIBEIRO, M. do B.D. Potencialidade da apicultura no Nordeste brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 12., 1998, Salvador. **Anais** . . . Salvador: CBA, 1998, p. 38-42.

SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualisation. **Journal of Rural Studies**, v. 10, n. 4, p. 321-30, 1994.

SARACENO, E. The modern functions of small farm systems: an Italian experience. **Sociologia Ruralis**, . 34, n. 4, p. 308-28, 1994 [A].

SILVA, E. **Cadeia produtiva**: produtos apícolas. Pindamonhangaba: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, 1996. 17 p.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, 1996, Aracaju – SE. **Anais...** Aracaju, SE: SOBER, 1996 p. 71-90.

SILVA, J. G. da. A globalização da agricultura. SILVEIRA, M. A. da,

VILELA, S. L. de O. **Globalização e sustentabilidade da agricultura**. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998, p. 29-42.

SILVANDER, B. Conventions de qualité, concurrence et coopération: cas du "label rouge" dans la filière volailles. ALLAIRE, G., BOYER, R. **La grande transformation de l'agriculture**. Paris: Economica, 1995, p. 73-96.

SIMON, F. L. Marketing green products in the triad. **Columbia Journal of World Business**, v. 27, n. 3/4, p. 269-85, 1992.

SKLAIR, L. **Sociologia do sistema global**. Petrópolis: Vozes, 1995. 286 p.

SOMMER, P. G. A apicultura brasileira na atualidade. In: ANUÁRIO APÍCOLA BRASILEIRO, 1997. Brasília: CBA-SRDF-SEBRAE/DF, 1997, p. 161-7.

SOMMER, P. G. O desenvolvimento da apicultura brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 12., 1998, Salvador-BA. **Anais** . . . Salvador-BA: CBA, 1998, p. 173-4.

SUDENE (Recife, PE). **Desempenho econômico da Região Nordeste do Brasil 1960-97: síntese**. Recife, mar, 1999. 9 p.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981. 231 p.

TUBIANA, L. O comércio mundial dos produtos agrícolas: da regulação global ao fracionamento dos mercados. **Ensaio FEE**, v. 6, n. 2, p. 103-26, 1985.

VAN DER PLOEG, J. D. Rural sociology and the new agrarian question. **Sociologia Ruralis**, v. 33, n. 2, p. 240-6, 1993.

VILELA, S. L. de O. O meio rural no contexto da crise agrícola moderna: o exemplo do Estado do Piauí. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de

Caldas-MG. **Anais...** Poços de Caldas-MG: SOBER, 1998, p. 937-52.

VILELA, S. L. de O., org. **Estudo da cadeia produtiva do mel do Estado do Piauí.** Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. 121 p. il.

VILELA, S. L. de O., MORAES, M. D. C. de. Para além da agricultura familiar: velhas e novas questões no contexto de uma nova ruralidade. Seminário Agricultura Familiar como Base do Desenvolvimento Rural Sustentável. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, dez, 1997. No prelo.

VILELA, S. L. de O. Perfil sócioeconômico de pequenos produtores e a problemática da adoção de tecnologias: o caso de Monsenhor Gil, PI. Seminario In: Pesquisa Agropecuária do Piauí, 7., 1998, Teresina-PI. **Anais...** Teresina-PI: Embrapa Meio-Norte, 1998, p. 74-86.

VITULE, M. L. de L. **Agricultura e globalização.** IFCH/ UNICAMP, 1996. 151 p. Tese de doutorado.

WANDERLEY, M. N. B. **Laboratório de observação permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste.** Recife: UFPE, 1999. 101 p. Projeto Integrado de Pesquisa.

WATTS, M., GOODMAN, D. Agrarian questions: global appetite, local metabolism (nature, culture and industry in fi-de-siècle agro-food systems. In: GOODMAN, D., WATTS, M. **Globalising food: agrarian questions and global restructuring.** London: Routledge, 1997, p. 1-34.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1. Quadro atual das principais entidades associativas dos apicultores no Piauí

Quadro 1. Principais cooperativas, associações e empresas por setor e por município no Piauí, em 1998.

Município	Setor agrícola	Setor industrial (Equipamentos, Indumentárias)	Setor industrial (beneficiamento de mel)	Setor Mercado
Picos	Campil, Boomel, Apiários Wenzel, Américo Bende, Apis Wenzel, Camel, Coapi	Apiagro, Casa das Piscinas, Apiário e Serraria São Francisco	Campil, Boomel, Apiários Wenzel, Américo Bende, Apis Wenzel, José L. de Sá-ME	
Esperantina	Coobel e Capivale	-	É Du Mel, Coobel e Capivale	
Colônia do Piauí	Copava	-	-	
Valença	Comelva	Comelva	Comelva	
São Pedro	ASP e Coamep	-	ASP	
Itainópolis	Compai	-	-	
Floriano	CEFAS	CEFAS	CEFAS	
Simplicio Mendes	Aapi	-	Aapi, Noé M. Fé-ME	
Parnaíba	-	-	Ivete L. Lobão-ME	
Cel José Dias	-	-	Seb. aes Landim	O
Regeneração	Aspire	-	Aspire	
Passagem Franca	AAPF	-	-	comércio
Piracuruca	Fortmel, Agro-Comercial Jurema	-	-	
Cristino Castro	Aacric	-	-	varejista
São Raimundo Nonato	AASRN e Fundham	-	Carmélio A. Macedo- ME e Fundham	em
Monsenhor Gil	AAMG	-	-	todo
Bertolândia	AAB	-	-	
Avelino Lopes	AAAL	-	-	o
Bom Jesus	AEABJ	-	-	
Redenção do Gurguéia	Acra	-	-	país
Oeiras	Copmel	Samel, Krismel, Loja do Apicultor	-	
Piripiri	Apimel	-	Apimel	
Agricolândia	AAA	-	-	
S. João Piauí	ADACC	-	-	
Betânia	APPB	-	-	
Teresina	-	Agromel	Agromel, Protopac e Wenes Basto	
Campo Maior	-	-	Floramel	
Socorro	Coaspi	-	Coaspi	
Santa Luz	AASL	-	-	

ANEXO 2. Siglas citadas

AAPI - Associação dos Apicultores da Microrregião de Simplicio Mendes
AAA – Associação dos Apicultores de Agricolândia
Aacric - Associação dos Apicultores de Cristino Castro
Aasrn - Associação dos Apicultores da Região de São Raimundo Nonato
Associação dos Apicultores de Monsenhor Gil - Apis - Monsenhor Gil
AAB - Associação dos Apicultores de Bertolína
AAAL - Associação de Apicultores de Avelino Lopes
AAPF - Associação dos Apicultores de Passagem Franca
AASL - Associação dos Apicultores de Santa Luz
Acra – Associação Comunitária Rural Agromel de Redenção de Gurguéia
ADACC – Assoc. Desenvolvimento dos Apicultores da Comunidade Capim Grosso
AEABJ - Associação Educativa Ambiental Bonjesusense
ALCAN (NAFTA) - Acordo de Livre Comércio da América do Norte
APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
Apimel – Associação dos Apicultores e Meliponicultores da Região Norte do Piauí
APPB – Associação dos Pequenos Produtores de Betânia
ASAPIRE- Associação dos Apicultores de Regeneração
ASP - Associação dos Apicultores de São Pedro
Campil – Cooperativa dos Apicultores da Microrregião de Picos
Camel - Cooperativa dos Produtores de Mel de Picos
CEE - Comunidade Econômica Européia
Coapi - Cooperativa dos Apicultores da Grande Picos
CONSPI - Cooperativa dos Apicultores de Socorro do Piauí
Cooabel – Cooperativa dos Apicultores de Batalha e Esperantina Ltda
Copava - Cooperativa dos Apicultores do Vale do Tranqueira
Coamep - Cooperativa dos Apicultores do Médio Parnaíba
COMPAL - Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores de Itainópolis
CEFAS – Centro Educacional São Francisco de Assis
Conabee – Conselho Nacional do Agronegócio Apícola
Conap – Cooperativa Nacional de Apicultura Ltda
CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
CBA – Confederação Brasileira de Apicultura
Emater/PI – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Meio-Norte – Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte
Fundham – Fundação do Homem Americano
FNA – Fórum Nacional da Agricultura
FEAPI – Federação das Entidades Apícolas do Piauí
GATT - Acordo Geral de Comércio e Tarifas
GT-Apicultura – FNA- Grupo de Trabalho Apicultura.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Mercosul - Mercado Comum dos Países do Cone Sul
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
OnG – Organização Não Governamental
PAC - Política Agrícola Comum
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIF – Serviço de Inspeção Federal
UFPI – Universidade Federal do Piauí



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte**

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Av. Duque de Caxias, 5650 - B. Buenos Aires

Caixa Postal 01, CEP 64006-220 - Teresina-PI.

Fone: (86) 225-1141 • Fax: (86) 225-1142

Endereço eletrônico: publ@cpamn.embrapa.br

**MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA E DO
ABASTECIMENTO**



ISBN 85-88388-02-2



105